

**ACTA Nº 8**  
**SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BORBA**  
**REALIZADA NO DIA 20 DE DEZEMBRO DE 2002**

Aos vinte dias do mês de Dezembro de dois mil e dois, nesta Vila de Borba e Salão Nobre dos Paços do Concelho, reuniu pelas 20:30 horas, em sessão ordinária, a Assembleia Municipal de Borba, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

PONTO UM: Período antes da Ordem do Dia

Ponto um ponto um: Análise conducente à aprovação da acta nº 7, da Sessão Ordinária de 20 de Dezembro de 2002.

Ponto um ponto dois: Leitura de expediente

Ponto um ponto três: Outros assuntos de interesse para a Autarquia.

PONTO DOIS: Período para intervenção do público

PONTO TRÊS: Período da Ordem do Dia:

Ponto três ponto um: Tabela de taxas licenças e tarifas para o ano 2003:

Ponto três ponto dois: Documentos Previsionais - Orçamento e Opções do Plano para 2003.:

Ponto três ponto três: Empréstimo a curto prazo para ocorrer a dificuldades de Tesouraria:

Ponto três ponto quatro: Constituição de uma empresa Intermunicipal - Emissão de parecer:

Ponto três ponto cinco: Inventário de Bens Imóveis e Bens do Domínio Público:

Ponto três ponto seis: Regulamento das Zonas de Estacionamento de Duração Limitada:

Ponto três ponto sete: Regulamento de actividades de transporte de aluguer em veículos ligeiros de passageiros:

Ponto três ponto oito: Projecto de Regulamento de Venda de Lotes Industriais - Rectificação:

Ponto três ponto nove: Projecto de Regulamento de Venda de Lotes Habitacionais para Jovens - Rectificação:

Ponto três ponto dez: Projecto de Regulamento de instalação e funcionamento de estabelecimento de hospedagem:

Ponto três ponto onze: Relatório de Auditoria:

Ponto três ponto doze: Apreciação sobre as actividades da Câmara Municipal e da sua situação financeira:

O senhor Presidente da Assembleia Municipal procedeu à abertura da sessão tendo sido realizada a chamada. Verificando-se a presença dos membros:

Joaquim Maria Godinho Veiga (PS);-  
Carlos Manuel de Almeida Cabral (PS);  
Mário Joaquim Trindade de Deus (PS);  
Maria Filipa Martins de Almeida (CDU);  
António José Moura Proença (PS);  
Rui Manuel Ganito Bacalhau (PS);  
Ivone da Conceição Balseiro Espiguiha (PSD);  
Augusto Manuel Bilro Guégués (PS);  
António Joaquim Moura Lopes (CDU);  
Diogo Manuel Canhão Sapatinha (PS);  
Norberto João Figueiras Alpalhão (PS);  
Luís Manuel do Nascimento (CDU);  
António José Lopes Anselmo (PS);  
António José Barroso Paixão (PS),  
José António Carapeto Dias (PS);

Faltaram, apresentando pedido de substituição os seguintes membros efectivos:

Joaquim Manuel Cardoso (CDU) anexo 1;

Jerónimo João Pereira Cavaco (PS) anexo 2; Foi substituído pelo Senhor Francisco Mendes (PS)

Joaquim Miguel Bilro Manguinhas (CDU) anexo 3;

Joaquim Manuel Grego Esteves (PS) anexo 4; Foi substituído pelo Senhor Mário Alegrias (PS)

## **PONTO UM: Período antes da Ordem do Dia**

### **PONTO UM PONTO UM: Análise conducente à aprovação da acta nº 7, da Sessão Ordinária de 20 de Dezembro de 2002.**

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL :** Vamos entrar no período antes da ordem do dia.

Ponto um, um (1.1): Análise conducente à aprovação da acta número sete (7) da sessão de vinte de Setembro de dois mil e dois (20/SET/2002). Alguém se quer inscrever sobre este assunto?

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL :** O doutor Luís Nascimento, faz favor.

**LUIS MANUEL DO NASCIMENTO :** Obrigado. Ora boa noite. Sobre as actas de facto quero referir aquilo que tenho referido nas outras sessões anteriores. Uma acta não é isto, isto será um diário de uma, de uma reunião de uma Assembleia onde é transcrito tudo o que se passa na Assembleia. Uma acta, segundo a própria lei diz, será um resumo onde estão referidos todos os passos mais importantes da reunião. Nesta acta há duas coisas que eu gostaria de perceber. Uma delas refere-se, na página três (3), nas primeiras palavras do Senhor Presidente da Assembleia Municipal que diz, a determinada altura, logo ao início que : "Não consta da acta, verificou-se nas gravações que falou sem microfone e não ficou, portanto, registado". Portanto, isso está aqui escrito e eu, para já tinha alguma dificuldade em entender como é que se percebe pelas gravações que não ficou, que falou sem microfone, é a primeira questão, mas depois mais estranho e é a minha outra dúvida, quando, na página vinte (20), na página vinte aparece pela primeira vez o discurso indirecto, na página vinte, em que diz que: "Neste momento, surgiu alguma agitação no público, tendo um cidadão proferido, de forma audível na Mesa, as expressões "corrupto e ladrões" e a seguir segue-se uma interrupção com diálogos entre vários intervenientes fora do alcance do microfone", etc., etc., etc.. Como é que o Deputado Municipal Joaquim Manguinhas não viu as suas palavras reproduzidas pela ausência de microfone e como é que é possível, como diz aqui assim nesta: "Fora do alcance dos microfones" e estão reproduzidas as expressões que foram proferidas por parte da assistência, inclusivamente aparecer nomes e as funções, nome e a função de, do hipotético causador desta interrupção e as palavras que foram proferidas? Era só isto, Senhor Presidente.

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL :** Portanto, na página vinte (20) refere-se aquilo que se passou. É efectivamente o acontecimento, parece-me que toda a gente que estava aqui presente assistiu e esse acontecimento foi transcrito para a acta. Portanto, é isso, não sei se deseja mais algumas explicações.

**LUIS MANUEL DO NASCIMENTO :** Se me permite a questão que eu coloco, eu entendo isso e acho que, de facto, este acontecimento é importante e deve estar referido na acta, aquilo que eu não entendo é como é que, em determinadas alturas, não é audível quando não se fala ao microfone e em outras alturas é audível e há gravação e são referidas algumas declarações proferidas pelo público? Era só isso.

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL :** A parte referente a "corruptos e ladrões" foi audível aqui na Mesa.

**LUIS MANUEL DO NASCIMENTO :** Sim, eu percebi.

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA :** E a outra parte parece-me que toda a gente ouviu.

**LUIS MANUEL DO NASCIMENTO :** Sim, ò Senhor Presidente, já agora, só mais uma coisa, de facto gostaria de ter acesso mais tarde à gravação, é que está aqui uma palavra que eu nunca usei e não é, não é do meu vocabulário garantidamente, logo ao início da página vinte (20) diz: "Muitos driblamentos". Eu nem sequer sei o que é que isto, será dribles? Será de jogar à bola? Quer dizer, sinceramente não sei e gostaria de informar a Mesa que irei recorrer aos serviços da Assembleia para ouvir esta parte da cassette.

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL :** As cassetes estão à disposição de todos os membros para rectificar o que for necessário.

**MARIA FILIPA MARTINS DE ALMEIDA :** Boa noite, afinal as novas tecnologias não chegam à sala toda, mas isso parece que é um problema de comprimento de fios, às vezes o problema da acta é um problema de comprimento de onda e isto fica tudo em tecnologia. Eu, cada acta da Assembleia Municipal que leio, prometo a mim própria que não vou intervir sobre o mesmo assunto, mas depois quando chego aí à página dez (10) acho que devo voltar a dizer isto, acho que é a minha obrigação, esta acta, estas actas, de actas têm o nome, e só, mais nada. Para texto destinado a ser representado, faltam-lhe as didascálias, e são muito importantes para as cenas de teatro. Disse.

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL :** Mais alguém quer falar sobre o assunto?

**IVONE DA CONCEICAO BALSEIRO ESPIGUINHA :** Na página vinte nove (29), em relação ao lançamento da derrama para o ano dois mil e três (2003), onde aparece o membro Maria Filipa Almeida, não é, fui eu, porque ela absteve-se e eu é que votei contra e expliquei o porquê. Mantenho a minha posição de há quatro anos.

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL :** Vamos rectificar. Faz favor, Vereador Humberto.

**HUMBERTO LUIS RUSSO RATADO :** Em primeiro lugar, muito boa noite a todos. Página quarenta e seis (46), a minha intervenção, aí mais ou menos no final, no último parágrafo diz: "Neste momento, duas piscinas municipais", portanto, aí será "As piscinas municipais".

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL :** Mais alguém quer falar sobre este assunto? Não? Quem vota a favor, faz favor de levantar o braço. Faz favor de baixar. Quem vota contra? Quem se abstém? Aprovado por 13 votos a favor, 3 votos contra e 1 abstenção. Vamos passar ao ponto um ponto dois (1.2): Leitura de expediente.

### **PONTO UM PONTO DOIS: Leitura de expediente.**

**ANTÓNIO JOSÉ MOURA PROENÇA:** Boa noite, em termos de expediente e como diz a lei, deve ser lido o que é, efectivamente, relevante. Neste período, a Assembleia não expediu nem recebeu nenhuma correspondência que possamos considerar revelante, como tal, não vale a pena estar aqui a massacrá-los com leituras que não têm de facto alguma revelância. Se, por ventura, alguém quiser consultar a correspondência, ela encontra-se aqui na Mesa e, para além disso, está distribuído um sumário . (Anexo 5 e Anexo 6)

### **PONTO UM PONTO TRÊS: Outros assuntos de interesse para a Autarquia.**

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL :** Vamos passar ao ponto um ponto três: Outros Assuntos de Interesse para a Autarquia. Alguém quer falar sobre este assunto? Faz favor, Membro António Anselmo.

**ANTONIO JOSE LOPES ANSELMO :** Excelentíssimo Presidente da Assembleia Municipal, Senhor Presidente da Câmara Municipal de Borba, Senhores Vereadores, Membros da Assembleia, minhas senhoras e meus senhores, eu penso que passado quase um ano de a Junta de Freguesia de São Bartolomeu ter tomado posse, é importante fazer um balanço público, até porque, quando há um (1) ano a esta parte assumimos a responsabilidade, assumimos uma responsabilidade muito grande, ou seja, num pequeno panfleto, desculpem o termo, de propaganda dissemos que, como independentes, iríamos exigir, seja a quem for, todas as condições para que se vivesse melhor em São Bartolomeu. O balanço que fizemos, em termos de Junta de Freguesia, é aparentemente positivo, mas, na minha opinião, muito pouco para aquilo que pretendemos para São Bartolomeu. Assim, como a memória das pessoas é curta, eu vou passar a enumerar umas coisinhas que não demoram muito tempo. Nós dissemos, quando em, mais ou menos, em Janeiro fizemos este plano pluri-anual de investimento, dissemos que iríamos fazer, iríamos

pôr lancis em volta das árvores do largo Beato Mártires da Pátria e do Largo Gago Coutinho. Está pronto. Dissemos que iríamos pintar os Paços, fizemos uma pintura um bocado a dar para o expediente, que a seguir uma entidade privada pintou, e o Paço de cima está pintado e está pronto. Dissemos que iríamos apoiar a criação do Museu de Arte Sacra e falámos com o senhor padre que é, pelo menos o representante do dono que é a Igreja, e o senhor padre disse que precisava de quatro (4) janelas, afinal não eram quatro, eram cinco (5). Estão prontas. A igreja que estava cheia de dejetos de pombos, está limpa e está pronta para se poder fazer um processo como deve ser para ver se pelo menos temos um museu em Borba. Isso é um assunto que nos ultrapassa, mas continuaremos a apoiar e a insistir com quem de direito. Depois, tínhamos duas preocupações muito grande, uma preocupação que era emblemática da campanha eleitoral, que era a construção da sede, sei que as coisas estão bem encaminhadas, mas chegámos a uma conclusão, que de uma situação mais ou menos de empréstimo duvidoso, chegou a uma situação legal de arrendamento e, neste momento, quem entrar em São Bartolomeu, na Junta de Freguesia de São Bartolomeu, entra de pleno direito e à vontade. Entendeu o Executivo da Junta de Freguesia de São Bartolomeu uma coisa muito importante que todas as pessoas em Borba já deviam ter pensado há muito tempo; a Junta de Freguesia de São Bartolomeu, segundo estudos feitos, se continuar como está, dentro de pouco tempo não tem ninguém e, então, é fundamental o aumento da área da Freguesia, é fundamental reorganizar de uma forma administrativa e legal a Junta de Freguesia de São Bartolomeu. Devo dizer-vos que foi um percurso um bocado lento, de qualquer das maneiras, foi aprovado por unanimidade na Assembleia de Freguesia de São Bartolomeu o aumento desta área de freguesia. Devo dizer-vos que, neste momento, por uma questão de respeito próprio pela coisas, ainda que a lei não obrigue, a Assembleia de Freguesia de Matriz penso que vai discutir o assunto, provavelmente, no final deste ano e depois, meus senhores e minhas senhoras, em Março do ano que vem, a Assembleia Municipal, vai discutir aqui a questão e depois, a partir daí, irá para a Assembleia da República onde seguirá os tramites legais, que podem demorar muito ou demorar pouco, mas são fundamentais para o concelho de Borba. Só para se ter uma noção muito simples disso, é assim, cada vez que a Freguesia de São Bartolomeu perder algum membro ou algum eleitor e esse eleitor for para a Matriz, a Matriz não ganha mais com isso. O fundo de financiamento das freguesias não vai dar nada mais à Matriz por esse motivo. Agora, quem vai perder, em termos gerais, é o concelho de Borba e principalmente o núcleo urbano do concelho de Borba. Depois, gostaria de convidar os senhores presentes e as senhoras presentes a irem assistir a uma Assembleia de Freguesia de São Bartolomeu, onde se fala em Borba e se fala à Borba; onde os interesses fundamentais são os de resolver os problemas de uma freguesia de uma forma clara, franca e com olhos nos olhos. Depois, para retirar um bocado de dúvidas, quero dizer-vos o seguinte, eu embarquei neste barco com muito gosto porque entendo que Borba merece o sacrifício de todos os Borbenses; embarquei neste barco e digo sinceramente que sou solidário completamente com Presidente da Câmara Municipal de Borba, que eu considero um bom comandante e para usar a linguagem de marinheiro que o senhor Presidente da Assembleia Municipal conhece muito bem, normalmente diz-se que "os ratos são os primeiros a abandonar o barco"; naturalmente que em São Bartolomeu ninguém vai abandonar barco nenhum, mas se, por qualquer motivo, alguém abandonar o barco, há em São Bartolomeu gente, entre todos os membros da Assembleia de Freguesia, tão competentes ou mais do que aquelas que lá estão no Executivo. Quero dizer-vos outra coisa, juntamente com a freguesia da Matriz, porque entendo que a colaboração é fundamental, vamos fazer muitas coisas; vamos fazer coisas para provar que a descentralização é uma obrigação do Senhor Presidente da Câmara e da Câmara Municipal de Borba, e sabem porquê? Porque descentralizar, é acima de tudo fiscalizar, e vamos fazer coisas muito simples a nível de cultura e a nível de obra. Um grande esforço dentro da Matriz e São Bartolomeu só revela que o núcleo urbano do concelho de Borba tem condições para poder fazer coisas muito boas, não substituindo a Câmara, porque naturalmente os lancis lá em cima no largo do Beato foram postos com o apoio da Câmara, mas vocês também têm que saber que as janelas da Senhora das Dores foram postas pela Junta de Freguesia e com o apoio de um particular que me pediu para não dizer o nome. De qualquer das formas, o importante nessas coisas todas é que a descentralização é das coisas mais importantes que pode existir para as freguesias e, enquanto as pessoas não tiverem bem essa noção, naturalmente, a gente sabe que não há dinheiro; agora, descentalizem dentro dos possíveis e fiscalizem com a maior isenção possível e assim o concelho de Borba consegue alguma coisa. Relativamente ao aspecto cultural, há uma coisa importante e digo já ao senhor Vereador do Pelouro da Cultura que reserve o Celeiro da cultura pelo menos quatro (4) vezes por ano porque a Junta de Freguesia de São Bartolomeu e a Junta de Freguesia da Matriz vão promover

conferências sobre os mais variados tipos e, se possível, vamos promover também algum tipo de exposições porque a cultura, na minha opinião, tem que ser viva, porque a cultura é como a Cantiga da Rua: é de toda a gente e não é de ninguém. Desejo a todos vocês Boas Festas, um Bom Natal e um Bom Ano Novo. Obrigado.

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL :** Mais alguém se quer inscrever? Está encerrado o período antes da ordem do dia, passamos para o período de intervenção do público.

## **PONTO DOIS: Período para intervenção do público.**

Alguém do público quer usar da palavra? Portanto, damos por encerrado o período para intervenção do público, uma vez que ninguém quer usar da palavra.

## **PONTO TRÊS : Período da Ordem do Dia**

### **PONTO TRÊS PONTO UM: Tabela de taxas, Licenças e Tarifas para o ano de 2003.**

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL:** Passamos para o período da ordem do dia, concretamente o ponto três ponto um (3.1): Tabela de Taxas, Licenças e Tarifas para o ano de dois mil e três (2003). E passava a palavra ao senhor Presidente da Câmara para uma introdução.

**PRESIDENTE DA CAMARA MUNICIPAL :** Muito obrigado. Boa noite a todos, senhores Vereadores, senhores eleitos para a Assembleia Municipal, público. Em relação à Tabela de Taxas, Licenças e Tarifas, queria-lhes dizer que deviam ter à frente uma nova versão, esta nova versão teve que ver com o facto de haver algumas ligeiras alterações que não tiveram que ver propriamente com os preços das taxas e tarifas, mas tiveram que ver apenas com algumas desarticulações que havia entre artigos, sobretudo ao nível das observações e alguns erros de Português. Quero-vos dizer que mesmo assim já detectei alguns erros, mas que irão ser corrigidos, por exemplo, na página vinte e sete (27) verifiquei que no artigo noventa e um (91), número dois (2) diz que a caução será de cento e trinta e cinco (135) e depois, por extenso, aparece cento e vinte e cinco (125). Quer dizer, houve alterações da nossa parte que depois, quando foram dactilografadas não foram corrigidas. Quero-lhes dizer também que, em termos globais, no fundo, as taxas, tabelas e tarifas sofreram apenas as alterações da inflação; houve outras que sofreram uns ligeiros aumentos, sobretudo aquelas que se prendiam mais com o cemitério e com, o cemitério porque, segundo informação do Senhor Vereador, havia preços de produtos que aumentaram bastante e, portanto, havia necessidade de fazer alguns aumentos com alguma importância e depois dizer-vos que, também em relação ao mercado, houve ligeiros aumentos, mas os aumentos significativos tiveram que ver com o consumo de água, significativos, com as devidas aspas. Foram também criadas algumas novas taxas e tarifas que têm que ver com o saneamento e com os resíduos sólidos. A Câmara não pode continuar a pagar os resíduos sólidos como tem pago até aqui à Associação de Municípios, sem cobrar aos munícipes; tivemos o cuidado de fazer a articulação ao nível da zona dos mármore, entre as Câmaras, pelo menos da zona dos mármore. Houve a preocupação de pedir as taxas de Estremoz, de pedir as taxas de Vila Viçosa e os valores são, enfim, ligeiramente diferentes. Quero-vos dizer que, por exemplo, em relação a Estremoz, as nossas taxas são cerca de metade, o que prova que realmente nós procurámos fazer aqui uma política diferente, reconhecemos que ainda não é aquilo que nós desejamos, temos que aumentar ligeiramente, mas não há dúvida que tivemos que o fazer, reconhecemos que isto é capaz de vir a ter peso no bolso das pessoas, inclusivamente das nossas, mas a Câmara não pode continuar com este valor de taxas. Aliás, é claro para nós de que grande parte das taxas que aqui aparecem, ainda são insuficientes, ainda era necessário sofrerem um aumento substancial, até para equilibrarmos com os restantes concelhos da região. Quero-vos dizer que as nossas taxas ao nível de consumo de água, resíduos sólidos e saneamento de Estremoz são cerca de metade de Elvas e, em relação a Vila Viçosa, os valores são nalgumas situações semelhantes, nalgumas situações serão superiores, noutras serão inferiores, mas de qualquer maneira procurámos estabelecer aqui uma articulação ao nível de zona, pensamos que ainda tem que haver alterações, pensamos que, se calhar já no primeiro trimestre poderão haver aqui algumas alterações, não quer dizer que sejam de vulto, mas que nos permitam aferir alguns dados sobretudo com

as Câmaras vizinhas. De qualquer maneira, dizer-vos também que sobretudo ao nível do capítulo terceiro "Edificação e urbanização" algumas taxas tiveram um aumento substancial porque não se justificavam os valores existentes até aqui. Deveriam ter sido aferidas e actualizadas ao longo dos últimos anos, não o foram, e agora até podemos vir a ser penalizados politicamente por isso, mas penso que há sempre um ano em que as coisas têm que ser postas em prática e, portanto, nós optámos por fazer isto neste ano. Dizer-vos também que estas taxas já estão de acordo com o projecto de regulamento de edificação e urbanização que pensamos ter pronto em Janeiro para depois ser colocado à discussão pública e vir depois à Assembleia. Esta nova versão da tabela não teve alterações significativas e por isso eu pedia aos senhores Vereadores que rubricassem as folhas. E para já, muito obrigado, Senhor Presidente.

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL :** Doutor Nascimento, faz favor.

**LUIS MANUEL DO NASCIMENTO :** Bom, a primeira questão que eu quero colocar em relação a esta proposta de tabela de taxas e licenças é precisamente essa, é que é agora colocado um documento em cima da mesa que não tem, de facto, o parecer de aprovação na Câmara Municipal e como a própria lei diz, é competência da Assembleia aprovar as taxas por proposta da Câmara Municipal. Esta é a primeira questão, mas penso que isto não vai alterar em nada a reflexão que foi feita sobre a proposta que aqui é apresentada. A tabela, esta tabela de taxas, licenças e tarifas, do nosso ponto de vista, enferma por agravar significativamente os custos dos serviços prestados ou a prestar à população. O facto de se ter tido a preocupação de procurar balizar esta tabela pelas tabelas dos concelhos que nos envolvem, nada nos quis dizer ou nada nos disse em relação aos aumentos. Se bem se recordam da discussão que houve na última Assembleia Municipal sobre a integração do Município de Borba no sistema multi-municipal de abastecimento de água, de facto, esta tabela que agora aqui é apresentada com estas tarifas, são o fruto dessa adesão ao sistema multi-municipal, que vai encarecer significamente a água ao consumidor, ainda por cima, agravada com os valores dos resíduos sólidos urbanos e das tarifas do saneamento. Por outro lado, no nosso ponto de vista, esta tabela de taxas não apresenta incentivos ao investimento industrial e urbanístico porque agrava significamente as licenças e taxas de edificações. Penso que isso é uma forma de não facilitar a instalação de novas indústrias nem de fixar a população aqui no concelho. Esta tabela de taxas, nomeadamente, em relação às edificações, não terá validade enquanto o regulamento de edificações não for aprovado, o próprio DL 555 refere isso, que o regulamento deve ser acompanhado por uma tabela de taxas que complementa, de facto, esse regulamento de edificações urbanísticas. Por esta razão, esta proposta, salvo hajam alterações nesta discussão, não pode merecer, da nossa parte, aprovação.

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL :** Obrigado, o senhor Serra Silva.

**JOAQUIM JOSE SERRA SILVA :** Antes de mais, muito boa noite, Senhor Presidente da Assembleia, senhores secretários da Mesa, elementos da Assembleia, público, Senhor Presidente da Câmara, restantes colegas de vereação, eu pedi para usar da palavra porque penso que o assunto que está em discussão é importante. Posso dizer que a tabela de taxas foi distribuída dentro dos prazos legais aos membros da Câmara, mas os prazos legais são dois (2) dias e com a tabela foi distribuído também o Plano e Orçamento, foi distribuído também as grande opções do Plano, mais uma série de regulamentos, o que não permitiu também que houvesse, por parte dos elementos da Câmara, uma análise aprofundada, mas isso não nos inibiu de, durante a reunião de Câmara, ter discutido a tabela e ter feito algumas propostas, nomeadamente de coisas que, no nosso entender, estavam fora da legalidade e que se mantêm fora da legalidade, foram aqui trazidas fora da legalidade, mas também dizer que fizemos algumas propostas para que fossem, efectivamente, corrigidas. Essas propostas não foram aceites, não foram tratadas sequer na reunião de Câmara. Hoje somos surpreendidos já com um novo documento para substituir algumas lacunas que o anterior tinha, mas o senhor Presidente da Câmara não me vai pedir para eu rubricar este documento porque eu não o vou rubricar. Não o entendo como um documento da Câmara e não entendo que tenha pequenas alterações, porque só na página dois (2), eu abro e aqui numa taxa de outros aditamentos aos alvarás, que estava previsto ser de cinquenta (50), passou para cem (100), para cem euros. Isto é uma duplicação do valor. Eu não, não tenho tempo aqui para analisar o resto da tabela e por isso penso que estas questões da substituição dos documentos, quando vêm da Câmara para a Assembleia, no mínimo, têm que ser tratados pelos elementos da Câmara e não podem ser tratados pelos elementos da

Câmara e pelos elementos da Assembleia, tudo ao mesmo tempo. Nós, enquanto Câmara, para que proposta que chegue aqui seja subscrita pelos eleitos da Câmara, os eleitos da Câmara têm que conhecer essas alterações e nós não conhecemos essas alterações. Por isso, logo aqui algumas reservas a este segundo documento que é apresentado para substituir o primeiro, mas, relativamente ao primeiro, eu chamava muito a atenção dos eleitos desta Assembleia porque, efectivamente, esta tabela tem aqui questões que valia a pena serem amadurecidas e valia a pena pensar-se nelas com alguma profundidade, porque não se pode taxar só por taxar.

**MARIO JOAQUIM TRINDADE DE DEUS** : Vamos discutir o documento agora distribuído, ou vamos discutir uma coisa que já não é?

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL** : A Mesa já analisou isso e o que está em discussão é o documento que veio da Câmara. Este documento que está aqui rectifica apenas algum Português e dou como exemplo essa questão dos cem (100) euros, se não estou em erro, estão na página três (3) os cinquenta (50) euros. Isto foi um salto que o computador deu quando emitiu esta nova tabela. Portanto, não há aqui alteração nenhuma ao valor das taxas, mantém-se o valor das taxas e mantém-se o documento que foi distribuído inicialmente a toda a gente e foi aprovado na Câmara. É entendimento da Mesa, repito, que algumas gralhas ou algumas alterações de Português não alteram o documento, não alteram a essência do documento, em qualquer altura, as pessoas ao lerem isto verificavam que a palavra não era aquela, era outra, estava mal escrito. Este é o entendimento da Mesa, mas estamos abertos a mais opiniões. Entretanto, estava a falar o Vereador Serra e eu vou-lhe dar a palavra e ele vai acabar de concluir e depois, então, é que se inscrevem outras pessoas.

**MARIO JOAQUIM TRINDADE DE DEUS** : É mesmo só um segundinho, é para dizer, na sequência da conversa do Vereador, que eu acho que as formalidades são importantes e são decisivas, agora eu penso é que é preciso decidir se é aceite o segundo documento, muito bem; então, estamos a fazer alguma coisa. Agora, se me diz que não aceita o segundo documento e vai falar do primeiro que o senhor Presidente da Câmara diz que já não funciona, então estamos a perder tempo.

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL** : O documento é o primeiro, o que está em causa é o primeiro.

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL** : Faz favor, Senhor Vereador

**JOAQUIM JOSE SERRA SILVA** : Senhor Presidente da Assembleia, eu penso que este tipo de interrupções fazem perder todo o raciocínio e distraem as pessoas para aquilo que depois se vai dizer, mas aquilo que eu acho que é importante, é assim, nós temos aqui um conjunto de taxas que aumentam mais de cinquenta (50) e de cem por cento (100%) nalgumas rubricas, nomeadamente na edificação e urbanização. É uma área muito sensível e muito crítica em qualquer concelho; é um sector que está hoje com algum retrocesso, eu não tenho interesse nenhum no sector, mas reconheço que tem alguns retrocessos; há dificuldades cada vez maiores na construção de habitação por parte das pessoas porque os empréstimos são cada vez mais caros; os terrenos estão também cada vez mais caros; há maiores dificuldades. A Câmara dá como ajuda, também criando taxas mais caras, criando maiores dificuldades também para essas iniciativas e são taxas que não são meramente vinte (20) ou trinta por cento (30%), são taxas que são aumentadas mais de cinquenta e cem por cento. Por outro lado, é criada agora uma taxa que já tinha sido criada na anterior tabela, mas que nunca foi regulamentada nesta Câmara e continua a não ser regulamentada, que é a taxa pelo reforço das infra-estruturas. Esta taxa, da maneira como está proposta nesta tabela, aplicada de uma forma cega, aplicada sem nenhuns critérios de descrição, sem ter aqui nenhuma discriminação positiva que deveria ter, podia ser um mecanismo extremamente importante para as orientações estratégicas do urbanismo neste concelho, não está a ser. Está metida aqui apenas tecnicamente porque se tinha que meter uma, uma taxa e foi metida tecnicamente, não, ninguém nesta Câmara, ninguém do actual Executivo me é capaz de explicar o sentido desta taxa; eu já o perguntei na reunião de Câmara, não me conseguem explicar, não me conseguem demonstrar por estudos técnicos como é que foi encontrado o valor desta taxa e a lei obriga a que ela seja demonstrada com valores, mas é

uma taxa que vai ser aplicada a todos os munícipes que queiram fazer obras de reconstrução, obras de ampliação, melhoramentos nas suas casas; vai ser aplicada, vai ser aplicada de maneira diferente nuns sítios e noutras, mas sem nenhum critério que vislumbre daqui alguma estratégia, alguma estratégia e esta taxa devia estar indexada a uma estratégia muito concreta e muito correcta e, se calhar, nalguns casos deveria haver incentivos de isenção desta taxa porque se queremos recuperar a zona histórica, se queremos recuperar as casas mais antigas, então, não os podemos estar a sobrecarregar com taxas, se calhar, temos que ir aliviando taxas, mas de acordo com esta tabela, são aqueles que vão levar a maior fatia das taxas, são aqueles onde vai incidir a taxa, porque os novos loteamentos estão isentos desta taxa, porque esta taxa é substituída depois pela taxa de urbanização dos loteamentos. Eu pensava que isto devia ser amadurecido, isto foi dito nas reuniões de Câmara, mas não se espelha depois nos documentos que aparecem. Depois, falando também noutras áreas, nas novas tarifas, nós temos aqui uma coisa que é perfeitamente ilegal e que está aqui e que foi dito na reunião de Câmara, nomeadamente no que diz respeito à drenagem de águas residuais, que aparece aqui na tabela de taxas como uma tarifa, na página vinte e quatro (24), no capítulo décimo quarto (14º): "Águas e Esgotos", "Ligação e Conservação de Águas e Esgotos: Tarifa de Saneamento", é uma tarifa também indexada ao consumo de água por metro cúbico, mas esta tarifa tem uma coisa que é original, que já há acórdãos que dizem que é inconstitucional, que é criar, juntamente com a tarifa, uma taxa fixa. Ou seja, a forma de calculo é zero vírgula vinte e cinco (0,25) euros, mais a tarifa de consumo vezes os metros cúbicos consumidos, menos os primeiros dois (2) metros cúbicos. Isto vai dizer que, mesmo que a pessoa consuma zero (0) de água, vai ter de pagar vinte e cinco (25) euros de drenagem de águas pluviais, centimos, vai ter que pagar vinte cinco centimos, não eu disse, zero virgula vinte e cinco euros, é o mesmo que vinte e cinco centimos. Vai ter de pagar vinte e cinco centimos de drenagem de águas pluviais. Ora, se não consumiu água, como é que a vai drenar? Se o espírito é este, então isto que aqui está é nitidamente uma taxa, logo não é constitucional que uma pessoa pague por um serviço que não lhe é prestado. Logo assim, esta questão teria que ser, teria que ser revista e há acórdãos que dizem isto. Por outro lado, também não diz aqui em que zonas do concelho é que isto vai ser pago. Eu pergunto, onde não houver rede de esgotos, mas houver consumo de água, como é que é? As pessoas também pagam? Como é que isto vai ser? Eu chamava a atenção porque isto é deveras interessante e devia ser discutido, muito mais do que propriamente ser metido só em termos de tabela de taxas e, para falar no abastecimento de água, aquilo que é proposto neste momento para os Borbenses é aumentar já para o dobro o valor dos metros cúbicos de água, mas nós a isto, já tínhamos chamado à atenção aquando da adesão ao sistema multi-municipal. Disseram-nos que não, que não era bem assim, mas já aqui vêm os primeiros aumentos.

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL :** Agora se me permitem, falava eu só para dizer duas (2) ou três (3) coisas, sobre a tabela de taxas. Concretamente, na parte de construção, não é bem correcto quando se diz que a taxa. "Para Realização, Reforço e Manutenção das Infra-estruturas", que é aquela que está em causa, porque as outras são praticamente as que vigoravam já no ano passado, que vai dificultar a recuperação de casas na Vila e eu vou ler: "Esta licença, esta taxa, é apenas aplicada para loteamentos, obras de urbanização, obras de construção e ampliações de construções". Como já verificaram esta taxa aplica-se nos loteamentos. É que me pareceu ouvir dizer que não se aplicava nos loteamentos, aplica-se nos loteamentos. Está na página oito (8). A fórmula de cálculo desta taxa não foi feita de qualquer maneira, houve a preocupação de se encontrar uma fórmula que reflectisse, efectivamente, o que diz a lei e, portanto, todos os condicionalismos da lei têm um coeficiente atribuído. Esta fórmula não foi encontrada por acaso, é a fórmula aconselhada pela Associação Nacional de Municípios e é seguida, por algumas Câmaras. Há, no entanto, outras que aplicam, de facto, outras fórmulas.

**PRESIDENTE DA CAMARA MUNICIPAL :** Bom, quero dizer o seguinte, aquilo que nós pedimos hoje aqui e vê-se aqui a grande diferença que existe entre poder e oposição, foi exactamente, e para quem tem a memória curta, isto tem que ser dito hoje aqui, foi exactamente aquilo que se passou pelo menos em quatro (4) anos que eu fui presidente desta Assembleia. Mais, desta vez vêm aqui duas versões, das outras vezes vinham N versões. Portanto, aquilo que se está aqui a pedir é apenas aos senhores Vereadores que assinem, e foi aquilo que eu pedi no início, que assinem um documento que continha erros de Português. Erros de Português, erros de artigo e, por acaso, e se não for, só por má fé, só por má fé é que pode ser feita outra leitura, na página dois (2) onde, efectivamente, faltava o cem (100), o valor cem, se forem à

tabela antiga verificam que averbamentos não tinha valor e, portanto, vê-se nitidamente que houve aqui uma lacuna, de quem estava a dactilografar, saltou o cem e marcou aqui, esquecendo-se do aditamento ao alvará e, portanto, isto são questões que, em minha opinião, não fazem absolutamente sentido nenhum. Por outro lado, relativamente àquilo que o senhor Vereador disse aqui, nem sequer vou rebater aquilo que ele disse porque acho que Câmara é Câmara, Assembleia é Assembleia; e aquilo que foi dito aqui é uma repetição daquilo que foi dito na reunião de Câmara e, portanto, eu pedia à Mesa da Assembleia que não permitisse intervenções deste género porque isto é transpor para aqui aquilo que foi dito na reunião de Câmara e isso eu não admito e nem sequer dou a palavra a nenhum Vereador para dizer aquilo que foi dito na reunião de Câmara. Portanto, o que está aqui em causa, é uma tabela de taxas que tem, sobretudo em observações, alguns erros de Português e remetia para artigos que foram retirados e, portanto, se quiserem aprovar a anterior não tem implicação absolutamente nenhuma em termos de valores, os valores são praticamente os mesmos, e nós podemos fazer imediatamente uma reunião de Câmara, uma Assembleia extraordinária e alterar isto que aqui está. Ou as pessoas agem de boa fé e estamos aqui para resolver assuntos à semelhança daquilo que resolvemos nos últimos quatro (4) anos, ou então estamos aqui a brincar, e eu sinceramente para brincar não gosto muito de estar aqui. Relativamente aquilo que foi dito, quero referir que se o sistema multi-municipal de águas provoca este aumento, então o que provoca o sistema inter-municipal que em Estremoz é o dobro destas taxas? Sinceramente, não brinquem comigo porque eu não gosto, gosto pouco de brincar. E em relação à questão das ilegalidades das pessoas que vivem no campo e que não sei quê, não têm saneamento, mas têm fossas, concerteza. Têm fossas e, portanto, terão que ser, terão que ser limpas, até porque normalmente não lhe é aplicada nenhuma, taxa pelo despejo das respectivas fossas, à semelhança daquilo que sempre se fez no concelho. Portanto, pagar vinte cinco (25) cêntimos é uma coisa que, de facto, é ridícula, mas poderemos, eventualmente, equacionar a hipótese de mudar. E para já fico-me por aqui.

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL :** Mário, faz favor.

**MARIO JOAQUIM TRINDADE DE DEUS :** Boa noite. Boa noite agora a todos, à Mesa, à Câmara, ao público. De facto, eu há bocado, a minha intervenção e quero-me penitenciar por isso, pode ter sido um pouco extemporânea, mas não era a ideia, a ideia não era discutir a essência, não era discutir a questão que estava a ser debatida, a questão era apenas, foi apenas uma, uma indignação natural que me saiu pela forma como o senhor Vereador estava a por a questão. É demagógica, não é séria e nessa sequência é que me fez irremediavelmente saltar e falar e quero-me penitenciar disso. Senhor Presidente, aceite as minhas desculpas. De qualquer maneira, e continuando ainda agarrado a uma questão de forma, a minha intervenção prende-se fundamentalmente com uma questão de forma, não tem a ver com uma questão de conteúdo, mas penso que, apesar de tudo, é capaz de se justificar, porque esta Assembleia assinala praticamente um (1) ano, está-se a fazer praticamente um ano em que os novos órgãos autárquicos estão em funções. Portanto, há praticamente um ano que a Câmara, que esta Assembleia, que as Juntas estão em funções. Foi, foi até este momento uma Assembleia sintomática, ouvimos o presidente de uma Junta no período antes da ordem do dia fazer uma reafirmação de confiança e de vontade e de disposição para o futuro; olhamos para a Assembleia, vimos onde estão as faltas, onde estão as presenças e, fundamentalmente, ouvimos a intervenção do Vereador Serra,

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL :** Professor Mário, temos que falar sobre tabela de taxas, licenças, e tarifas,

**MARIO JOAQUIM TRINDADE DE DEUS :** É, é mesmo disso, é mesmo disso que estamos a falar, Senhor Presidente. Ouvimos a intervenção do Vereador Serra ser extremamente desonesta, como já houve a ocasião de ser dito, já foi dito, fazendo um truque processual, que eu penso que as questões, eu continuo a achar que tudo o que tem a ver com o conteúdo, tem que ser discutido e vale a pena ser discutido e o rigor é importante, é decisivo. Agora, não se pode é servir disso para tirar rigor à discussão; penso que isso é que é complicado. E, fundamentalmente, tivemos, então, uma explosão do senhor Vereador Proença que demonstra um nervosismo muito grande e só pode ser por estas questões todas que eu já aponte e que tem que ser forçosamente porque, como disse o Senhor Presidente da Câmara: "Imputar responsabilidades destes preços", portanto, destas taxas, "A uma opção política que foi aqui tomada, é

pura demagogia", não tem nada uma coisa a ver com outra, nem as taxas têm directamente nada a ver com isso, nem o outro modelo, que funciona no concelho aqui ao lado, é melhor. Para sublinhar ainda isso e muito bem está a tabela dos resíduos sólidos, que tem a ver com outra opção política, portanto, que a empresa que foi constituída para fazer a recolha, não tem o mesmo modelo político e tinha que ser, e já devia ter sido implementada e não foi implementada; tem que ser implementada agora. Portanto, quando se vem para aqui defender modelos políticos e justificar com isso coisas que não têm nada uma coisa a ver com outra, é pura demagogia, é vontade apenas de complicar e de baralhar. Muito obrigado.

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL** : Obrigado.

**MEMBRO RUI BACALHAU** : Boa noite a todos. Para fazer também uma intervenção breve sobre este tema queria começar por dizer que alguns assuntos têm que ser tratados aqui na Assembleia com maior clarividência e que este chinfrim, na minha opinião, entre os elementos da Câmara não traz vantagens nem valor acrescentado nenhum à Assembleia. Penso que poderá haver mais calma, uma melhor exposição dos assuntos e todos nós, membros da Assembleia assim como o público, fica mais esclarecido, que é isso que se vem aqui fazer. Depois, tentando repor a verdade, alguns membros da CDU costumam falar sempre sobre as actas, mas esqueceram-se de falar, dois membros esqueceram-se de falar do que disseram na última Assembleia e eu vou, porque é aqui o lugar onde se deve dizer isso, é o lugar político e vou transcrever aquilo que eles disseram na última Assembleia. O membro Luís Nascimento, sobre este tema, falou o seguinte: "Era só para dizer que, de facto, em dois mil e três (2003) a factura da água no escalão mais baixo passa de zero vírgula vinte cinco (0,25) ao consumidor, para zero vírgula setenta e oito (0,78), o que triplica, de facto, o valor desse consumo". Como vimos, e pelas taxas que o Executivo nos apresenta aqui, é pura mentira, nada disto se verifica, não temos um crescimento desses, não triplica, há um crescimento, acabou o Senhor Presidente da Câmara de dizer, nalguns pontos relativamente à inflação, há, noutras áreas, uns crescimento superior à inflação, mas nunca chega ao triplo. Outra intervenção também na mesma Assembleia e um pouco ainda sobre este tema, o membro Maria Filipa Almeida disse o seguinte: "Deu-me informação concreta que gostava que as pessoas retivessem, a partir de dois mil e três (2003) que já vem muito perto, as pessoas passam a pagar cento e cinquenta e seis escudos (156\$00) por metro cúbico de água consumida", os cento e cinquenta e seis escudos é zero ponto setenta e oito (0,78), mais uma inverdade, agora para não dizer mentira. Portanto, verificamos que, por vezes, as pessoas fazem aqui afirmações que não correspondem nada à realidade, nem sei onde é que vão às informações, mas fazem disso uma tábua rasa e as pessoas, que depois não têm acesso aos documentos, transformam isso numa boa verdade, o que é pura mentira. Relativamente às taxas, Senhor Presidente, efectivamente houve alguns aumentos, eu por acaso até trago aqui a minha factura porque eu já pago taxas de saneamento e taxas de resíduos ao SMAS de Oeiras há muitos anos, mas, o modelo que o senhor está aqui a implementar é o que está já lá em vigor há alguns anos, portanto, questões burocráticas, por favor não as tragam para aqui, tentem é ser claros e concisos e tragam valor acrescentado a esta Assembleia que a nossa Câmara bastante precisa. Não queria continuar a intervenção, era só mesmo isto.

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL** : Senhor Vereador Serra, como direito a resposta, faz favor.

**JOAQUIM JOSE SERRA SILVA** : Ora, eu pedi este direito de resposta, que penso que deveria ter sido dado logo na sequência da intervenção do Senhor Presidente, mas assim aproveito e, como direito de resposta também ao professor Mário de Deus. Bem, eu penso que quando eu faço aqui direito de intervenções na Assembleia não estou a procurar baralhar, nem estou a procurar confundir, estou a procurar esclarecer. Agora, se nós não nos entendemos é um problema; agora, não temos é que chamar desonestos aos outros pelas exposições que fazem, nem pela maneira como as fazem porque, em critérios de honestidade, eu posso discutir com toda a gente, estou tranquilo e não os quero discutir aqui na Assembleia, podemos discutir de outras formas; agora, não admito é que sobre as minhas intervenções as considerem desonestas. Ao Senhor Presidente da Câmara também não lhe permito que considere de má fé eu estar aqui a dizer que foi substituído um documento porque há coisas que são muito simples, há coisas que são muito simples e que se podem resolver facilmente. O senhor podia ter telefonado, meia hora antes desta Assembleia, e ter dito aos eleitos da CDU na Câmara: "Eh pá, vejam se conseguem estar meia hora

antes da Assembleia para nós vermos aqui umas alterações que fizemos a alguns documentos". Eu penso que isso era uma maneira de trabalhar e, se calhar, tinha colaboração, não nos pode é confrontar aqui com um documento que é alterado e depois diz assim: "Agora dêem aqui o vosso Amen". Não, Senhor Presidente, não conte comigo para isso. E sabe que não conta, sabe que eu estou disponível, já cá vim à Câmara várias vezes fora de reuniões para ajudar a resolver assuntos; estou disponível para vir cá todas as vezes que o Senhor Presidente precise e que entenda que é necessário alterar documentos, mas não me traga esses documentos alterados para a Assembleia e não me peça depois, na altura, que, sem os analisar, que possa efectivamente pôr aqui a assinatura.

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL :** Doutora Filipa, faz favor.

**MARIA FILIPA MARTINS DE ALMEIDA :** Senhor Presidente, sou eu ou é o senhor Presidente da Câmara?

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL :** O Direito de resposta é dado quando não existirem inscritos.

**MARIA FILIPA MARTINS DE ALMEIDA :** Pronto. Então, também o que quero acrescentar não é muito, mas tem a ver com esta forma de discussão e com algumas coisas que são ditas e que acho que não dignificam a Assembleia. Um órgão, para ser democrático, tem que funcionar democraticamente; nós podemos não gastar tanto tempo ou podemos gastar o tempo todo, a Lei até define que as Assembleias podem ter uma determinada duração; agora, há coisas que não se podem esconder, eu nem sequer vou falar de números da tabela de taxas, não vou falar de quanto é que as pessoas vão pagar por metro cúbico de água porque, dentro de pouco tempo, as pessoas vão ter a oportunidade de saber isso e cada um vai ajuizar por si. As pessoas vão pagar mais, vão pagar mais em Borba, vão pagar mais em Vila Viçosa, vão pagar mais em Estremoz, vão pagar mais em Reguengos, vão pagar mais em Elvas, vão pagar mais um pouco por todo o lado e isto cada um, ou cada força política que está no poder num determinado concelho, tem que assumir, aqui é assumir uma coisa que é desagradável; eu percebo que isto publicamente é desagradável, mas têm que assumir e não pode ser com o nervosismo com que o Senhor Presidente respondeu agora a uma questão, porque não é assim nem vai ser assim, Senhor Presidente da Câmara. Os munícipes que não têm rede de esgotos, não têm obrigação nenhuma de pagar a taxa de manutenção, as fossas não foram feitas pela Câmara, as fossas são individuais e foram pagas pelos munícipes e, portanto, os munícipes da Alcaraviça e de outros locais não têm que pagar essa taxa ou tarifa, não têm de pagar um serviço que não lhes é prestado. E isso já foi dito aí pelo Vereador Serra, esta tabela não define onde e como é que ela vai ser aplicada, eu penso que isto não é complicar, isto não é baralhar, isto é querer ajudar, porque depois as pessoas vêm à Câmara, vêm reclamar e aí é que é uma confusão, aí é que é uma baralhada. Quanto à intervenção dos Vereadores, de qualquer Vereador, eu acho que a intervenção dos Vereadores pode ser esclarecedora, pode sempre ser esclarecedora seja ela de um Vereador da maioria ou de um Vereador da oposição e não há muito tempo ainda, ainda não há um ano, quando o senhor membro da Assembleia, agora membro da Assembleia Mário de Deus, que era Vereador nesta Câmara e era Vereador da oposição, muitas vezes, da forma mais intempestiva e, se calhar, com muita gente contra a forma como ele o fazia, mas era a forma dele, muitas vezes interveio de uma forma bastante mais intempestiva e bastante mais despropositada do que o Vereador Serra fez agora. Portanto, acho que o Senhor Presidente da Câmara devia ficar mais calmo e não dizer que não permite a um Vereador que venha para Assembleia dizer o mesmo que disse na Câmara porque isso é um atentado à liberdade de expressão, Senhor Presidente. Qualquer membro da Assembleia pode fazer uma pergunta a um Vereador e ele pode responder da forma que entender. Pode dizer o mesmo, pode dizer outra coisa qualquer,

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL :** Doutor Nascimento, faz favor.

**LUIS MANUEL DO NASCIMENTO :** Bom, eu na última Assembleia disse que a água iria triplicar em dois mil e três (2003) aos consumidores em Borba e fi-lo baseado num estudo ao qual tive acesso e que, como tive a oportunidade de proferir nessa mesma Assembleia foram dados apresentados por mim, que tinham até então sido sonogados pelo Senhor Presidente da Câmara que trouxe para a discussão uma

matéria bastante importante e que vai tocar imenso nos bolsos dos Borbenses, estudo esse feito pela empresa à qual foi vendida, de uma forma barata, ou vai ser vendida de uma forma barata a água em alta para abastecer depois o concelho de Borba. Naturalmente, e o Senhor Presidente da Câmara quando falou sobre os ligeiros aumentos disse também que teriam que haver mais aumentos; lá chegaremos, lá chegaremos ao triplo do custo da água naturalmente, até porque a própria Lei diz que deve de haver um equilíbrio entre as receitas e os serviços prestados aos munícipes pela Câmara, não é? Daí, lá vamos, lá vamos a triplicar, lá vamos a triplicar, de facto, o valor da água. Agora, a grande diferença é esta, é entre multi-municipal e o inter-municipal, no multi-municipal os valores são mais elevados e falta-nos aqui ainda uma coisa que foi, penso que foi decidida pelo PS nessa própria Assembleia Municipal, era fazer uma discussão pública desta matéria, estamos a aguardar que venham os técnicos, vamos discutir isto, vamos discutir isto publicamente que é para ver, então, onde é que está a verdade dos factos e como disse a minha companheira Filipa, companheira de bancada, de facto, não é preciso estar aqui a falar em números agora; os Borbenses, quando receberem a factura da água em casa, vão ver que, de facto, o custo da água aumentou e vai aumentar significativamente.

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL :** Obrigado. Senhor Presidente da Câmara, faz favor.

**PRESIDENTE DA CAMARA MUNICIPAL :** Muito obrigado. Eu quando pedi o direito de resposta foi apenas para dizer que não foi nem uma (1), nem duas (2), nem três (3), nem quatro (4), nem cinco (5) vezes que o anterior Executivo me pediu para rubricar aqui documentos que vinham para rectificação. Portanto, ninguém me chamou, ninguém me chamou trinta (30) minutos antes, para me dizer que os documentos iam ser alterados e mais, se os senhores entenderem que não querem assinar, não tem problema nenhum, a tabela de taxas pode ser aprovada, claro que depois há coisas que não jogam, vê-se nitidamente que um artigo, não é esse artigo, que é outro e claro que os serviços não vão parar concerteza por causa disso, mas isso é um problema dos senhores. Não, nem sequer, isso é coisa que nem me aquece nem me arrefece, mas já agora aproveito para dizer que, relativamente ao preço da água, não está aqui em discussão, o sistema multi-municipal e inter-municipal, penso que isso já foi falado. Sobre a discussão pública, já neste momento, estão contactados os técnicos no sentido de o fazer, e até haveremos de marcar uma Assembleia extraordinária para o efeito, com todos os dados clarinhos, até para demonstrar que não há grandes diferenças e lamento profundamente que, quando se fala aqui de sistema multi-municipal, apenas se refira a questão da água. Eu preferia que referissem antes a questão dos resíduos que é muito mais polémica e muito mais interessante de discutir. E, para já, ficava por aqui.

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL :** Engenheiro Cabral, faz favor.

**CARLOS MANUEL DE ALMEIDA CABRAL :** Muito obrigado, Senhor Presidente. Muito boa noite a todos, como é evidente, cada um na sua vida é mais vocacionado para umas coisas que para outras, eu não sou claramente muito vocacionado para a questão das tarifas, taxas, eu gostaria de discutir isto de um num outro plano, que é o plano da política, já que se misturou aqui, quer os sistemas quer a tarifa. Evidentemente, no plano da política, se o Presidente da Câmara e o Executivo fosse burro é que aumentava, pelo prazer de aumentar e para que as pessoas pagassem mais. A questão que está por trás disto é uma questão essencial de mudança de hábitos e da criação de novas empresas, quer na questão das águas e do saneamento quer nos resíduos sólidos, em que o célebre princípio de utilizador pagador que tanto se defende agora na política e na economia neo-liberal, também tem a sua aplicação, nos nossos concelhos e no interior mais empobrecido e menos beneficiado pelos valores do desenvolvimento. Evidentemente que a questão dos modelos será discutida noutra Assembleia, o requerimento foi aprovado e esperemos que seja cumprido rapidamente e a questão dos modelos e da verdade de que falaram agora alguns, a verdade também não é, não há verdades absolutas, há verdades relativas; é conforme a gente se situa sobre um problema é que tem a nossa verdade e a minha verdade pode ser diferente da verdade dos outros; logo, a verdade nunca é absoluta, é relativa face ao olhar, ao ângulo com que nós olhamos a cada questão. Evidentemente que esta tabela tem a ver com duas (2) coisas: primeiro, umas taxas, segundo eu percebo, há alguns anos que não haveria aumentos e eu gostaria de saber até, perguntar há quantos anos, e noutras tem a ver com a aplicação, a aplicação de novos sistemas que imputam novos custos como é evidente. Agora, se os custos podem ser menores ou maiores e se eu percebo aqui as taxas, nos escalões

há uma discriminação positiva para quem gasta menos e que em um (1) metro cúbico de água, se eu percebo, nessa discriminação positiva, de facto, até um pouco mais barato do que era anteriormente nos primeiros escalões da utilização de água, por um metro cúbico (13), dois metros cúbicos (23), três metros cúbicos (33), baixa o preço em relação ao que era anteriormente e logo, há aqui qualquer coisa que não joga e entra em contradição com algumas intervenções que tenho ouvido. É claro que, nos escalões mais altos, vai pesar, mas é essencial que pese, para a nossa região, para o país e para o mundo. É essencial que, sob a água, se tenha uma educação que tem que vir do seu custo económico, porque não é possível a gente passar aqui no Verão em Borba e ver pessoas a lavar carros, a lavar o chão da estrada com água tirada do sistema de águas. Tem que haver aqui uma forte pressão de educação para a poupança da água, porque, de facto, daqui a uns anos ela será um bem raro. Já o é em grande parte do mundo, em muitas partes do mundo, já o é, e essa falta de água leva a questões que, às vezes, nós nem sequer pensamos, mas o alerta mundial lançado ontem pela FAO sobre a falta de água em regiões de África, implica quarenta e cinco milhões (45.000.000) de seres humanos a passar fome este ano, só pela falta de água. Logo, a questão não se pode pôr na Assembleia Municipal, do meu ponto de vista, em discutir se a taxa é zero vírgula quinze (0,15) ou zero vírgula vinte (0,20), mas em discutir, quais são, no fundo, as grandes questões e as linhas de política de olhar, o problema. E há linhas políticas diferentes, ainda bem, se olhássemos todos da mesma maneira isto era uma parvoíce. Quer dizer, ainda bem que há linhas políticas diferentes, há formas de olhar diferentes, há olhares diferentes e há aumento dos custos dos serviços. Não tenhamos a mínima dúvida que as pessoas vão sentir aumento dos custos do serviço e vão sentir aumento dos custos do serviço, quer no sistema inter-municipal, quer no sistema multi-municipal dos resíduos sólidos, que aliás, aproveito para dizer que ou entra em funcionamento ou então mais vale acabar já porque há anos que ouvimos falar naquilo e isto continua tudo na mesma. A tal empresa, continua com o lixo na lixeira, os carros a vir buscá-lo, as pessoas a descarregar perto da lixeira, não há Ecopontos, não sei quê. Um sistema tão bom, ao fim destes anos todos não consegue resolver nada, deve haver algum defeito do sistema ou então é da minha visão, que a minha verdade é diferente da verdade dos outros. Muito obrigado.

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL :** Senhor Vereador Proença, faz favor.

**JOAO MANUEL RATO PROENCA :** Ora, é a primeira vez que me dirijo também a esta Assembleia, boa noite a todos, peço desculpa à Mesa por ter intervindo sem estar autorizado para isso. De qualquer forma só queria dar aqui uma explicação, para que também se entenda qual é o meu posicionamento e o posicionamento da CDU. Este documento que estamos aqui a avaliar agora, de nome "Taxas, Licenças e Tarifas", como nós já referimos, foi-nos distribuído exactamente na véspera da reunião de Câmara, no dia imediatamente anterior tivemos acesso a ele, tivemos pouco tempo para o analisar, decidimos abstermo-nos para não inviabilizarmos todo este processo e chegar aqui a esta Assembleia com possibilidades, com mais possibilidades de intervir sobre ele. De qualquer forma, o que me parece é o seguinte, o que me parece que é desnecessário, e isto é directamente ao senhor Presidente, é, já não é a primeira vez que há documentos que chegam à Assembleia sem estarem previamente autorizados pela Câmara. Aquilo que me parece que hoje aqui deve ser analisado e discutido é o documento inicial que veio da Câmara e não este que chegou hoje aqui à Mesa, porque este para ser válido tem que ser novamente aprovado pela Câmara, tem que ser aprovado pela Câmara, porque não são alterações de pormenor e acho que nós não perdíamos nada com isso, até porque o documento, o documento já teve estas alterações, não quer dizer que não tenha outras e digo-vos isto, digo-vos isto com toda, com toda a sinceridade, parece-me que ele ainda vai ter que ter mais alterações. Nós devíamos, a Câmara, a Câmara deveria ponderar, ver bem todas as alterações que tem de fazer porque no dia um (1) de Janeiro, ou no dia dois (2) de Janeiro isto é entregue aos funcionários, os funcionários vão guiar-se por ele, vão começar a utilizá-lo e ele deve ser um documento corrigido, até ao último pormenor, alínea por alínea, este documento deve estar corrigido em tudo aquilo que for possível corrigir. Desculpem-me esta minha posição e esta minha desconfiança sobre alguns dos documentos da Câmara porque quando nós agora passarmos, Senhor presidente, quando nós agora passarmos aos regulamentos, quando nós passarmos a outros documentos da Câmara, vai ver que, e eu tive tempo de os ler depois da reunião de Câmara, há muitas falhas. Tive oportunidade de dizer aos dois (2) Vereadores que cá estavam, antes de terminarmos a reunião, que naquela reunião, dado o número, o grande volume de, de documentos que tivemos que

analisar, eles iam chegar à Assembleia com muitas falhas. Isto está gravado e os dois Vereadores que aí estão sabem. Há, de facto, dificuldades de trazer até aqui às vezes as coisas completas e acabadas e não é má vontade é que a tabela de taxas é uma coisa muito sensível, é uma coisa que deve ser bem elaborada e a Assembleia deve ser poupada a estes documentos, a estas situações de aparecer-nos aqui com um documento que não, pelo menos não está rubricado por nós e eu não me sinto à vontade, Senhor Presidente, de ir rubricar agora aqui em cima da Mesa. Eu acho que ainda tenho alguma desconfiança de todo o processo de controle que está a ser feito, até pelo grande volume, até lhe digo pelo grande volume de documentação que hoje temos aqui nesta Assembleia que é significativo. E era isto que queria dizer porque não é má fé, não é má vontade, é que o documento deve ser, em meu entender, corrigido para chegar aqui à Assembleia definitivamente corrigido. Se me disser que esse trabalho já foi feito, que este documento que já foi completamente verificado e que não vai haver mais alterações nenhuma, eu não tenho, eu não tenho dúvidas nenhuma em o assinar já, em rubricar já. Agora, o que me parece é que não é esse o caso ainda, por aquilo que eu vi, pelas opiniões que eu vi do Senhor Presidente; que há alterações de Português, que as viu já aqui em cima da Mesa, era melhor fazer as alterações todas e depois nós rubricarmos, então, o documento. Disse.

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL :** Senhor Presidente da Câmara, faz favor.

**PRESIDENTE DA CAMARA MUNICIPAL :** Tenho que me continuar a rir porque, efectivamente, se houve algum cuidado com este documento, foi este ano, e mesmo assim houve aqui alterações e há alterações, porque quem analisou a anterior tabela de taxas e licenças, sinceramente, tenho muitas dúvidas que tivesse havido algum cuidado igual aquele que este Executivo teve, comparativamente com o cuidado que o Executivo anterior teve. E, portanto, essa tabela de taxas que aí aparece é uma tabela de taxas que resultou da reflexão que este Executivo fez, elaborou um documento, mas naturalmente não me peçam, enquanto Presidente da Câmara, e aos meus vereadores para estarmos a controlar à linha aquilo que é passado, aquilo que é dactilografado, até porque não temos o staff que, se calhar, o anterior Executivo tinha. Depois, quero-lhes dizer que, relativamente à questão que foi aqui referida à pouco, em relação ao consumo de águas e à tabela de taxas de águas, quero-lhes dizer que, efectivamente, o objectivo deste Executivo é penalizar quem consome mais água, mas isso eu não tenho dúvida nenhuma, e é penalizado no consumo de água tal como depois acaba por ser penalizado na tabela dos resíduos sólidos e no saneamento. E é penalizado porque, efectivamente, a água tem que ser poupada e se os preços aumentam agora, tenho muita pena que não aumentem mais e só não o faço exactamente porque as pessoas não têm que ser penalizadas este ano por aquilo que o anterior Executivo deveria ter feito e não fez, porque a actualização das taxas e tarifas pelo menos nos últimos quatro (4), quatro anos que eu me lembre, apenas sofreu alteração das taxas de inflação. É uma coisa que não se compreende, mesmo no regulamento de edificações, por exemplo, era ridículo aquilo que as pessoas pagavam por uma vistoria, partindo do princípio que quando há uma vistoria se desloca um motorista, se desloca um carro, se deslocam dois (2), dois técnicos, se desloca um fiscal e depois as pessoas pagavam mil e poucos escudos, se é que era, não me lembro, não recordo agora, quer dizer, isto é ridículo, pura e simplesmente, o grande erro foi, efectivamente, as taxas e tarifas não terem vindo a ser actualizadas ao longo dos anos, fazendo política populista, eu aqui até posso vir a ser acusado de estar a fazer uma política que não é populista, mas neste momento isso nada me preocupa. Nada me preocupa neste momento, porque quem quiser fazer política populista, endividando a Câmara, que o continue a fazer, eu não estou para isso. Estou aqui porque quero que Borba progrida e para Borba progredir, temos que acompanhar também o evoluir das taxas e tarifas do nosso concelho e a população tem que perceber isso e quem gasta muita água tem que ser penalizado por a gastar. E as pessoas têm que perceber, têm que ser educadas em termos ambientais, têm que ser educadas em termos de custos de água, porque a água é um bem, é um bem que tem que ser pago. Relativamente àquilo que o Vereador Proença diz, relativamente ao facto de receber os documentos na véspera, tenho muitas dúvidas e se o recebeu na véspera, eu penso até que na última reunião até nem o recebeu porque o correio se atrasou, mas eu também não tenho culpa que o senhor Vereador tivesse mudado de residência. Agora, o que é um facto é que os documentos foram enviados dentro do prazo legal. Se as pessoas não têm tempo, isso é um problema da Lei, não é um problema propriamente meu. O que eu propunha neste momento à Assembleia era que se aprovasse o documento, tendo em conta que a Assembleia é soberana. Esse documento que aí está, a única diferença que tem é em termos de página dois

(2). Efectivamente, faltava aí o valor, mas vê-se nitidamente que não foi aí colocado por má fé. De resto, tudo o que há são erros de ortografia, erros que em nada influenciam os valores das taxas; os valores são exactamente os mesmos, só que, por vezes, em observações, se remetia para artigos que tinham sido mudados fruto da alteração das tabelas. Portanto, se a Assembleia é soberana, eu proponha, eu pedia à Assembleia que realmente o aprovasse e que fosse rectificado por nós.

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL** : Doutor Nascimento, faz favor.

**LUIS MANUEL DO NASCIMENTO** : Eu, pretendia só fazer uma pequena intervenção, e depois, a seguir, um requerimento à Mesa. A pequena intervenção é dizer que, de facto, eu estou de acordo que a água seja paga pelo seu justo valor. Estou perfeitamente de acordo com isso, mas agora pode ser um justo valor mais baixo ou mais alto e a proposta que nós pretendemos é que esse justo valor seja o mais baixo. Não é esse que está agora a ser proposto. E o requerimento à Mesa é o seguinte: "dado que os membros da Assembleia Municipal receberam uma proposta de tabela de taxas e licenças e hoje, dia vinte (20) de Dezembro, receberam outra, em plena Assembleia, que não foi aprovada pela Câmara, propomos que este ponto de ordem trabalhos não seja votado hoje e passe por uma próxima Assembleia, depois de feitas todas as correcções. Acresce que esta tabela carece de legalidade, já que nenhuma proposta é acompanhada da respectiva lei habilitante" (Anexo 8). E, já agora, acrescentava uma outra questão, na proposta que vier da tabela de taxas e licenças que viessem duas colunas: Uma com os valores que estão a ser praticados em dois mil e dois (2002) e outra com os valores propostos para dois mil e três (2003).

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL** : Vamos votar este requerimento. Quem vota a favor do requerimento, faz favor de levantar o braço. Faz favor de baixar. Quem vota contra? Faz favor de baixar. Quem se abstém? Portanto, o requerimento foi reprovado com quatorze votos contra e três votos a favor.

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL** : Faz favor, Diogo Sapatinha.

**DIOGO MANUEL CANHAO SAPATINHA** : Eu só queria chamar a atenção para o Senhor Presidente da Câmara quando disse que Assembleia é soberana, a Assembleia é soberana até um certo ponto. Nós não podemos ir aqui aprovar um documento que não está assinado pelos membros da Câmara e se os membros da Câmara não o querem assinar, estão no seu direito. Eu proponha era o seguinte, aprovamos o documento antigo, o documento inicial. Tem erros? Os erros corrigem-se mais tarde. Se a diferença é desses cinquenta euros (50) euros, nós damos os cinquenta euros de barato. Vamos aprovar o primeiro documento.

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL** : Isso é uma proposta?

**DIOGO MANUEL CANHAO SAPATINHA** : Exactamente.

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL** : Agradecia que depois fizesse a proposta por escrito.

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL** : A proposta, portanto, diz: "Proponho à Mesa da Assembleia Municipal que se ponha à aprovação a tabela de taxas, tarifas e licenças que foi inicialmente apresentada aos membros da Assembleia e aprovada na reunião da Câmara Municipal de Borba" (Anexo 9). Vamos votar a admissão da proposta. Quem vota a favor da admissão da proposta, faz favor de levantar o braço. Faz favor de baixar. Quem vota contra, faz favor de levantar o braço. Quem se abstém, faz favor de levantar. A proposta está admitida por unanimidade. Agora vamos passar à discussão da proposta. O Secretário da Mesa apresentou outra proposta. Vamos lê-la e depois votar a sua admissão. Faz favor, Doutora Filipa.

**MARIA FILIPA MARTINS DE ALMEIDA** : Senhor Presidente, eu não quero complicar, mas acho que as propostas têm de ser todas admitidas. Não faz sentido votar admissões.

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL** : Não, podem não ser admitidas se a Assembleia assim o entender.

**MARIA FILIPA MARTINS DE ALMEIDA** : Desculpe lá, mas as autarquias têm leis próprias pelas quais se regem. E a lei das competências dos órgãos autárquicos não define nada disso.

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL** : As Assembleias também têm.

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL** : Vou ler: "Proponho que a proposta inicial da tabela de taxas etc., seja aprovada com as alterações introduzidas pelo novo documento, apresentado pela Câmara Municipal". Portanto, é uma proposta que, no fim de contas, é complementar da anterior. A primeira propõe que o documento inicial seja aprovado, a segunda propõe que o documento inicial, seja aprovado, vai um bocadinho mais longe, sugerindo que estas alterações de Português e de artigos, sejam enviadas à Câmara como recomendação para alterar a tabela de taxas.

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL** : Pergunto à Assembleia, vamos admitir esta proposta? aceita, a Assembleia aceita esta proposta? Quem vota a favor, faz favor de levantar o braço. Faz favor de baixar. Quem vota contra, faz favor de levantar o braço. Quem se abstém, faz favor de levantar o braço. A segunda proposta está aprovada por maioria. Portanto, estamos na presença de duas propostas. Agora, aceitam-se inscrições para a discussão das propostas. O senhor Vereador Serra sabe as regras. Só pode falar com a autorização do Presidente ou requisitado pelos membros da Assembleia.

**PRESIDENTE DA CAMARA MUNICIPAL** : Dou licença, mas eu iria resolver a situação e evitava a intervenção do senhor Vereador, mas tudo bem. Senhor Vereador, faz favor.

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL** : Pois, é que isto tem regras. Faz favor, senhor Vereador, de falar.

**JOAQUIM JOSE SERRA SILVA** : Senhor Presidente da Assembleia, disse muito bem, isto tem regras e uma das regras para que uma proposta esteja aí, que o senhor a possa considerar, é que ela tem que se enquadrar na legislação. E essa proposta que foi apresentada carece de legalidade no campo das competências. Por muito que o Senhor Presidente quisesse introduzir essas alterações, não pode porque não tem competência própria para alterar a tabela de taxas. A competência é da Câmara Municipal. Por isso, essa proposta que aí está, mesmo que o senhor a ponha à consideração da Assembleia e a vote, ela tem sempre, está sempre com esta ilegalidade anexa e que deveria ser o Senhor Presidente, enquanto Presidente da Assembleia, a saber que não a poderia sequer aceitar para a discussão. Porque está aferida dessa ilegalidade, de ilegalidade de competências que anula todas as decisões que aqui tomarmos sobre isso.

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL** : Infelizmente não houve a tranquilidade para entender aquilo que eu disse ou eu fiz-me explicar mal. Vou aceitar que fui eu que me expliquei mal. O que eu referi é que o que está na primeira das propostas é que se aprove a tabela de taxas inicialmente apresentada pela Câmara e a segunda proposta, propõe que se sugira à Câmara Municipal que tenha em consideração as alterações constantes no documento alterado. Fiz-me entender ou não? Engenheiro Cabral, faz favor.

**CARLOS MANUEL DE ALMEIDA CABRAL** : Senhor Presidente, eu não quero complicar nada, mas quero-me situar nesta Assembleia com os meus direitos de membro eleito e quero colocar-lhe duas questões. Se eu quiser propor que a taxa "das buscas por cada ano, exceptuando aqueles que expressamente se indicarem, aparecendo ou não o objecto da busca" e, em vez de serem dois, vírgula noventa e um (2,91), sejam dois, vírgula noventa (2,90), posso fazer esta proposta nesta Assembleia? Não posso? Só posso dizer sim ou não aos documentos que vêm da Câmara Municipal? É essa a situação da lei? É isso? Só esta questão.

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL** : Não. A Assembleia pode aprovar documentos

sugerindo à Câmara Municipal que tenha em conta posições da Assembleia. A Câmara depois, se não quiser ter, não tem. Mas pode-lhe sugerir isso. Não há mais ninguém inscrito?

**AUGUSTO GUÉGUÉS** : Eu retiro a proposta que apresentei. Portanto, a segunda

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL** : Queria comunicar que a segunda proposta foi retirada pelo proponente. Senhor Moura Lopes, faz favor.

**ANTONIO JOAQUIM MOURA LOPES** : Em face da retirada da proposta, neste momento, prescindo da palavra.

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL** : Muito obrigado. Portanto, como não há mais ninguém inscrito, vamos votar a aprovação ou não da Tabela de Taxas, Licenças e Tarifas para o ano de dois mil e três (2003). Quem vota a favor da tabela, faz favor de levantar o braço. Faz favor de baixar. Quem vota contra, faz favor de levantar o braço. Faz favor de baixar. Quem se abstém? Aprovado por 14 votos a favor e 3 votos contra.

**LUIS MANUEL DO NASCIMENTO** : Era só para fazer uma declaração de voto. "Os eleitos da CDU na Assembleia Municipal de Borba votaram contra a Tabela de Taxas, Licenças e Tarifas para dois mil e três (2003) por: Um (1), a tabela agora aprovada revelar aumentos brutais e criar novas taxas de licenças e tarifas, sobrecarregando assim o orçamento familiar do Concelho, à semelhança do que tem feito o governo PSD/PP para o resto do país. Dois (2), a tabela de taxas, licenças e tarifas está elaborada de forma generalista, não prevendo excepções onde elas seriam necessárias, tornando-se, por isso, uma lei cega que vai prejudicar vários sectores da população do Concelho. Três (3), a tabela de taxas, licenças e tarifas apresenta propostas redutoras para o desenvolvimento económico do Concelho; a atracção de novos investimentos industriais e habitacionais e a fixação da população. Câmara Municipal de Borba, vinte (20) de Dezembro de dois mil e dois (2002)" (Anexo 7).

**PONTO TRÊS PONTO DOIS: Documentos Provisionais:**

- I. Orçamento para o ano de 2003;
- II. Opções do Plano para o ano de 2003.

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL** : Vamos passar ao ponto três dois (3.2), "Documentos Provisionais: Orçamento para o ano dois mil e três (2003), Opções do Plano para o ano dois mil e três (2003)". Quem se quiser inscrever, faz favor. O senhor Paixão, faz favor.

**ANTONIO JOSE BARROSO PAIXAO** : Senhor Presidente, boa noite à Excelentíssima Mesa, Presidente da Câmara e Senhores Vereadores, companheiros de bancadas, companheiros e não só, estimado público, boa noite a todos. Agradecer à Mesa também o desejo de Boas Festas que nos colocou, também teve a amabilidade de nos colocar em cima da nossa mesa. De uma forma muito generalista, fiz uma análise aqui muito rápida também ao orçamento e só queria manifestar algum descontentamento porque continuo a ver a freguesia de Rio de Moinhos, em meu entender, um pouco reforçada em termos de verbas para investimento. Se é um facto que eu me habituei, noutros tempos, a ver verbas colocadas para obras na freguesia e depois as obras não surgiam, isso consola-me um pouco, pode ser que não as vendo agora lá colocadas, que surjam as obras. Espero bem que isso aconteça. Queria referir concretamente o ponto dois quatro (2.4) o Sistema de Águas Residuais e Pluviais, até parece que têm alguma coisa contra a freguesia de Rio de Moinhos, maiormente porque vejo em todos os campos, todas as rubricas deste ponto dois quatro (2.4) sempre algumas verbas para investir este ano em ETAR's de Borba, em ligação de esgotos e ramais, e para adiantar, arranjo na Rua de São Francisco, em ETAR's da Parreira, etc., etc., etc.. Quando chega ali ao Saneamento Básico da Talisca, zero (0). ETAR de Rio de Moinhos, zero (0). Saneamento Básico dos Mochões, zero (0). Tapada do Anjinho, zero (0). Fiz eu um cavalo de batalha no mandato anterior com estas questões e tenho pena que, no ano de dois mil e três (2003), veja estes empreendimentos outra vez sem verbas definidas. No entanto, como já disse, no outro mandato, todos os anos, todos os anos vi no Orçamento e Plano de Actividades verbas destinadas a estes

empreendimentos, elas não se concretizaram, quero acreditar que desta vez a coisa funcione ao contrário. Não há verbas, mas que haja alguns passos nesse sentido. Muito obrigado.

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL** : Doutor Nascimento, faz favor.

**LUIS MANUEL DO NASCIMENTO** : Senhor Presidente, estamos a discutir as grandes opções do plano e o orçamento em conjunto?

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL** : Exactamente.

**LUIS MANUEL DO NASCIMENTO** : Exacto. A primeira questão que eu quero colocar é sobre a adenda ao orçamento que me chegou ontem a casa. A adenda ao orçamento. Estive a olhar para o papel e os documentos provisionais, que é aquilo que está aqui assim em discussão, prevê o PPI, o Plano de Actividades de relevo para o município, prevendo também revisões orçamentais, alterações orçamentais e do PPI também, não prevendo lá nenhuma adenda ao orçamento. Por outro lado, olhando para isto, para esta adenda que aqui vem, vem assinada pelo técnico da Câmara, o doutor Nuno Cavalheiro, e não vem de novo assinado pelos elementos da Câmara. Por outro lado, uma adenda seria qualquer coisa que trouxesse algo de novo e, de facto, esta adenda não traz nada de novo. Divide os números, parte os números, põe-nos noutra lugar e a análise, a leitura que eu fiz é que esta adenda terá, terá surgido pela aplicação tardia do decreto-lei vinte e seis de dois mil e dois (26/2002), de catorze de Fevereiro que é, de facto, uma alteração em relação à classificação, à classificação económica. Pronto. Esta, de facto, é a primeira questão. Em relação às Grandes Opções do Plano, para já só esta nota e depois mais à frente, naturalmente, terei oportunidade de fazer outras, outras referências. Que é "As Grandes Opções do Plano vêm marcadas pela herança da gestão anterior". Está aqui escrito num documento que também foi distribuído hoje. E eu, olhando para as Grandes Opções do Plano, vejo que a actividade municipal vem toda iniciada em dois mil e dois (2002). Então, onde é que está a marca da herança da gestão anterior? É só mais uma, só mais uma questão. De facto, eu gostaria de perguntar ao Vereador Proença se esta adenda, se isto passou pela Câmara? Certamente que não, que isto não vem assinado, mas gostaria de ter mais alguma informação sobre isto.

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL** : Faz favor, Vereador João Proença.

**VEREADOR JOAO MANUEL RATO PROENÇA** : Ora, esta adenda não passou. Não passou pela Câmara, não esteve lá e, já agora, só uma opinião, vou procurar ser muito breve a dizer que esta forma de trabalhar, esta forma de estar e de chegar à Assembleia traz coisas, traz isto que nós estamos aqui a assistir. Isto não pode acontecer. E eu, desde já, pedia ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal que tivesse em atenção isto, de facto, estas coisas, porque é desagradável, depois entramos em discussões, em dizes tu, digo eu, isto não esteve presente. Não nos foi dito nada, não nos foi comunicado. E é evidente que os órgãos devem funcionar melhor; a Câmara tem que funcionar melhor do que aquilo que está a funcionar. O Senhor Presidente da Câmara tem que assumir isso, de uma vez por todas, porque não é má vontade, isto são alterações, o trabalho não é fácil, mas nós temos, nós temos que fazer as coisas como deve ser. E a vida do Senhor Presidente da Assembleia está aqui a ser complicada, a Câmara está-lhe a dificultar a vida, em minha opinião, ao Senhor Presidente da Assembleia. Porque estas coisas têm que ser tratadas antes do plenário reunir. Muito obrigado.

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL** : Obrigado. Portanto, Rui Bacalhau, faz favor.

**RUI MANUEL GANITO BACALHAU** : Senhor Presidente, relativamente ao Orçamento e às Opções do Plano, gostava de fazer algumas recomendações à Câmara, para não estarmos sempre nos formalismos porque só ouço formalismos. Acho que deve haver alguém que quer vir para seu assessor, Senhor Presidente, com as opções que ele tem estado a fazer, ou parecido, parece-me que se está a fazer ao lugar. Eu quero ser mais prático, quero fazer algumas recomendações à Câmara. Estive a analisar e devo-lhe, desde já, dizer que não quero ser seu assessor, tive que estar eu a fazer um mapa, um mapa que já ando a pedir há muito tempo. No outro Executivo eu compreendia que não fizessem o mapa porque não sabiam, mas o senhor, temos que mudar Borba, temos que melhorar Borba e tem que ser com trabalho, temos de

fazer o mapa. Eu não vou dizer que também recebi os documentos bastante tarde. Estive ontem até às quatro e meia (04:30) da manhã para poder fazer o mapa e analisar estas coisas. Provavelmente, pronto, é alguma vontade e porque gosto de Borba. Mas gostava de fazer declarações objectivas. Senhor Presidente, face aos mapas, posso dizer os números, tenho-os aqui objectivamente. Face àquilo que foi aprovado no ponto três ponto um (3.1), penso que provavelmente na rubrica Taxas, Multas e outras Penalidades poderíamos aumentar esta rubrica. Estamos a ter, inclusive, um decréscimo em relação ao orçamento do ano passado. Em relação à execução por projectos, a execução de Novembro para Dezembro, em relação à execução de dois mil e dois (2002), o valor tem um crescimento de cinco mil euros (5.000). Eu penso que aqui, até por aquilo que foi dito no outro ponto, que ia encarecer tanto as taxas, que ia encarecer tanto todos aqueles pontos, penso que os cinco mil euros, se calhar, são pouco. E é uma receita corrente. Relativamente à despesa corrente, a principal rubrica continua a ser o pessoal. Infelizmente o senhor pegou, o senhor pegou a Câmara como ela estava; num ponto mais à frente, vamos até falar numa auditoria em que, de controle e todas essas coisas, é o que ela fala menos, porque não havia, não sei é como é que estes senhores ainda têm o descaramento de vir para aqui e falar em formalidades e que é inconstitucional e tudo isso, quando o relatório da auditoria que eles já têm conhecimento, passa todo o relatório a dizer que não há controle na Câmara, que se faziam coisas algo dúbias. Eu não consigo perceber, mas isso é para o ponto a seguir. Era só para não estarmos sempre com as situações, de inconstitucionalidade, o Senhor Presidente dificulta, o Senhor Presidente faz isto, faz aquilo.

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL :** Estamos a falar no Orçamento.

**RUI MANUEL GANITO BACALHAU :** Peço desculpa, Senhor Presidente, estive simplesmente a fazer uma adenda, já que estamos a falar das adendas aos orçamentos, uma adenda ao descontrolo de que já foi aqui acusada a Câmara. Por isso é que estava dizendo, a primeira propostas a apresentar seria um crescimento nas Taxas, Multas e outras Penalidades, e a segunda, se calhar, a rubrica de pessoal, Senhor Presidente, face ao emagrecimento que o senhor já conseguiu ter na Câmara, face à diminuição de assessores, todas as outras pessoas que aí andavam, se calhar também pode baixar mais, Senhor Presidente. Mesmo com os valores que a Ministra está a propor, eu julgo que a rubrica de pessoal pode baixar porque o senhor só está a baixar três por cento (3%) e a diminuição de pessoal foi bem superior a esses três por cento. Posteriormente, apresentarei outras propostas.

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL :** Diogo Sapatinha, faz favor.

**DIOGO MANUEL CANHAO SAPATINHA :** O que eu vou dizer talvez seja um pouco supérfluo e o que eu vou dizer é contra o que eu vou dizer. Eu queria simplesmente fazer um pedido, quer aos meus colegas de bancada, quer aos elementos da oposição para sinceramente não se porem com questiúnculas como esta do Luís da adenda e das heranças, da herança da gestão anterior, e até vou, eu já vou, eu já vou explicar por que é que é uma questiúncula. Porque senão fazemo-nos velhos aqui, quer dizer, já temos aqui tantos, tantos papéis para analisar que de certeza não vamos acabar esta Assembleia hoje, vamos estar cá amanhã e, se continuamos neste ritmo, só daqui por uma semana é que saímos daqui. As questiúnculas são o seguinte, esta adenda não é como se vê logo assim que se folheia e como o senhor muito bem disse, isto não traz nada de novo, isto não altera o orçamento em nada, portanto, não tem que estar a ser, eu penso que nem sequer tem que estar a ser assinado pelos membros, não tem. Não tem porque isto é simplesmente uma forma de expor os números talvez para melhor compreensão. Quanto à herança da gestão anterior, e se calhar.....Se alguém se desviou, foram as intervenções anteriores que eu estou a comentar. Quanto à herança da gestão anterior que as obras começam em dois mil e dois (2002), é falso. Você sabe que as obras que aqui estão começadas não foram começadas em dois mil e dois, foram começadas antes. Agora, aparece realmente aí o dois mil e dois possivelmente porque a Câmara não conseguiu determinar quando é que elas foram começadas, porque nem sequer deve haver documentos sobre isso. E é só.

**PRESIDENTE DA CAMARA MUNICIPAL :** Muito obrigado. Bom, em relação às Grandes Opções do Plano e ao Orçamento que aí aparece, queria-vos dizer algumas coisas breves e que, no fundo, têm que ver com a forma como ele foi feito. Portanto, como sabem, foi o ano passado, em Março, que nós

elaborámos este documento que aqui está e, como tal, estamos neste momento em Dezembro e achámos que não devíamos fazer alterações significativas porque entendemos que o tempo em que estamos à frente dos destinos da autarquia é pouco, aliás a introdução desse texto que aí aparece, que esteve presente na reunião de Câmara e que infelizmente depois não apareceu, também há-de ter sido um lapso dos serviços não sei de quem, mas que efectivamente ele apareceu na reunião de Câmara, apareceu; não foi distribuído aos eleitos, isso é uma tarefa que não cabe ao Presidente da Câmara, quer dizer, era o que mais faltava, eu ter de andar a ver agora se os documentos foram todos fotocopiados ou não. Naturalmente que as coisas têm de ser todas fotocopiadas e se ele esteve na reunião de Câmara também devia ter estado na distribuição. Mas pronto, também não é grave, até porque o documento não tem alterações significativas em relação àquele que foi aprovado em Março. Relativamente à questão, quando se fala na herança anterior, claro que "marcada pela herança anterior" quer dizer que, efectivamente, e isto já foi dito, porque nós somos pessoas que queremos dar continuidade, não paramos obras por parar, e quisemos dar continuidade, portanto, há toda uma série de verbas que foram gastas e continuam a ser gastas que são marcadas pela herança anterior e, como tal, nós assumimos isso e isso está aí. É claro que, provavelmente há algumas obras que nós gostaríamos de fazer e que infelizmente tivemos que as passar para o ano seguinte até porque, como sabem, a conjuntura económica não é das melhores, os cortes são grandes e, portanto, isto vem um bocado de encontro àquilo que o Senhor Presidente da Junta de Rio de Moinhos dizia há bocadinho. Não quer dizer que não se possa fazer mais e nós estamos cá para fazer mais e melhor, oxalá haja dinheiro. Relativamente à adenda, aparece aí e aparece aí porquê? Porque quisemos ser sérios; porque, como sabem, as alterações orçamentais são da minha responsabilidade e, portanto, eu não necessitava sequer de ter trazido esta adenda aqui, fazia eu uma adenda, uma alteração orçamental no início do ano. Mas por sugestão dos elementos da CDU, na reunião de Câmara, nós considerámos essa alteração, e fizemos essa adenda. Pronto, o que aparece aí não é mais nem menos do que sugestões que foram apresentadas pelos Vereadores, e eles estão aqui e sabem que é verdade. Portanto, mais uma vez, parece-me que estamos a brincar. Os elementos da CDU fizeram essa proposta, nós aceitámos e aparece aí, com toda a legitimidade, sem nada na manga, não tem nada de modificação em termos do valor global do orçamento, apenas o que havia era rubricas trocadas. E, portanto, com uma simples alteração, da minha responsabilidade, isso tinha-se resolvido. Está aí, está aí à disposição de todos para verem. Em relação à questão de baixar os custos com pessoal que o Rui Bacalhau sugeriu há um bocadinho, devo-vos dizer que é um bocado complicado baixar os custos com pessoal quando nós sabemos que grande parte das verbas são verbas que são engolidas por pessoal e, sobretudo, por pessoal do quadro. E, portanto, temos muitas dificuldades, os orçamentos e a questão do equilíbrio orçamental, todos nós sabemos que só há uma forma de o fazer, não é? Ou se reduzem as despesas ou se aumentam as receitas. Para reduzir as despesas, nós nem sequer podemos despedir pessoal do quadro, não é? Daí que tenhamos que aumentar as receitas. Bom, para já, fico por aqui.

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL :** Doutora Filipa, faz favor

**MARIA FILIPA MARTINS DE ALMEIDA :** Bom, parece que isto é tudo muito, muito simples, é tudo feito de boa fé, tudo muito inocente, mas nós passamos aqui imenso tempo a discutir formalidades que não são de pouca importância porque, e lá vou eu, lá volto eu com a história da coerência, o Partido Socialista na Assembleia da República não deve deixar passar questões de formalidade desta natureza ao Governo do PSD/PP. Não deixa. Não deixa, certamente, porque nós ouvimos todos os responsáveis partidários nos órgãos de Comunicação Social e coisas destas não passam. É evidente que o Senhor Presidente, com as competências que tem, não precisava de ter enviado uma adenda, que não é uma adenda, porque depois isto gera confusão, isto não é uma adenda. Uma adenda tem que acrescentar alguma coisa e, como o senhor já disse, isto não acrescenta nada. São questões técnicas, são resultado, e o senhor até o reconheceu, são o resultado de propostas que os vereadores da CDU fizeram na reunião de Câmara, muitas delas. Portanto, isto não passava por uma adenda enviada e chegada ontem a casa dos membros da Assembleia Municipal e escusávamos de estar aqui a discutir isto tudo. Portanto, das duas uma: ou o orçamento vinha corrigido e tinha passado pela Câmara, ou então, isto, depois do orçamento aprovado, era alvo de uma alteração orçamental com as competências que o Senhor Presidente tem. E não precisávamos disto. Agora, é evidente que não podemos dizer que não se cumpriu a lei no envio, nos prazos do envio dos documentos, em relação a esta não se cumpriu, mas em relação aos outros

documentos cumpriu-se a lei das quarenta e oito (48) horas, recebemos na quarta-feira; quem estava em casa porque quem não estava em casa não pôde receber e recebeu depois no correio, mas quem estava em casa recebeu na quarta-feira, foi quando os avisos lá chegaram, e isto não é um problema da CDU, é um problema de toda a Assembleia; ninguém teve, de certeza, tempo de ler e de aprofundar todos estes documentos porque é uma carga muito grande de regulamentos, de tabela de taxas, de orçamento, plano de actividades, quando, por exemplo, no dia cinco (5) de Dezembro, o orçamento e o plano de actividades estavam praticamente feitos. Foi no dia em que o Senhor Presidente convidou os partidos políticos da oposição para virem aqui ouvir as Grandes Linhas do Plano de Actividades. Foi a cinco de Dezembro. Hoje estamos a vinte (20). Portanto, os membros da Assembleia podiam ter recebido muito mais cedo, a reunião de Câmara podia-se ter feito mais cedo e tudo isso sabemos todos do que estamos a falar. Sabemos das dificuldades dos serviços, sabemos das alterações, com certeza que vai haver ainda correcções que vão ser feitas e vão vir a esta Assembleia, as que tiverem que vir e outras não vão vir a esta Assembleia. Portanto, não podemos é dizer que o mundo começou agora porque nem para esta Câmara o mundo começou agora, começou no dia quatro (4) de Janeiro, à noite. Começou no dia quatro de Janeiro. Portanto, e já se sabia que estes documentos tinham que ser aprovados em Dezembro. Portanto, essas desculpas, enfim, todos as utilizam quando precisam delas, mas nada disto seria necessário. Quanto ao documento em si, é evidente que as grandes promessas de há um ano atrás ficaram, ficaram para trás, muitas delas. O Senhor Presidente reconhece, há questões que vêm de trás; há obras que estavam iniciadas que têm que se continuar; há obras que estavam iniciadas que pararam, contra todas as promessas que o Partido Socialista fez; há obras que foram prometidas, não começaram nem vão começar em dois mil e três (2003) e tudo isto é muito diferente quando se está na oposição e depois quando se está no poder. Quando se está no poder já há dificuldades; há cortes orçamentais que são da responsabilidade do governo; há fundos comunitários que deviam vir e não vêm; há custos com pessoal que, enfim, que não se podem reduzir mais, e a propósito disto, é evidente, as despesas com pessoal contratado baixaram, todos os contratos que acabaram durante o ano de dois mil e dois acabaram mesmo e esses trabalhadores não estão já a trabalhar. Portanto, não podemos dizer que foram despedidos, não foram despedidos, acabaram os contratos, acabaram os contratos e não estão ao serviço da Câmara. As despesas de pessoal contratado diminuíram, mas se nós olharmos para o orçamento e não tivemos tempo de olhar, mesmo o Rui que esteve até às quatro e meia (04:30) da manhã não conseguiu ver tudo, concerteza, as verbas com pessoal avençado; as verbas com a aquisição de serviços não baixaram, essas não baixaram, vão aumentar. E eu quero dizer, todos sabemos que os contratos a termo são mais transparentes do que a aquisição de serviços ou avenças, que é como vulgarmente se chamam. Portanto, não mascaremos aqui as coisas porque a Câmara precisa das pessoas, precisa de desempenhar as tarefas, precisa que elas sejam feitas e, portanto, se não é de uma maneira é de outra, se não é com contrato a termo, com publicação e com oferta pública de emprego, é com avenças, com variadas avenças que já existem na Câmara e provavelmente vão existir mais, de acordo com as verbas que estão propostas no orçamento. Sobre o plano pluri-anual, naturalmente ninguém fica satisfeito, se o Senhor Presidente de Rio de Moinhos não fica satisfeito, como nunca estava, isto é bom, nunca está satisfeito com os investimentos em Rio de Moinhos, se calhar os outros presidentes de Junta também não estão, digo eu, se calhar, porque não o disseram, mas a população não vai ver cumpridas, ainda não é em dois mil e três que vai ver cumpridas as grandes promessas do Partido Socialista.

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL :** Norberto Alpalhão, faz favor.

**NORBERTO JOAO FIGUEIRAS ALPALHÃO :** Senhor Presidente, a mim não me preocupa muito a adenda, preocupam-me mais os lapsos. Os lapsos que têm sido aqui sistematicamente falados. Até quando é que o Senhor Presidente pensa permitir estes mesmos lapsos em termos de documentações, sei lá, boicotes, que andam por aí, gostava de ser esclarecido nisto.

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL :** Obrigado. Senhor Presidente da Câmara, faz favor.

**PRESIDENTE DA CAMARA MUNICIPAL :** Bom, em relação a esta questão dos lapsos e dos papéis que, por vezes, não aparecem, não acredito nem sequer quero pensar que haja algum boicote. Acho que não, quer dizer, o que às vezes acontece é que provavelmente os papéis são muitos e às vezes basta ficar

uma folha esquecida e não aparece, quer dizer, são situações que o Presidente da Câmara não pode controlar, não é? Mas pronto. Penso que essas situações têm de ser acauteladas e temos que, realmente, ver o que é que se passa. Mas não queria deixar de dizer, em relação a este assunto, que foi referido pela senhora Deputada Filipa que houve obras que pararam, não sei quais é que pararam, se é algumas que já estavam paradas, do anterior Executivo. Todas aquelas que estavam em funcionamento continuaram e até apareceram muito mais obras. Pessoal para o desemprego, naturalmente que foi para o desemprego porque acabou o contrato e a senhora sabe perfeitamente que a anterior gestão ultrapassou em oitenta mil contos (80.000.000\$00) os custos com pessoal e que fazer contratos dá direito a perda de mandato. Eu não estou interessado nisso por essa razão. E muito menos por outras. Nunca me ouviu, a mim, queixar do Governo até agora. Não estou aqui para defender o Governo do PSD, mas até agora, a mim, nunca me ouviu queixar do Governo. Apenas, aliás, o que eu tenho dito até agora é que grande parte dos projectos que andavam emperrados foram desemperrados, os autos de medição são feitos, o dinheiro vem e os fluxos financeiros estão-se a regularizar. Aliás, não é por acaso, a senhora deve saber concerteza, porque estava na anterior gestão, que passou com uma dívida a fornecedores da ordem dos quatrocentos mil contos (400.000.000\$00) e neste momento a dívida está em cerca de metade, inferior a metade. Portanto, isto prova que, em termos de gestão, temos procurado fazer uma gestão muito, muito rigorosa. Naturalmente que, em relação ao orçamento e ao plano, obviamente que há coisas que nós pensamos que vão melhorar, somos optimistas por natureza e pensamos que as coisas vão melhorar, não estamos aqui a atribuir neste momento culpas a ninguém. Daqui por um ano cá estaremos para ver se, realmente, as obras andaram ou não andaram; se os projectos se executaram ou não se executaram e estamos cá para assumirmos os nossos erros e não para inventar. Nós nunca inventamos. Muito obrigado.

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL :** António Paixão, faz favor

**ANTONIO JOSE BARROSO PAIXAO :** Senhor Presidente, só para também fazer uma pequena adenda agora que vem a propósito, de uma das explicações, mas já agora, e uma pequenina adenda, conforme comecei, também considero que Rio de Moinhos não é só Santiago. E até gostaria que o equilíbrio fosse feito pela parte mais alta, permita-me que refira aqui este desequilíbrio que noto também nos próprios investimentos na freguesia. Com as verbas investidas em dois mil e dois (2002) e a investir em dois mil e três (2003), vejo um desequilíbrio com o qual não posso concordar e quero antes que ele se nivele pela parte mais alta para todas as localidades da freguesia de Rio de Moinhos. Vejo para Barro Branco: quinhentos e cinquenta e seis mil euros (566.000); para a aldeia de Nora: mil quinhentos e vinte e oito euros (1528) e para Santiago: quinhentos e noventa e cinco euros (595). Também este desequilíbrio me merece, a mim, alguma chamada de atenção. Prefiro que se estique a corda a todos, que se faça vir para o lado de cima e não que baixe algum. Muito obrigado.

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL :** Obrigado. Doutor Nascimento, faz favor.

**LUIS MANUEL DO NASCIMENTO :** Eu queria um esclarecimento sobre as Grandes Opções do Plano ou o PPI, portanto, vem nos dois (2) documentos que é. Estão aqui referenciados cinquenta e uma (51) candidaturas, deduzo que entregues, não é? Porque aparece, de facto, quer em Grandes Opções do Plano quer no PPI, a referência a cinquenta e uma, a cinquenta e um projectos candidatados. Queria saber se isto, de facto, é intenções, se está candidatado, se está entregue, qual é a situação. Porque, a leitura que eu faço e, havendo aqui, sim, muitos projectos com valores inferiores àqueles que são admissíveis pelo Programa Operacional Regional do Alentejo, parece-me a mim que esta inclusão de projectos candidatados será uma forma artificial de aumentar as receitas de capital para as Grandes Opções do Plano. Gostava que me fosse esclarecido.

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL :** Senhor Presidente da Câmara, faz favor.

**PRESIDENTE DA CAMARA MUNICIPAL :** Muito obrigado. Essa é uma questão que já foi levantada noutro sítio essa conversa já a ouvi noutro lugar, portanto, a única coisa que tenho a dizer é que uns já estão candidatados, outros estão em intenções de candidatura há posições diferentes entre nós e a CDU. Portanto, nós não temos o entendimento da CDU, o nosso entendimento é esse, é esse que aí está.

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL :** Doutor Rui Bacalhau, faz favor.

**RUI MANUEL GANITO BACALHAU :** Pronto, pedi a palavra no sentido de, primeiro esclarecer aquilo que há pouco disse o Senhor Presidente, pois acho que não entendeu bem a minha proposta relativamente ao pessoal. Eu não proponho qualquer despedimento, Senhor Presidente, também tenho um carácter social e veia social. Eu proponho, sim, aumentos de produtividade e melhor controlo, com o pessoal da Câmara Municipal, é completamente diferente de despedimentos. Essa é a alteração que eu proponho e quero que fique aqui bem patente, não estou a propor qualquer despedimento. Analisando os números ao detalhe há determinadas rubricas em que nós podemos, concerteza, fazer emagrecimentos e eu estive com algum trabalho também a verificar, nalgumas divisões, e é possível reduzir-se. E até lhe devo dizer, olhando para aqui, até para os números ficarem bem patentes, cerca de cento e cinquenta mil euros (150.000) estão em Bónus Variáveis ou Eventuais, onde consta uma verba de indemnizações por sessão de funções, sete mil e quatrocentos euros (7.400). Eu penso que para o ano não vai haver indemnizações. Eu penso que para o ano as pessoas que estão na Câmara é para continuar a trabalhar, as indemnizações aconteceram em dois mil e dois (2002), agora não, dois mil e três (2003) não tem sentido. Ora, estas pequenas reduções, concerteza, vão-nos libertar verbas, portanto, menos despesas e que poderemos investir noutros sítios. Relativamente, ao orçamento que o senhor nos apresenta aqui, eu já tive oportunidade de fazer esta intervenção pessoalmente com o senhor. Eu não sou muito a favor que os orçamentos venham empolados, era prática no passado virem os orçamentos muito empolados e depois a execução andar na ordem dos vinte e cinco (25), trinta por cento (30%). O senhor, este ano, já não anda nos vinte e cinco, trinta por cento, já anda nos cento e pouco por cento. Mas mesmo assim, mas mesmo assim, posso-lhe dizer, o seu orçamento na totalidade anda na ordem dos dez milhões de euros (10.000.000) e a execução vai ser na ordem dos sete milhões e meio de euros (7.500.000). Portanto, há dois milhões (2.000.000) aqui que estão pendentes e, fazendo um pouco, apanhando um pouco a intervenção do Doutor Luís Nascimento, estão pendentes de projectos aos quais o senhor já se candidatou e que estão no PPI. Poderão ser aprovados ou não ser aprovados e daí deriva também a realização da obra ou não realização da obra. Mas se nós conhecermos mais objectivamente aqueles projectos que já estão entregues, onde o senhor já sabe os valores que podem ser despesa e os valores que podem ser receita, provavelmente o senhor pode ter melhor controle e vai também contribuir para o controle em termos de pessoal e, numa forma genérica, em controle da Câmara Municipal.

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL :** Doutor Nascimento, faz favor.

**LUIS MANUEL DO NASCIMENTO :** Ó Senhor Presidente só para terminar, penso que, por hoje, a minha intervenção e em relação a este, a este ponto, dizer o seguinte. Da resposta que o senhor Presidente da Câmara me deu, fiquei, de facto, com a certeza de que este orçamento está inflacionado, nomeadamente em termos de receitas de capital. Porque, como o senhor Presidente da Câmara sabe tão bem como eu, só pode ser inscrito no PPI e nas Grandes Opções do Plano as candidaturas que têm, pelo menos, intenção da candidatura e que estão aprovadas pelo organismo executivo camarário. Daí, de facto, esta minha afirmação de que há inflação em termo das receitas de capital. Procura assim, de alguma forma, esconder aquilo que tem sido o resvalar da actividade Municipal desde o início de dois mil e dois (2002), desde o início do ano

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL :** Vamos passar à votação do Orçamento do, para o ano de dois mil e três (2003). Quem vota a favor do orçamento, faz favor de levantar o braço. Faz favor de baixar. Quem vota contra o orçamento, faz favor de levantar o braço. Faz favor de baixar. Quem se abstém, faz favor de levantar o braço. Aprovado por 13 votos a favor, três votos contra e uma abstenção. A CDU apresentou declaração de voto ( anexo 10).

**LUIS MANUEL DO NASCIMENTO :** Declaração de voto: Os eleitos da CDU da Assembleia Municipal de Borba votaram contra o orçamento para o ano de dois mil e três (2003), por: Primeiro (1º) - O orçamento acentuar o resvalar da actividade municipal enunciada pela gestão do Partido Socialista em dois mil e dois (2002). Segundo (2º) - O orçamento revelar uma política de gestão do pessoal cimentada no reforço de contratos de tarefa e avenças, não criando relações de estabilidade com os trabalhadores

nestas situações e acentuando a precariedade do emprego.

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL :** Vamos votar as Opções do Plano para o ano dois mil e três (2003). Quem vota a favor, faz favor de levantar o braço. Faz favor de baixar. Quem vota contra, faz favor de levantar o braço. Faz favor de baixar. Quem se abstém, faz favor de levantar o braço. Pode baixar. Portanto, aprovado por maioria com três votos contra e uma abstenção. Três eleitos da CDU apresentaram declaração de voto, anexa no final desta acta . Doutor Nascimento, faz favor.

**LUIS MANUEL DO NASCIMENTO :** Declaração de voto: "Os eleitos da CDU na Assembleia Municipal de Borba votaram contra as Grandes Opções do Plano para o ano de dois mil e três (2003) por: Primeiro (1º) - As Grandes Opções do Plano marcaram uma política de desaceleração do desenvolvimento do concelho, não acrescentando nada de novo à actividade Municipal dos últimos anos, dando continuidade à estagnação iniciada pelo gestão do Partido Socialista em dois mil e dois (2002). As Grandes Opções do Plano não estarem sustentadas numa planificação rigorosa e revelarem uma orientação de navegação à vista. Terceiro (3º) - As Grandes Opções do Plano pretenderem, por opção política, ocultar todo um passado recente da actividade Municipal produtiva ao apresentarem como data mais antiga no início de Obras e Actividades o ano de dois mil e dois ". ( Anexo 11).

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL :** Vamos poder fazer um intervalo de um quarto de hora. Agradecia que fosse só um quarto de hora.

**PONTO TRÊS PONTO TRÊS: Empréstimo a Curto Prazo para ocorrer a dificuldades de Tesouraria.**

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL :** Vamos entrar no ponto três, ponto três (3.3) da ordem do dia: Empréstimo a Curto Prazo para Ocorrer a Dificuldades de Tesouraria. Quem se pretender inscrever para falar, faz favor.

**PRESIDENTE DA CAMARA MUNICIPAL :** Senhor Presidente, se me permite.

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL :** O Senhor Presidente da Câmara vai fazer uma introdução.

**PRESIDENTE DA CAMARA MUNICIPAL :** Muito obrigado. Bom, este, este empréstimo que aí aparece é um empréstimo que, no fundo, tem como objectivo repor aquilo que nós vamos pagar. É um empréstimo que, pelo menos, os eleitos que aqui estiveram, não sei se se recordam, nos dois anos do anterior mandato, foi um empréstimo que transitou e isso é ilegal, isso é ilegal e, portanto, este ano nós vamos pagar esse empréstimo e vamos contrair outro para fazer face as despesas de tesouraria. Este empréstimo foi aprovado na Câmara Municipal, as propostas foram pedidas, foram enviadas por fax para os elementos todos da Câmara terem conhecimento e, portanto, está aí o estudo feito pelo economista e, é tudo para já.

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL :** Doutora Filipa, faz favor.

**MARIA FILIPA MARTINS DE ALMEIDA :** Este tipo de empréstimos de curto prazo é um procedimento habitual para Empréstimos para Ocorrer a Dificuldades de Tesouraria; todos os anos são pagos e depois volta a ser feito o pedido de empréstimo, é um empréstimo por um ano, válido por um ano. Não, não temos nada contra isto, mas a pergunta que eu queria fazer é porque fiquei na dúvida, fiquei na dúvida em relação a este documento e agora fiquei na dúvida em relação às palavras do Senhor Presidente da Câmara. E a pergunta que, se me permitem que faça, para um dos Vereadores da CDU, é se este empréstimo foi aprovado na reunião de Câmara?

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL :** Faz favor, Vereador Serra.

**JOAQUIM JOSE SERRA SILVA :** Efectivamente, na reunião de Câmara esteve presente um pedido de consulta a entidades para condições para um empréstimo desta natureza, os vereadores da CDU votaram

favoravelmente a fase da consulta, mas um pedido de empréstimo, numa contratação de um empréstimo, tem mais que estas fases. Tem a fase do pedido de consultas, tem a fase da análise das propostas e tem depois o respectivo pedido da autorização à Assembleia Municipal. Quanto a nós, falta esta segunda fase, a fase da análise das propostas; a Câmara não se debruçou sobre as condições praticadas em nenhum dos organismos, dos organismos que apresentaram proposta. Por isso, a proposta que aqui está, a proposta que aqui está indicando já uma entidade bancária, não é certamente uma proposta da Câmara.

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL :** Senhor Presidente da Câmara, faz favor.

**PRESIDENTE DA CAMARA MUNICIPAL :** Bom, esta, só faltou dizer, o senhor Vereador aquilo que disse o ano passado, isto é a repetição da cena do ano passado, da ilegalidade. Foi tanta a ilegalidade, que os empréstimos foram aprovados. Portanto, quem autoriza não é a Câmara e isso é uma questão que se coloca, uma divergência que há entre nós desde o ano passado. Nós pedimos autorização para se contrair este empréstimo, a autorização foi à reunião de Câmara, as propostas foram pedidas às entidades bancárias, a análise foi feita e esta análise que aqui está não tem que ir à Câmara, é a minha opinião. Tem que vir à Assembleia Municipal e é isso que aqui está.

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL :** Doutora Filipa, faz favor.

**MARIA FILIPA MARTINS DE ALMEIDA :** É o entendimento do Senhor Presidente, não é a minha leitura de lei que fala em autorização para contrair empréstimos e em aprovação de empréstimos. A lei fala em autorização e em aprovação e a Lei das Finanças Locais é clara relativamente a isso. Penso que com a resposta que o Vereador Serra deu, este empréstimo não é, esta proposta que aqui está não é uma proposta da Câmara, até pode ser uma proposta do Senhor Presidente; nem sei se o é porque o que temos aqui é uma análise técnica assinada por um técnico, mas se o Senhor Presidente assumir que é uma proposta sua, enfim, está no seu direito de a assumir. Eu considero que o Presidente da Câmara, considero, de acordo com a lei, o Presidente da Câmara não tem poderes para fazer propostas de empréstimo à Assembleia Municipal.

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL :** Como não há mais inscritos, vamos passar à votação. Quem vota a favor da proposta apresentada, faz favor de levantar o braço. Faz favor de baixar. Quem vota contra, faz favor de levantar o braço. Quem se abstém, faz favor de levantar o braço. Portanto, a proposta está aprovada, por maioria, com três (3) votos contra e 14 votos a favor.

**MARIA FILIPA MARTINS DE ALMEIDA :** Declaração de voto: Os eleitos pela CDU votaram contra a contratação do empréstimo a curto prazo para ocorrer a dificuldades de tesouraria, não porque não concordem com este tipo de empréstimo, mas sim porque o mesmo não foi discutido nem votado na reunião de Câmara, órgão que tem competência legal para propor esta matéria à Assembleia Municipal. (Anexo 12)

**PONTO TRÊS PONTO QUATRO: Constituição de uma Empresa inter-municipal para a Gestão do Sistema de Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos Urbanos - Emissão de Parecer.**

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL :** Vamos passar ao ponto três quatro (3.4). Constituição de uma Empresa Inter-Municipal para a Gestão do Sistema de Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos Urbanos, Emissão do Parecer. Passava a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para introduzir, a questão.

**PRESIDENTE DA CAMARA MUNICIPAL :** Bom, este assunto já esteve presente na última Assembleia, mas como os documentos chegaram tardiamente, resolvemos trazê-lo de novo. Portanto, o que se pretende, no fundo, é uma emissão de parecer sobre a constituição de uma empresa inter-municipal que, como vêem, a única diferença que existe é o nome da empresa, nos documentos que foram distribuídos era Valamb e aquilo que é proposto agora é de Gesamb. A única diferença, portanto, os estatutos são exactamente os mesmos, a única diferença é que o Instituto Nacional das Pessoas Colectivas não permitiu que o nome fosse Valamb, mas sim Gesamb. O que se propõe é que a Assembleia Municipal

emita parecer e o parecer, segundo a informação da Associação de Municípios do Distrito de Évora, tem que ser de acordo com a seguinte minuta, "A Assembleia Municipal deliberou por, com tantos votos a favor e tantos votos contra, dar parecer. Favorável à criação, pela Associação de Municípios do Distrito de Évora, da empresa Inter-Municipal de capitais maioritariamente públicos denominada Gesamb, Gestão Ambiental e de Resíduos, E&M, sediada em Évora e que terá por objecto a recolha selectiva, triagem, tratamento e valorização de resíduos sólidos dos Municípios de Alandroal, Arraiolos, Borba, Estremoz, Évora, Montemor, Moura, Mourão, Redondo, Reguengos de Monsaraz, Vendas Novas e Vila Viçosa, designadamente, através da promoção, directa ou indirecta, da concepção, construção e exploração de unidades integrantes do sistema de transporte, valorização, tratamento e destino final dos resíduos sólidos e da prestação de serviços de gestão, fiscalização e acessoria técnica e administrativa a entidades públicas ou privadas que prossigam total ou parcialmente, actividades do mesmo ramo". Portanto, aqui também não há relação entre o nome da empresa e os documentos que foram distribuídos, mas, peço desculpa por isso, de qualquer maneira, não há alteração em termos globais, a alteração é apenas no nome e solicitava, portanto, a emissão do parecer à Assembleia Municipal. Claro que, já agora, se me permite, Senhor Presidente, só dizer que toda a gestão que tem sido feita até agora tem sido feita pelo Conselho de Administração, em conjunto com os técnicos da Associação de Municípios de Évora e o que se pretende é, a partir de agora, portanto, que passe a ser a empresa a gerir, juntamente com parceiros privados.

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL :** Alguém se quer inscrever para falar sobre este ponto? Vamos passar à votação. Quem vota favoravelmente o parecer que foi acabado de ler, faz favor de levantar o braço. Faz favor de baixar. Quem vota contra? Quem se abstém? Pronto, está aprovado por unanimidade.

**PONTO TRÊS PONTO CINCO: Inventário de Bens Imóveis do Domínio Público:**

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL:** Vamos passar ao ponto três cinco (3.5): Inventário de Bens Imóveis e do Domínio Público. Vamos proceder à apreciação de acordo com a lei. Alguém se quer inscrever para falar sobre isto? Ivone, faz favor.

**IVONE DA CONCEICAO BALSEIRO ESPIGUINHA :** Quero informar que o inventário de bens imóveis não está correcto. Há terrenos que estão considerados propriedade da Câmara e isso é falso.

**CARLOS MANUEL DE ALMEIDA CABRAL :** Dê um exemplo, já agora.

**IVONE DA CONCEICAO BALSEIRO ESPIGUINHA :** O exemplo é o lote de terreno da Zona Industrial da Cruz de Cristo, número oitenta (80).

**PRESIDENTE DA CAMARA MUNICIPAL :** O inventário foi feito provavelmente antes da hasta pública que se realizou e acontece que, vamos lá ver, o que se pretende é apenas um parecer, obviamente que tudo isto que está aqui, tem que ser conferido e acompanhado pelos serviços da Câmara.

**IVONE DA CONCEICAO BALSEIRO ESPIGUINHA :** Mas, por exemplo, já houve a precaução de, por exemplo, na página cinco (5): "Prédio urbano cito na tapada", compra em dezanove do onze (19/11). O outro, por exemplo, foi vendido em Outubro.

**CARLOS MANUEL DE ALMEIDA CABRAL :** Senhor Presidente, era só para me esclarecer, o que é que se pede à Assembleia neste ponto? Apreciar o documento, é só isso?.

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL :** Diogo Sapatinha, faz favor.

**DIOGO MANUEL CANHÃO SAPATINHA :** Pois bem, Senhor Presidente, já apreciei o documento e tenho a dizer que há aqui património que, porventura, não fará qualquer falta à Câmara. Portanto, é desnecessário para a Câmara e podia, muito bem, ser alienado. Já não falo dos loteamentos, que esses são feitos para serem vendidos, mas falo, por exemplo, da Escola Primária de Alcaraviça. A Escola Primária de Alcaraviça, o senhor podia ir aí buscar uns continhos. Falo, por exemplo, do Sport Clube Borbense,

fracções, A, B, C e E. Talvez não fosse mal pensado alienar essas fracções. E, enfim, há aqui outros. Uma vez que tem tanta dificuldade de tesouraria e de arranjar dinheiro, perguntava-lhe se estava nos seus planos alienar alguns bens imóveis desta lista.

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL** : Engenheiro Cabral, faz favor

**CARLOS MANUEL DE ALMEIDA CABRAL** : Senhor Presidente, é para apresentar o meu protesto. O que foi pedido à Assembleia é a apreciação e não a venda e embora o meu querido amigo Diogo Sapatinha, embuído no espírito da nossa grande Ministra Manuela Ferreira Leite, queira vender património para resolver os problemas de Executivo Municipal, penso que não é neste ponto que a gente pode discutir isso. Até porque o património que ele põe à venda também vale pouco e não resolve nenhum problema.

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL** : Mais alguém quer falar sobre este ponto? Podemos considerar que o relatório está apreciado com alguns comentários que surgirão na acta. Vamos passar ao ponto seguinte.

**PONTO TRÊS PONTO SEIS: Regulamento das Zonas de Estacionamento de Duração Limitada.**

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL** : Ponto três seis (3.6) da ordem do dia: Regulamento das Zonas de Estacionamento de Duração Limitada. Pedia ao Senhor Presidente da Câmara para fazer uma introdução, se faz favor.

**PRESIDENTE DA CAMARA MUNICIPAL** : Muito obrigado. Bom, este regulamento, é um regulamento que pretende, de certa forma, legalizar o que há-de vir a seguir, que serão os parcómetros para várias zonas. Este regulamento é um regulamento que aqui aparece feito em termos globais, não significa que seja aplicado a todas as zonas da Vila ao mesmo tempo. Em princípio, é nossa intenção apenas ser colocado em prática à volta da praça, depois Rua Marquês de Marialva, e também na rua de São Sebastião, uma parte de estacionamento junto do edifício da Câmara, apenas para que haja uma certa rotação de lugares para as pessoas que se dirigem à Câmara. Um regulamento feito com base noutros já existentes noutras Câmaras do país. Pensámos que esta era a proposta ideal, no entanto, já se sabe que estes regulamentos, após aprovação têm sempre discussão pública e no caso se detectar alguma anomalia e alguma reclamação, virem sempre a ser alterados.

**CARLOS MANUEL DE ALMEIDA CABRAL** : Queria fazer um comentário, é referida a Polícia Pública que não existe, a Polícia Municipal que não existe e a criação de um Corpo de Vigilantes que eu não gosto. Parece-me que a análise deste documento podia ser adiada. Dá-me licença, Senhor Presidente? Desculpa lá, mas este regulamento tem que ser melhor trabalhado. O que não está aqui é que cabe à Guarda Nacional Republicana que existe em Borba, e cabe à Brigada de Trânsito que passa aqui. Logo, não pode ser assim, isto tem que ser lido e feito outra vez. Tenho muita pena, mas isto não pode ser assim. Não cabe à Guarda, a única força policial que existe em Borba é a Guarda Nacional Republicana, não está no regulamento e estão uma série delas que não existem. Logo, isto tem que ser refeito, não pode ser assim.

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL** : Só fazer uma observação. É que eu, no outro dia, fui multado ali na Praça, pela Brigada Fiscal e, esta força não existe em Borba.

**CARLOS MANUEL DE ALMEIDA CABRAL** : O regulamento tem de ser revisto.

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL** : Propõe, propõe alguma coisa sobre isso?

**CARLOS MANUEL DE ALMEIDA CABRAL** : Proponho sim. Proponho que seja retirado e que seja refeito e estudado outra vez.

**PRESIDENTE DA CAMARA MUNICIPAL** : Mas também não levanta qualquer problema.

**RUI MANUEL GANITO BACALHAU** : No ponto dois da fiscalização, dando continuidade àquilo que o engenheiro Carlos Cabral estava citando, também faz menção à empresa concessionária, que aqui a empresa concessionária vai ser a Câmara também, não é? Não vai haver nenhuma empresa?

**MARIA FILIPA MARTINS DE ALMEIDA** : Senhor Presidente, em primeiro lugar, faço minhas todas palavras do engenheiro Cabral e mais algumas que ele também já deve ter visto e que tem a ver com a definição da empresa concessionária e a concessão, as concessões também estão definidas na lei, está definido o que é que se pode concessionar e o que não se pode concessionar. Pode-se concessionar, por exemplo, a fiscalização, mas não se pode concessionar a definição dos lugares. Há aqui muitas coisas para rever. O engenheiro Cabral tem toda a razão, este regulamento foi retirado, não digo que foi copiado, mas foi, foi importado, digamos, de outro, de outro concelho, naturalmente, isto não é nenhuma crítica, tem é que ser adaptado a Borba e há muitas coisas para adaptar, para além da fiscalização porque também não está definido, por exemplo, em relação aos lugares de estacionamento privativo, está definida uma percentagem em cada rua para os lugares de estacionamento privativo, mas depois ninguém sabe como é que, se houver o dobro dos pedidos de lugares de estacionamento privativo, ninguém sabe como é que se decide. Quem é que tem direito e quem é que não tem direito? E isto fica no regulamento ou é uma batata muito quente para a Câmara Municipal. Porque se calhar, não ia haver pedidos, com os preços que aqui estão, trezentos contos (300.000\$00) por ano, se calhar, não ia haver pedidos e nem ia haver este problema. E aqui também, nos trezentos contos por ano deve ser um número a rever pela Câmara porque trezentos contos, eu entendo o estacionamento privativo até pode ser gratuito. O estacionamento privativo, estou-me a lembrar, por exemplo, da Santa Casa de Misericórdia que tem na praça um estabelecimento onde entram e saem crianças, onde entram, onde chegam pais a levar e a buscar crianças, se calhar, deve ter um estacionamento privativo gratuito. Se calhar, deve ter. A Câmara Municipal deve ter um estacionamento privativo, pode haver outras entidades, nomeadamente, hoteleiras, provavelmente que queiram estacionamentos privados e que devem pagar. Portanto, há coisas aqui a melhorar neste regulamento, há outras a adaptar a Borba porque realmente a questão da fiscalização não faz mesmo sentido nenhum e, então, eu digo, como diz o engenheiro Cabral, só a GNR é que não pode multar, os outros podem multar quando passarem aqui pelo posto de visita e podem-nos multar como multaram o Senhor Presidente da Assembleia Municipal. A última questão e acho que, se calhar, não vamos perder muito mais tempo com isto, é uma pergunta porque lembrei-me agora, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal é o representante da Assembleia na Comissão do Trânsito, se calhar, poderá ter alguma coisa a dizer-nos sobre isto. Como é que a Comissão de Trânsito analisou esta questão?

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL** : Esse regulamento não foi analisado na Comissão de Trânsito. A Comissão de Trânsito, analisou os locais de estacionamento, analisou a forma de efectivamente, ser feito o pagamento as restrições e os lugares de reserva para determinadas pessoas. A propósito da Misericórdia, não vai ter lugares de estacionamento, vai ter lugares de paragem. Portanto, isto foi tudo analisado. Agora, o regulamento, eu acho que está na competência da Câmara e a Câmara, pode mandar, de facto, à Comissão de Trânsito para a Comissão de Trânsito dar algum parecer sobre isso. Portanto, eu ia fazer uma proposta e que era a seguinte: Retirar este ponto da ordem do dia, passando para outra sessão. Quem vota a favor, faz favor de levantar o braço. Faz favor de baixar. Quem vota contra? Quem se abstém? Portanto, fica aprovado por unanimidade.

**PONTO TRÊS PONTO SETE: Regulamento de Actividades de Transporte de Aluguer em Veículos Ligeiros de Passageiros (Táxis).**

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL**: Vamos passar ao ponto três sete (3.7): Regulamento de Actividades de Transporte de Aluguer, Veículos Ligeiros de Passageiros, Táxis. Senhor Presidente da Câmara, quer fazer uma introdução?

**PRESIDENTE DA CAMARA MUNICIPAL** : Este é um regulamento que resulta de uma descentralização que foi feita para as Câmaras Municipais. Corríamos o risco de complicar a vida aos taxistas, foi feito por serviços da Câmara e, portanto, está à discussão. De referir que a tabela que aí aparece é uma tabela que teve em conta também o que se faz nalgumas Câmaras aqui da região. Foi

comparado com o Redondo, salvo erro, porque há umas Câmaras aqui à volta que ainda não tinham.

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL** : Engenheiro Cabral, faz favor.

**CARLOS MANUEL DE ALMEIDA CABRAL** : Queria colocar só uma questão. Senhor Presidente, se nessa descentralização está previsto também descentralizar para as Juntas de Freguesia Rurais ou não? Ou fica tudo aqui centralizado na Câmara?

**PRESIDENTE DA CAMARA MUNICIPAL** : Isto é da responsabilidade da Câmara.

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL** : Doutora Filipa, faz favor.

**MARIA FILIPA MARTINS DE ALMEIDA** : É para fazer algumas perguntas, Senhor Presidente, porque aqui faltam-me dados e o Senhor Presidente da Câmara acabou de dizer que o não apresentar este regulamento corríamos o risco de complicar a vida aos taxistas, acho que foi esta a expressão que utilizou. Confesso que não conheço e não tive tempo para ver isto, o decreto/lei cento e seis de dois mil e um (106/2001) de trinta e um (31) de Agosto, que é o último decreto referente a esta questão e parece que veio introduzir, veio descentralizar e veio introduzir algumas obrigações e até prazos relativamente à entrada em vigor dos regulamentos. A minha pergunta é: quais são essas possíveis complicações, a partir de quando é que elas se verificarão se este regulamento não for aplicado e outra pergunta, só para esclarecimento, é depois desta Assembleia aprovar que o regulamento vai para o Diário da República para publicação para inquérito público? É?

**PRESIDENTE DA CAMARA MUNICIPAL** : É.

**MARIA FILIPA MARTINS DE ALMEIDA** : É. Se é depois desta Assembleia, tem que estar em inquérito público durante trintas (30) dias, no dia um (1) de Janeiro de dois mil e três (2003) não está em vigor. É isso?

**PRESIDENTE DA CAMARA MUNICIPAL** : Ele está em vigor, vamos lá a ver, ele está em vigor a partir do momento em que é aprovado pela Assembleia Municipal. Depois o que pode acontecer é que haja reclamações durante o prazo de sessenta (60) dias e, nesse caso, ter-se-ão que atender ou não atender.

**MARIA FILIPA MARTINS DE ALMEIDA** : Mas os taxistas não são prejudicados.

**PRESIDENTE DA CAMARA MUNICIPAL** : Os taxistas não são prejudicados.

**MARIA FILIPA MARTINS DE ALMEIDA** : Os taxistas têm alvará a partir do dia um (1) de Janeiro?

**PRESIDENTE DA CAMARA MUNICIPAL** : Temos que lhe garantir, desde que seja aprovado nesta Assembleia. Se não for aprovado não podemos passar.

**MARIA FILIPA MARTINS DE ALMEIDA** : Obrigado.

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL** : Como não há mais inscritos, portanto, passávamos à votação. Quem vota a favor do regulamento apresentado, faz favor de levantar o braço. Faz favor de baixar. Quem vota contra? Quem se abstém? Portanto, está aprovado por unanimidade.

**PONTO TRÊS PONTO OITO: Projecto de Regulamento de Venda de Lotes Industriais.**

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL**: Passamos ao ponto três oito (3.8) da ordem do dia: Projecto de Regulamento de Venda de Lotes Industriais - Rectificação.

**MARIA FILIPA MARTINS DE ALMEIDA** : Senhor Presidente, posso fazer uma pergunta?

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL** : Faz favor, Doutora Filipa

**MARIA FILIPA MARTINS DE ALMEIDA** : Por que é que é rectificação?

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL** : Senhor Presidente da Câmara, pode explicar?

**PRESIDENTE DA CAMARA MUNICIPAL** : Este regulamento foi aquele que nós trouxemos à Assembleia Municipal e que esta Assembleia propôs alterações. Entretanto, essas alterações foram trabalhadas por elementos da Assembleia Municipal, e que nos propuseram que levássemos à Câmara para rectificação. Portanto, nós rectificámos isto na Câmara e agora propomos a aprovação à Assembleia.

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL** : Portanto, o que me dá a ideia que está em causa é discutir e aprovar ou não, o regulamento.

**MARIA FILIPA MARTINS DE ALMEIDA** : Não é para complicar, de maneira nenhuma, mas não me parece rectificação porque ele não foi aprovado pela Assembleia. Se ele tivesse sido aprovado pela Assembleia Municipal e tivesse sofrido alterações depois na Câmara, e viesse agora é que era rectificação. Assim é uma aprovação simples, pura simples.

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL** : Aceita-se e retira-se a palavra rectificação.

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL** : Doutor Nascimento, faz favor.

**LUIS MANUEL DO NASCIMENTO** : Senhor Presidente, são só algumas dúvidas e sugerir também aqui assim algumas alterações a esta proposta. Penso que tinha interesse que, na apresentação dos documentos pelos candidatos a habilitarem-se aos lotes industriais, estivesse também uma declaração de não dívida à Segurança Social, às Finanças e à Câmara Municipal. Acho que estes documentos teriam interesse. Depois, em relação ao ponto três ponto cinco (3.5), que é a admissão, de entre os candidatos admitidos ao concurso limitado, o estabelecimento dos critérios. Parece-me a mim que na alínea d) poderia haver aqui assim uma distribuição diferente em relação aos critérios a aplicar, porque, para mim, não é a mesma coisa um industrial não possuir no momento quaisquer instalações ou estar em instalações arrendadas ou as ter a título precário. Penso que quem não tivesse quaisquer instalações devia ser majoritado em relação à atribuição, no meu ponto de vista. Certamente tem mais premência em instalar-se e daí ter uma avaliação superior. Depois, em relação à alínea f), em relação à proposta de projecto e à avaliação da qualidade do projecto, aparece aqui uma proposta de um a seis pontos, penso que isto devia de estar, devia de estar mais esclarecido, esta tabela de um a seis pontos, quais são os critérios que influenciam, de facto, a atribuição de um a seis pontos. Se é o número de empregos que cria, se é um projecto com qualidade ambiental, se, sei lá, pode haver diversificados factores que influenciem a qualidade do projecto a implementar. Penso que isto devia também estar regulamentado, e se isto é um regulamento, o regulamento, de facto, deveria, e passe o pleonasma, regulamentar também essa matéria. Era só isto.

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL** : Como não há inscritos, íamos passar à votação. Quem vota a favor, faz favor de levantar o braço. Quem vota contra, faz favor de levantar o braço. Quem se abstém, faz favor de levantar o braço. Aprovado com quatro (4) abstenções. Vamos passar ao ponto três nove (3.9):

**PONTO TRÊS PONTO NOVE: - Projecto de Regulamento de Venda de Lotes Habitacionais para Jovens.**

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL**: Projecto de Regulamento de Venda de Lotes Habitacionais para Jovens. Quem se quer inscrever, faz favor.

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL** : Doutor Nascimento, faz favor.

**LUIS MANUEL DO NASCIMENTO** : Em relação a este projecto, também duas ou três coisas muito breves. Uma delas é em relação ao ponto dois ponto dois (2.2) que refere "o preço de vendas dos lotes é o

preço de base de licitação com uma bonificação a trinta por cento (30%)". Eu propunha que esta bonificação passasse para setenta por cento (70%), que é o equivalente, do financiamento da Comunidade Europeia. Depois, em relação ao ponto três ponto cinco (3.5), e aí também os critérios da avaliação para a atribuição dos pontos, parece-me que esses critérios são insuficientes porque, no fundo, apesar de estar aqui assim quatro (4) alíneas, querem dizer que cada pessoa que vai para a habitação tem direito a um ponto. Se for solteiro tem um (1) ponto, se for um casal tem dois (2) pontos, depois se for um casal com um filho tem três (3) pontos, se for um casal com dois filhos tem quatro (4) pontos e assim sucessivamente. Parece-me, a mim, que nesta atribuição de critérios de avaliação podem faltar as questões sociais, penso que são importantes, e também as questões relacionadas com as condições de habitabilidade que os eventuais candidatos tenham na altura em que se candidatam a nova habitação.

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL :** Como não há mais inscritos, íamos passar à votação. Quem vota a favor, faz favor de levantar o braço. Quem vota contra, faz favor de levantar. Quem se abstém? Aprovado por maioria, com 14 votos a favor e três abstenções.. Passamos ao ponto três dez (3.10): Projecto de Regulamento de Instalação e Funcionamento de Estabelecimento de Hospedagem.

**PONTO TRÊS PONTO DEZ: - Projecto de Regulamento de Instalação e Funcionamento de Estabelecimento de Hospedagem.**

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL:** Passamos ao ponto três dez (3.10): Projecto de Regulamento de Instalação e Funcionamento de Estabelecimentos de Hospedagem. Engenheiro Cabral, faz favor de falar.

**CARLOS MANUEL DE ALMEIDA CABRAL :** É só para perguntar se isso também foi da descentralização para os municípios ou havia um regulamento nacional e agora cada um faz o seu, é? Estou a perguntar.

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL :** Senhor Presidente da Câmara, faz favor.

**PRESIDENTE DA CAMARA MUNICIPAL :** Senhor Vereador Humberto, em relação a este regulamento quer dar uma informação? faz favor.

**HUMBERTO LUIS RUSSO RATADO :** A Câmara passou a ter responsabilidades no licenciamento de instalações e funcionamento de estabelecimentos de hospedagem, de maneira que, há necessidade de pôr em prática um regulamento, aqui está este projecto de regulamento, que teve por base a informação da região de Turismo de Évora que nos fez chegar um modelo e também algumas Câmaras aqui da região. Portanto, foi elaborado pelos nossos serviços e agora está aí à discussão. Disse.

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL :** Mais alguém quer falar sobre este assunto? Passamos à votação. Quem vota a favor, faz favor de levantar o braço. Faz favor de baixar. Quem vota contra? Quem se abstém? Está aprovado por unanimidade.

**PONTO TRÊS PONTO ONZE: - Relatório de Auditoria.**

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL:** Passamos ao ponto três onze (3.11): Relatório de Auditoria. Quem se pretende inscrever sobre este assunto, faz favor.

**LUIS MANUEL DO NASCIMENTO :** Portanto, será também só uma apreciação a este documento e dizer só o seguinte. De facto, foi feito muito alarido à volta desta questão e da auditoria que ia ser feita ou foi feita à Câmara Municipal. Da leitura que eu faço, este relatório deita por terra aquela que foi a inspecção feita pela Inspecção Geral de Finanças. Toma por boa a sua própria inspecção e, no meu ponto de vista, descredibiliza, de facto, a inspecção que foi feita pela Inspecção Geral de Finanças, que foi cuidada e esmiuçada, como sabemos, e que não detectou ilegalidades ou questões graves que pudessem ser relatadas ou que pudessem pôr em dúvida o mandato ou fosse o que fosse. Este relatório tem também o dom de empolar aquilo que é a dívida da Câmara ao exterior, naturalmente, quando refere como dívida,

por exemplo, as adjudicações. Eu dou um exemplo: quando este relatório foi feito, a estrada que liga a Nora à Ribeira era uma obra que estava adjudicada e não estava em execução e não estava facturada. Não havendo facturação, logo não há dívida. A adjudicação por si, a adjudicação por si não é o aumentar da dívida da autarquia porque se assim fosse teria que ser deduzido desta dívida, isto é só um exemplo, aquilo que estava proposto e que se previa vir dos fundos comunitários, porque a candidatura estava aprovada. O que é que eu quero dizer, para simplificar. Somaram às dívidas as adjudicações e não retiraram à dívida, de facto, aquilo que seriam as receitas visíveis, a médio, a médio prazo ou a curto prazo e os encaixes das obras por força das candidaturas, das verbas vindas das candidaturas, do fundo comunitário. Era só.

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL :** Doutora Filipa, faz favor.

**MARIA FILIPA MARTINS DE ALMEIDA :** Eu tenho mais algumas coisas a dizer, mais do que o doutor Luís disse, o primeiro comentário que eu quero fazer é que esta empresa que fez este relatório se avaliasse a adjudicação que lhe foi feita, a si própria, considerá-la-ia ilegal porque considera ilegais outras coisas, mas eu depois dou os exemplos. A Câmara, ou o Senhor Presidente da Câmara, não sei se foi a Câmara se foi o senhor Presidente, adjudicou, através de requisição, uma prestação de serviços de quatro mil e oitocentos euros (4.800), quatro mil e oitocentos euros, para uma empresa para fazer um determinado trabalho. O meu primeiro comentário é que não estava definido, exactamente, o âmbito do trabalho e penso que nem os prazos. Ao fim de nove (9) meses, que é um bom tempo, bom tempo de gestação, surgiu o dito cujo e a montanha pariu um mosquito. Nem foi um rato, foi um mosquito. O Senhor Presidente da Câmara não é economista, mas é professor há muitos anos, com uma larga experiência, com credibilidade como profissional e, certamente, se na área da Geografia, um aluno lhe apresentasse um trabalho destes, o Senhor Presidente teria que o reprovar. Não há aqui nenhum professor de Economia, infelizmente, mas há aqui pessoas que entendem um bocadinho de contas e todos os eleitos têm que entender um bocadinho do que é a contabilidade orçamental e do que vai ser a contabilidade, a nova contabilidade com a implementação do POCAL. Estes senhores que fizeram este relatório confundem tudo. Confundem controle de custos com a contabilidade orçamental. Não têm noções claras sobre a legislação aplicada às autarquias locais e sobre a legislação aplicada às empresas. Consideram como defeitos e como falhas mecanismos que ainda não estavam em vigor quando eles começaram a fazer o relatório. E em tudo isto põem os serviços da Câmara em causa, porque não põem os eleitos, nem os anteriores nem os actuais, porque se daqui por um ano viessem fazer outro relatório, encontrariam certamente as mesmas coisas, e depois podemos dar exemplos, não põem em causa os eleitos, põem em causa os serviços e têm o desplante de pôr em causa instituições como o Tribunal de Contas, a Inspeção Geral de Finanças e a Inspeção Geral da Administração do Território. Esses organismos já analisaram as contas da Câmara de Borba e muitas outras Câmaras, fizeram os comentários que fizeram, e eu lembro-me, por exemplo, da última inspeção que foi feita à Câmara de Borba ter considerado como muito bem organizado o arquivo da contabilidade da Câmara. Isto foi há um ano atrás. Agora, vêm uns senhores que nós não conhecemos de lado nenhum e, eu quero dizer era vereadora, nunca tive o prazer de conhecer os inspectores que fizeram este relatório, concerteza que não tinham nada que me perguntar a mim, tinham os documentos nos serviços e tinham os serviços da Câmara, vêm estes senhores dizer que não é possível avaliar porque isto está tudo mal organizado. Quando dizem isto estão a pôr em causa organismos públicos deste país, os únicos que têm competência para inspeccionar. Portanto, meus senhores, chamemos-lhe o que quisermos, mas não lhe chamemos inspeção nenhuma. Isto é um trabalho de amadores, é um trabalho que nem como trabalho de estágio seria admissível. Já não, eu não estou a falar do Português, estou a falar dos erros crassos relativamente à administração autárquica porque confundir administração pública geral com autonomia dos órgão do poder local é não perceber nada do que se estava a fazer. E não percebiam nada do que se estava a fazer. Então, alguns exemplos. Em relação a algumas coisas o doutor Luís já disse, confundem compromissos com obrigações, misturam tudo, uma obra que ainda não está feita já é uma despesa da Câmara assumida, não é assim, toda a gente sabe que não é assim, dizem que não há, não há normas de aplicação, não há normas de controle interno, elas só são obrigatórias a partir de dois mil e dois (2002), a pergunta que eu faço é se já foram aprovadas agora na Câmara e quando e quais são essas normas porque agora são obrigatórias, no início de dois mil e dois, em relação a dois mil e um (2001), não eram obrigatórias. Em relação a outras situações caricatas, por

exemplo, dizem a certa altura, que consultada a doutora Luísa Quitério, consultora jurídica da Câmara, concluíram, pelas informações, que não havia nenhuma questão em Tribunal, não havia nenhum contencioso. "Segundo informação transmitida pela advogada externa à Câmara Municipal, doutora Luísa Quitério, não existem pendentes quaisquer procedimentos ou processos judiciais de que possam resultar encargos para a Câmara Municipal de Borba". Está escrito. "Salientamos que, no decorrer do trabalho realizado e à data de sete (7) de Janeiro de dois mil e dois (2002), foi possível apurar a existência de duas (2) situações de contencioso contra a Câmara movida pelos empreiteiros Pavia e Betofer cujos valores foram considerados para efeitos de apuramento do passivo". Afinal a consultora jurídica da Câmara diz que não há, depois a empresa encontra, afinal, duas situações de contencioso. Depois "estas situações não chegaram a originar qualquer processo judicial, uma vez que foram regularizadas pelo actual Executivo camarário". Então, mas se eram situações de contencioso, foram regularizadas pelo Executivo? Ou eu não entendo o que está aqui escrito ou eles não entenderam o que escreveram. Depois, mais à frente, na página vinte sete (27) dizem assim "a Câmara tem utilizado uma estrutura de contas preparada de acordo com os princípios gerais da apresentação de contas aplicáveis aos organismos públicos do Estado Português com contabilidade orçamental e, nomeadamente, aqueles especificamente definidos para os organismos sujeitos a fiscalização pelo Tribunal de Contas". E depois? Tem que ser mesmo assim. A Câmara tem utilizado isto e tem que ser mesmo assim, não se podia exigir outra coisa. Mas depois consideram, na página vinte e oito (28) que "os ajustes directos da adaptação e substituição da cobertura do edifício da cantina da Escola EB1 de Borba e a remodelação e adaptação da Escola Pré-Primária de Borba, Pré-Primária da Nora não são legais". E não são legais porque a Câmara fez um concurso limitado, não concorreu ninguém, e depois a Câmara, como não concorreu ninguém, fez um ajuste directo a um empreiteiro. Então, os senhores da empresa consideram que isto não é legal. Não sei onde é que eles se foram fundamentar, mas eles lá saberão. Mas as melhores estão no fim. É considerado ilegal, por exemplo, comprar vinho da Adega Cooperativa de Borba à Adega Cooperativa de Borba. Isto é ilegal. Comprar vinho, na página vinte cinco (25), "Comprar vinho da Adega Cooperativa de Borba à Adega Cooperativa de Borba, por ajuste directo, é um procedimento ilegal". Eu não sei se para comprar vinho da Adega Cooperativa de Borba se faz um concurso nacional ou internacional, mas isso eles também não dizem porque também não sabem. E para finalizar os exemplos. Página vinte seis (26). "O Município adjudicou, mediante ajuste directo, duas prestações de serviço de recuperação e pintura de edifícios à empresa Galhanas e que, salvo melhor opinião, indiciam um fraccionamento de despesas. A recuperação e pintura do edifício dos Paços do Concelho, de vinte (20) de Julho de dois mil e um (2001), de quatro mil novecentos e setenta e oito euros (4.978), e a recuperação e pintura da Torre do Relógio de vinte e quatro (24) de Julho de dois mil e um (2001), de quatro mil setecentos e trinta e nove euros (4.739)". Isto chama a empresa BDO fraccionamento de despesas. E eu pergunto, o que é que a pintura do edifício da Câmara tem a ver com a pintura da Torre do Relógio, em termos legais e orçamentais? A lei define o que é que é fraccionamento de despesas e eu dou um exemplo. Se a Câmara adjudicar a uma empresa a construção ou a recuperação de uma estrada e depois quiser fazer mais um bocadinho de uma estrada que fica pegada àquela, e não fizer concurso, isto é aumento da mesma despesa. Agora, mandar pintar o edifício da Câmara e depois mandar pintar, à mesma empresa, a Torre do Relógio que fica no alto da praça, não me digam que há aqui continuidade física. Porque a continuidade física aqui só se for pelo ar e só se for com cabos porque, fisicamente, não encontramos continuidade em lado nenhum. E estes, Senhor Presidente da Assembleia, são exemplos de uma coisa que, eu não posso ser hipócrita e dizer que esperava que fosse séria, porque já não esperava que isto fosse um trabalho sério. Não esperava que fosse um trabalho sério, mas sinceramente eu não esperava que isto fosse tão medíocre como é.

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL :** Senhor Presidente da Câmara, faz favor.

**PRESIDENTE DA CAMARA MUNICIPAL :** Bom, eu não queria, de facto, intervir em relação a esta situação que aqui está, mas a intervenção da Senhora Deputada Filipa aguçou-me a vontade e a vontade porque eu, sendo de Geografia, não me manifesto, mas há coisas em que eu me tenho que manifestar. E lamento profundamente como é que a Senhora Deputada, sendo de Francês, sabe tanto de contabilidade. Mas enfim. Quero-lhe dizer o seguinte, em relação à parte que me toca, fiz uma adjudicação à empresa BDO que foi adjudicada, dentro das minhas competências, por uma requisição de serviço. Depois, como é que a Senhora, a Senhora Deputada, sendo de Francês, diz que a empresa que é amadora, que confunde

isto, aquilo e o outro, se estando no curriculum da empresa que ela própria faz auditorias para Inspeção Geral de Finanças e Tribunal de Contas? Portanto, alguma coisa aqui não está bem. Será que o Tribunal de Contas e a Inspeção Geral de Finanças adjudica trabalhos também de forma leviana, como eu fui acusado, à BDO?, quando se fazem afirmações, mas isso eu deixo para os eleitos da Assembleia Municipal, quando se fazem leituras, quando se respigam leituras das páginas, tem é que se ler o que está a seguir. Porque é muito fácil nós fazermos leituras parciais; as leituras que nos convêm ser feitas. Para já fico por aqui.

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL :** Rui Bacalhau, faz favor.

**RUI MANUEL GANITO BACALHAU :** A hora já é tardia, mas também não era meu propósito falar neste ponto, mas, de facto, eu começava por uma introdução simples. Tenho um amigo em Lisboa que sempre que fala comigo diz-me: "Eh pá, lá em Borba há um indivíduo que, por estar perto de uma arquitecta, tem a mania que é arquitecto". Eu faço essa analogia à Vereadora, à Senhora Membro da Assembleia, dona Filipa. Penso que, por estar perto de um economista, está sempre a falar como sendo um economista que sabe tudo e mais alguma coisa. Eu penso que esse tempo já passou, mas enfim, ela continua com essas intervenções e a gente vamos ter que ouvir. Relativamente ao âmbito da auditoria, está bem expresso, logo nas primeiras páginas, que o âmbito da auditoria limitava-se pura e simplesmente a apurar o passivo, o passivo da Câmara Municipal de Borba àquela data. Não tinha nem mais nem menos do que apurar o passivo e as responsabilidades contingentes da Câmara Municipal de Borba no dia sete (7) de Janeiro de dois mil e dois (2002). E depois também queria fazer aquilo que o Senhor Presidente agora acabou de citar para depois rebater algumas das coisas porque não interessa estar aqui a ir ao pormenor. Acho que o valor está aí indicado, são eles que o apontam, são cerca de cinco milhões, novecentos e quarenta e sete mil, novecentos e quinze euros (5.947.915), o que traduzido em contos, dá à volta de um milhão e duzentos mil (1.200.000) e, portanto, por aí, acho que não valerá a pena, eles têm as suas fundamentações, algumas são discutíveis outras não são, mas o que é certo, é que eles apontam este valor. A Membro da Assembleia dona Filipa Almeida não é muito boa a ler e agora, eu não percebo nada de Francês nem de Português, sempre fui mau aluno nessas cadeiras, mas é que ela só lê metade das frases porque, eu vou buscar o exemplo da Doutora Luísa Quitério, obviamente que eles fazem a circularização aos advogados. Se estão a fazer uma auditoria têm de fazer circularização a todas as entidades envolvidas com esse órgão, neste caso a Câmara. E o que é que eles perguntam? Perguntam aos advogados, mas não implica que, o advogado não é soberano, pode não dar informação correcta. Assim como fazem circularização ao advogado, vão fazer a circularização também às empresas e as empresas têm uma posição diferente. Obviamente que eles consideraram que a Pavia, penso que é a Pavia e a Betofer, tinham umas acções contra a Câmara e que eles consideraram que este Executivo, este Executivo que está a exercer, tinha que conhecer a situação, evitando que o processo entrasse em tribunal. Obviamente, o processo até chegar a um tribunal, passa por muitas fases e aqui o Senhor Presidente da Câmara actual conseguiu resolver mais um problema daqueles muitos que foram deixados. Para desfazer mais uma inverdade, relativamente à compra do vinho, eles não dizem que é incorrecto. O que eles dizem é que a classificação contabilística não é a adequada. É diferente daquilo a Doutora disse. O que diz aqui, senhor Serra da Silva, e deixe-se desse espectáculo que já passou o tempo de ser bom. É porque gerir uma Câmara é muito simples. Não se tem de arranjar dinheiro, ó senhor Serra, isso já lá vai o tempo. Já lá vai o tempo em que o senhor sabia tudo. Agora não, tem que se fazer obra, tem que se fazer alguma coisa pela Vila e você não contribui em nada para isso. O que eles dizem aqui é que a classificação contabilística não é a mais adequada, é só o que aqui está escrito. Outros pontos. A Doutora Filipa não falou, mas eu gostava que ela tivesse dito também, quando falou da página vinte e oito (28), falou da parte de cima, dos ajustes directos, mas o mais importante, para mim, está na parte de baixo da página vinte e oito (28), onde diz "obra, reparação do hospício de Nossa Senhora da Soledade" e que depois foi adjudicado em três empreitadas à empresa Construções Rodrigo e até, vou transcrever, vou ler aquilo que eles aqui dizem, "sendo certo que nenhum dos valores referidos anteriormente ultrapassa o limite máximo imposto pela legislação o procedimento parece indiciar o fraccionamento de despesas". Isto, a mim, preocupa-me porque poderia ser uma prática da Câmara Municipal de Borba por aquilo que estou aqui a ver. Agora, não sei se isso era prática se não era prática. Portanto, acho que isto é que é gravoso, acho que isto é que é problemático e não estar a ler só metade das frases. Devemos ler a frase toda para as pessoas ficarem

esclarecidas. Por hora fico por aqui.

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL** : Doutora Filipa, faz favor.

**MARIA FILIPA MARTINS DE ALMEIDA** : Eu agora percebo, destas duas intervenções, da do Senhor Presidente e da do doutor Rui Bacalhau, acho que o mais importante foi a primeira frase de cada uma destas intervenções. E que foi assim: "Eu não tinha intenção de falar disto". Nem o Senhor Presidente nem o membro da Assembleia Rui Bacalhau. E é evidente que não tinham intenção de falar disto. Porque isto não saiu, apesar de todos os apesares e daquilo que eu penso sobre o trabalho, isto não saiu como gostariam que tivesse saído. Não saiu. É que o que está aqui sobre o hospício, eu nem falei no hospício. Eu não falei no hospício. O hospício foi o ano passado, esteve uma inspecção na Câmara, da Inspeção Geral de Finanças, a obra do hospício foi inspeccionada pela Inspeção Geral de Finanças. E não há nenhuma empresa, mesmo que ela seja convidada pelo Tribunal de Contas a fazer auditorias, mesmo que seja convidada pela Inspeção Geral de Finanças, não há nenhuma empresa que tenha poderes legais para se sobrepor aos organismos que têm poderes para fazer inspecções. Portanto, algumas das obras que aqui estão, que foram agora avaliadas, tinham sido inspeccionadas pela Inspeção Geral de Finanças. Agora, eu estava à espera de mais e de uma leitura muito mais atenta do doutor Rui Bacalhau, provavelmente, não teve tempo de ler este documento. Eu respeito isso, mas estava à espera de mais. Porque eu não sei de economia por viver com um economista. Eu sou eleita nesta Assembleia, já fui noutros anos, fui eleita na Câmara e sei aquilo que tenho que saber e não sei tudo, há muita coisa que não sei. Mas os membros da Assembleia Municipal também têm que ter alguma responsabilidade quando abrem a boca para dizerem as coisas. E há uns que, por formação profissional, tinham mais obrigação de conhecer melhor a legislação das autarquias locais. Muito concretamente, doutor Rui, o senhor tinha obrigação de conhecer muito melhor aquilo que está a dizer sobre uma inspecção, sobre uma auditoria financeira. Mas como também isto não agrada, como a montanha pariu um mosquito, então não vale a pena falar do assunto. Eu acho que vale a pena falar do assunto. Porque estes quatro mil e oitocentos euros (4.800) podiam ser muito baratos, mas na minha opinião, Senhor Presidente da Câmara, foram muito caros porque isto é um péssimo trabalho. E, já agora, só uma correcção, não é o facto de eu ser professora de Francês, porque nem sou. Não sou professora de Francês. E não é por ser professora de Francês que sei alguma coisa disto. É porque me preocupo, porque estive cá, porque estou cá, porque conheço e porque me preocupo em ler o que aqui está escrito. E o que está escrito está escrito em Português. Em mau Português e em muito pior contabilidade.

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL** : Já agora, eu queria dizer o seguinte, eu também não queria falar sobre isto, e mais, não vou falar sobre o relatório. Mas não posso é estar aqui presente e ouvir pessoas a invocar a lei, desconhecendo-a. E isso é que é uma chatice, mas falamos com uma certeza tão grande que impressiona. Por exemplo, o doutor Nascimento diz assim: " Quando se adjudica uma obra, a obra ainda não tem custos". Doutor Nascimento, se quiser ir ler o decreto-lei das empreitadas diz exactamente o contrário. Diz que logo que se toma o compromisso, adquire-se a responsabilidade de uma parte dos custos e tem que o pagar se não fizer a obra. Está a ver? Tem que o pagar se não fizer a obra. Depois, em relação à doutora Filipa, acho que também devia ler o que é um ajuste directo porque também não o entende. Não entendeu bem o Regime Jurídico das empreitadas, esteve na Câmara, devia ter lido, aquilo é um manual importantíssimo. E sobre o fraccionamento das despesas já agora, o que indicia não é a obra ser a mesma, o que indicia é a data que é a mesma para as três requisições. Eu não conheço a firma, não sei quem são, nunca os vi, nem praticamente li este relatório, mas ao fazerem-se essas afirmações, e com as pessoas a assistir e estão a ouvir e até algumas pessoas que não estão relacionadas com estas coisas, pensam que o que ouvem é a verdade. Não é, não é bem assim. Está a ver?

**MARIA FILIPA MARTINS DE ALMEIDA** : Não.

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL** : Pronto. Não veja nada que é melhor para si. Engenheiro Cabral, faz favor.

**CARLOS MANUEL DE ALMEIDA CABRAL** : Senhora doutora Filipa, eu tinha intenção de falar

nisto, e tinha intenção de falar nisto com comentários genéricos e agora um comentário sobre o que foi dito. E os comentários genéricos têm a ver com o seguinte. Primeiro, uma auditoria não é uma inspecção e logo não há que comparar uma auditoria financeira com actos inspectivos. Uma auditoria, do meu ponto de vista, deveria ser feita sistematicamente às instituições públicas e às autarquias locais. E devia ser da iniciativa dos eleitos provocarem uma auditoria de dois em dois em anos, por exemplo, ou antes de terminar o mandato, os que se preparam para as eleições, deviam contratar auditorias às suas autarquias. Na hipótese de continuarem, sabiam o estado, em que elas estav

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL :** Nós vamos seguir a ordem das inscrições. Mário de Deus, faz favor.

**MARIO JOAQUIM TRINDADE DE DEUS :** Eu acho muito bem que toda a gente fale, toda a gente sabe que a minha perspectiva é que toda a gente fale. Penso que é preciso explicar um pouco o que aconteceu aqui, agora, nesta Assembleia, em relação a este ponto, é preciso talvez precisar aqui algumas questões. Ouviram-se algumas intervenções de companheiros meus de bancada, começando todas da mesma maneira, e todas começavam por dizer que não pensavam falar neste ponto. O professor Carlos Cabral foi o único que não começou assim, e disse o contrário porque o professor Carlos Cabral, por motivos profissionais, obviamente, não teve, não esteve presente na reunião preparatória do grupo parlamentar do PS, para esta Assembleia. Portanto, o professor Carlos Cabral estava um pouco por fora daquilo que nós, mais ou menos todos tínhamos combinado acerca deste ponto, mas naturalmente, não estando presente nessa reunião, acabou por sintetizar, de uma forma magnífica, a apreciação que nós fizemos deste documento. Ele disse-o e muito bem, este documento não foi entendido com animosidade, quando se pediu esta auditoria, e ele já sublinhou que uma auditoria não é uma inspecção, quando se pediu esta auditoria, não se pediu com intenção de prejudicar ou de perseguir fosse quem fosse. Pediu-se com intenção, fundamentalmente, pedagógica, para se perceber, para se ter a opinião de uma entidade especializada sobre o que é que estava mal e o que é que se podia corrigir e como é que se podia corrigir e, fundamentalmente, pediu-se, como ele também já muito bem sublinhou, para repor no nosso concelho, na vida política do nosso concelho, uma questão fundamental da democracia que é a transparência. Com este documento, o grupo municipal do Partido Socialista, só quis que ficasse claro, indiscutivelmente claro qual era a situação da Câmara quando tomou conta dela. Daqui por quatro (4) anos, daqui por três (3) anos, visto que já passou um (1), como muito bem o Carlos Cabral sublinhou, será o povo de Borba, serão os Borbenses que vão julgar outra vez e que vão repor ou não o resultado das últimas eleições autárquicas. E este era um primeiro ponto, o outro ponto era que nós tínhamos decidido, este era o nosso ponto de partida, nós tínhamos combinado todos que ficávamos um pouco para ouvir a forma como a CDU ia pegar neste negócio, e tal e qual como alguém disse nessa reunião, havia de haver alguém que ia pegar neste negócio, que ia tentar provocar este esmiuçar. Ou seja, nós, à semelhança do que tem acontecido aqui toda a noite e do que se tem visto nas últimas Assembleias, nós, grupo municipal do Partido Socialista, queremos fazer política local com toda a transparência e com toda a vontade de construir e de fazer, mas da parte da CDU, da parte do PCP, da parte do PEV, sei lá o que é que hei-de chamar, assistem-se a provocações sistemáticas para cair nesta baixa política. E esta, esta discussão deste ponto ilustrou isto muito bem. Há pessoas, do mesmo grupo de outras pessoas, que estão interessadas em puxar os membros do Partido Socialista para este tipo de discussão, nós não queremos ir por aí, não é esse o nosso objectivo. A única decisão que ficou tomada era então, se alguém da CDU, se parte, se alguma parte da CDU caísse nessa estratégia, como efectivamente caiu e como ficou claro, há pessoas a quem convém este tipo de conversa, há pessoas da CDU a quem convém este tipo de conversa, nós não a queremos ter, então tínhamos que relembrar aqui, foi por isso que eu pedi a palavra e é só o que vou fazer, que as contas de gerência de dois mil e um (2001) não foram aprovadas nesta Assembleia. Ou seja, toda a gente se absteve nas contas de dois mil e um, ou seja, pessoas que agora vêm aqui defender e, vêm aparentemente defender porque não se vêm defender porque ninguém as está a atacar, há pessoas agora que vêm vestir aqui uma capa, vêm vestir aqui uma armadura para dizer que nós fomos os melhores, quando na altura certa não o fizeram. Isto é baixa política, de certeza. E foi decidido por nós, em reunião preparatória desta reunião, que não íamos cair nisso, íamos tentar fugir a isso e a última coisa que podemos fazer é relembrar que este papel só pode ter mais um destino, é ser enviado a todas as entidades a quem foram enviadas as contas de gerência de dois mil e um, sublinhando que essas contas de gerência,

se calhar, de forma única no país, não foram aprovadas nem recusadas, foram objecto de uma abstenção total e nessa abstenção estava uma pessoa, que estando agora do lado de quem votava, estando agora a votar, absteve-se quando tinha estado na execução dessas contas. Não vale a pena também dramatizar isto muito, penso que é apenas para que se faça luz um pouco, se percebam, se descodifiquem alguns procedimentos, eu já tive ocasião de dizer há bocado, estamos a assinalar mais ou menos um ano, deste mandato, se calhar, é boa altura para todos percebermos melhor estas coisas, para todos percebermos o que estamos a falar quando estamos a falar de política local, e das guerras, dos ataques, das coisas que se fazem uns aos outros. Ficou claro, este documento também veio em boa altura, para nós assinala, se calhar, e é essa a nossa intenção, é esse o nosso desejo, assinala fundamentalmente a mudança de um tempo. Vamos deixar de discutir as formas das coisas, vamos deixar de estar a obstaculizar, vamos deixar de estar virados para trás e vamos fazer os três anos que faltam o mais seriamente possível, com a máxima vontade de que as coisas, de facto, corram o melhor possível. É essa a nossa intenção expressa, foi, é, e fica expressa agora, e foi decidida, já vinha premeditada. Estava premeditado que era isto que queríamos dizer, era esta a mensagem que queríamos deixar à CDU toda.

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL :** Doutor Nascimento, faz favor.

**LUIS MANUEL DO NASCIMENTO :** Bom, sobre algumas questões que foram agora colocadas, para já e em primeiro lugar admira-me como é que, dando o Partido Socialista tanta importância a esta auditoria, tinha como estratégia, de facto, não se pronunciar nesta apreciação que está aqui a ser feita. Era importante ou não era importante? Primeira questão, depois lembrar que, de facto, as contas de gerência pela parte dos eleitos da CDU mereceram a abstenção, não pelas contas em si, mas, de facto, por aquilo que tinha sido afirmado anteriormente pelo Senhor Presidente da Câmara, que a dívida era uma dívida bastante elevada, mas depois as contas de gerência apresentavam valores muito diferentes. Portanto, havia aí diferenças entre aquilo que tinha sido afirmado pelo Senhor Presidente da Câmara e aquilo que apresentavam as contas de gerência, daí a nossa abstenção. Eu estou de acordo com o engenheiro Cabral, de facto, quando diz que as auditorias devem ser feitas no início dos mandatos, perfeitamente de acordo com isso, mas devem ser feitas de uma forma credível, com qualidade, não é como está referido neste documento. Dizer também ao Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal que, de facto, quando se faz uma adjudicação, se assume um compromisso, mas não se assume uma obrigação. Assume-se o compromisso de pagar a obra se a obra for feita, e se o empreiteiro não fizer a obra? Temos que pagar? Logo daí, Senhor Presidente, esta questão de incluírem no défice o que são adjudicações, no meu ponto de vista, e, de facto, eu não sou economista, mas é a leitura que eu faço desta matéria, essas verbas não deviam estar incluídas, no défice a apresentar pela Câmara. Depois foi aqui afirmado, e o relatório assim o diz, que a dívida total são cinco milhões e novecentos e quarenta e sete mil euros (5.947.000). É, de facto, isso que está no relatório, mas o relatório também diz, e não foi aqui afirmado ainda, que a Câmara tinha por receber, de subsídios comunitários, um milhão quinhentos e cinquenta e sete mil euros (1.557.000) euros, o que são mais de trezentos mil contos (300.000.000\$00). Se deduzirmos ao milhão e duzentos mil contos (1.200.000), que foi afirmado que era a dívida da Câmara, se deduzirmos estes trezentos mil contos, o que temos, de facto, é que a dívida real da Câmara era aquela que sempre nós afirmámos, rondava os oitocentos mil contos (800.000.000\$00). Em relação às questões que a auditoria apresenta de algumas irregularidades processuais nas adjudicações, nos contractos, etc., A auditoria não aponta responsabilidades a ninguém, diz que estão mal feitas, mas eu só digo assim, pegando nas palavras do senhor Presidente: "Mais faltaria que os eleitos andassem a ver os papeis que vão a constituir as empreitadas e os concursos, etc., mais valia isso também".

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL :** Diogo Sapatinha, faz favor.

**DIOGO MANUEL CANHÃO SAPATINHA :** Eu, para não fugir à regra, eu também não tinha ideia de falar, embora não tenha estado na reunião que o Mário citou, nessa reunião de preparação, mas é que há uma coisa que me chateia que são melgas e mosquitos, e com, a doutora Filipa falou ali em que a montanha pariu um mosquito, eu só queria sublinhar o mosquito que a montanha pariu. Foram um milhão cento e noventa e dois mil contos (1.192.000.000\$00).

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL** : Senhor Vereador Serra, faz favor.

**JOAQUIM JOSE SERRA SILVA** : Então eu, também não era propriamente para intervir neste ponto, mas tendo em conta a discussão e algumas coisas que foram colocadas e, desde já, gostaria de dizer a alguns membros da Assembleia que ataques se me querem fazer, se me querem fazer alguns ataques, que os façam directamente, não os façam encapuçados. Não faz parte dos meus princípios normalmente pôr em causa a credibilidade ou a competência profissional das pessoas, e não vou fazer isso, e também quando se referirem a algumas dessas questões com respeito a mim, também têm que ter fundamentos para, para as poderem fazer porque senão saem em saco roto. Se essa questão de viver perto de arquitectos era para mim, eu nunca fiz projectos de arquitectura, nunca fiz obras nenhuma da Câmara sem projecto e segui os projectos que me eram dados pelos técnicos e, quando havia alterações, eram os técnicos que as decidiam, nunca fui eu que decidi alterações com arquitectos. Que sei de Direito do Urbanismo, sei, isso sei, mas aí discuto com quem souber de Direito de Urbanismo e com quem estiver à altura de o discutir. Para dizer também que, relativamente àquilo de saber ler ou não saber, eu sei ler, Rui, eu sei ler, e dizia assim: "Adega Cooperativa de Borba CRL, ainda no âmbito da festa da Vinha e do Vinho de dois mil e um (2001), foi adjudicado, por ajuste directo, o fornecimento de caixas de vinho VQPRD, no montante total de catorze mil trezentos e dezoito euros (14.318)", isto diz quem fez a inspecção. Quando a doutora Filipa falou neste ponto, queria dizer que o que foi criticado por quem fez a auditoria foi a modalidade de aquisição, a modalidade da aquisição não tem nada a ver com classificações. Pronto, a modalidade de ajuste directo, o que os senhores entendiam é que a Câmara, para comprar vinho da Adega Cooperativa de Borba, teria que fazer um concurso limitado, mas fazia com quem? Com os agentes? Com a Adega do Redondo para vender vinho de Borba? Como é que era? Pronto, era essa a questão é isso que aqui está escrito. É que a questão que está aqui em causa, não é a classificação, é a questão da aquisição, que foi feita por ajuste directo, quando entendia quem fez a auditoria, que deveria ter sido por outra modalidade não esta, é um entendimento diferente. Agora, é dizer que comungo muito de algumas coisas que foram ditas pelo doutor Carlos Cabral, também sou adepto das auditorias, acho que ela devem ser feitas com métodos e devem ser feitas pedagogicamente, e que só assim é possível trabalhar em termos de qualidade e na melhoria das organizações. Isso é ponto assente, mas as auditorias também não são depois uma tábua rasa, as auditorias, servem para ser discutidas e devem ser discutidas também e deviam ser discutidas também com quem as fez, até para se trocarem pontos de opinião, onde é que se pode melhorar, onde é que não se pode melhorar. E uma auditoria pedagógica, também deve fazer propostas, é preciso melhorar aqui, é preciso melhorar ali, não deve só apontar onde é que estão as deficiências, deve também ir mais além, fazer propostas. Este documento não tem nenhuma propostas desse ponto de vista, deveria ter. Também dizer que eu não tenho nada contra a BDO, nem sei quem é a BDO, nem eu nunca me pronunciei quanto à credibilidade da BDO. O único contacto que tive foi com dois jovens que estavam aqui um dia neste salão, rodeados de pastas e eram relativamente novos, perguntei-lhe: "Então, quem são?", "Ah, somos da empresa BDO, estamos aqui a fazer uma auditoria", perguntei-lhe: "Então, e têm experiência de auditorias? Já fizeram alguma auditoria? Como é que é?", pronto, nunca tinham feito nenhuma auditoria, era a primeira vez que faziam uma auditoria, não sei quem são, eles não me disseram o nome, era a primeira vez que faziam uma auditoria. Esta auditoria está feita pela BDO, mas não tem aqui nenhuma referência a nenhum técnico em especial. A gente não sabe, dentro da BDO, quem é que a fez. Pode ter grandes inspectores, pode ter grandes auditores, mas também pode ter jovens contratados, jovens estagiários, pode ter muita coisa, muita coisa, e de certeza que uma auditoria destas, pelos novecentos contos (900.000\$00), com uma empresa bem credível, com bom nome no mercado, também de certeza que não mandava para aqui o supra-sumo dos seus auditores. Numa auditoria que levou nove (9) meses, uma média de cem contos (100.000\$00), incluindo deslocações de técnicos, e tudo aqui à Câmara, mas, mas isso não impedia que o trabalho pudesse depois ser revisto e pudesse ser melhorado. Agora, é preciso é dizer duas coisas, dizia aqui que o âmbito era apurar o passivo, mas esta auditoria não foi só apurar o passivo, foi muito mais além. Pode ser bom, pode ajudar a melhorar o trabalho futuro da Câmara, mas foi muito mais além. Depois dizer que, quando nós não concordamos com o que vem na auditoria, também devemos defender o nosso ponto de vista, e o ponto de vista que isto não levou a nada, e não leva a nada é porque o que é que vai ficar aqui desta auditoria? É que os eleitos do Partido Socialista continuam com o número que, que pensam que é o passivo da Câmara naquela altura, os eleitos da CDU continuam a defender que o passivo é outro. Nunca foi possível encontrar a empresa que fez esta

auditoria, com os eleitos, e discutir: "Vamos lá ver bem os critérios, vamos lá ver se é assim ou não é assim", porque um dos critérios principais que está aqui, e isto é da contabilidade autárquica, e muitas vezes quem trabalha na outra contabilidade normal não se apercebe e tem a ver com a figura do compromisso. A figura do compromisso nem sempre se transforma numa obrigação; há compromissos que muitas vezes até, se transformam em rendimento para a Câmara, não em obrigação, e esse caso que tem estado a aí a ser falado das obras, é um desses casos. Quando a Câmara assume o compromisso de fazer uma obra, o compromisso é assumido entre duas partes: uma parte que vai fazer a obra e outra parte que adjudica a obra. Elas as duas têm um compromisso: uma da fazer a obra; a outra de pagar a obra. Quando a empresa começa a facturar, então, a Câmara começa a ter a obrigação de pagar; mas se a empresa nunca facturar, porque nunca fez a obra, tem que indemnizar a Câmara por não ter feito a obra, tem multas que podem aplicar. Então, essas multas, em vez de ser passivo, passam a ser activo. Por outro lado, se a Câmara desistir da obra, então sim, terá que indemnizar também o empreiteiro. E aí, é um passivo ainda muito pior porque nem sequer tira o rendimento da obra. Pronto, então o compromisso pode evoluir. Quando nós estamos numa situação destas em que há compromissos, mas não há execuções, não se pode considerar passivo. O passivo só começa a existir no momento em que se começa a executar a obra e começa a haver facturação. Esta é aqui a grande diferença que existe aqui no apurar deste passivo. Agora, depois todas as outras questões que vêm por aqui esclarecidas, aparecem nos trezentos (300) e tal Municípios portugueses mais bem ou, ou menos bem estruturados, todos eles, todos estes casos aqui aparecem. Há entendimentos, ora, está aqui outra questão que é assim: "A Câmara adjudicou um projecto para a execução da ETAR de Rio de Moinhos". Havia montes de dificuldades em encontrar empresas credenciadas, adjudicámos ao Instituto Superior Técnico, a um departamento que só trabalha nisto. Não foi reconhecido, por esta auditoria, que tivesse competência técnica, o Instituto Superior Técnico, para fazer este tipo de trabalho. É um entendimento, mas a Lei diz que quem adjudica é que tem que reconhecer a capacidade técnica e a Câmara reconheceu, nessa altura. Por outro lado, a questão dos fraccionamentos, as fraccionamentos não têm a ver com o prazo de adjudicação. Eu posso apresentar na mesma data adjudicar à mesma empresa dez (10) trabalhos todos de natureza diferente e em lugares diferentes, e isso não indicia fraccionamento nenhum por serem na mesma data. Agora, não podem é ser no mesmo, no mesmo espaço. Não são, um é no edifício dos Paços de Concelho, e o outro é na Torre do Relógio, isto é que é indiciado como fraccionamento.

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL :** As requisições dos trabalhos do hospício estão todos com data treze de Novembro (13/11), página vinte e oito (28). Quer continuar a falar? Desculpe, faz favor.

**JOAQUIM JOSE SERRA SILVA :** Também quero dizer que foi preciso ir a noventa e oito (98), esta empresa foi preciso ir a noventa e oito repescar uma obra para encontrar uma situação destas, que já tinha sido também avaliada pela inspecção que não colocou essas questões. Por outro lado, gostaria de dizer também que normalmente estas auditorias deveriam apresentar aqui algumas conclusões, também não apresentam. Era justo que apresentasse, que dissesse alguma coisa, e também era justo que dissesse que havia alguma coisa bem organizada, porque uma auditoria também passava por isso, mas não, não encontrou nada organizado.

**LUIS MANUEL DO NASCIMENTO :** Como esta Câmara também tem poucas obras ainda executadas, desafiava a fazer também uma auditoria à obra do jardim municipal, e na obra do jardim municipal eu digo, e posso afirmar que a maior parte destas situações que já aqui aparecem descritas como procedimentos menos correctos, descritos por esta auditoria, já se passaram na obra do jardim municipal. E desafio os membros da Assembleia a fazerem um ensaio só, porque isto também faz parte da Assembleia, a Assembleia tem competência para fiscalizar.

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL :** O senhor Vereador João Proença, faz favor.

**JOAO MANUEL RATO PROENCA :** Eu era daqueles que tinha mesmo intenção de falar e agradeço muito que me tenha dado a palavra, porque esta questão, como devem calcular, era-me grata. Era-me grata e acho que devemos estar todos satisfeitos porque os actuais eleitos não encontraram a situação que,

em determinada altura, e até ainda há muito pouco tempo, afirmavam ser a situação da autarquia de Borba. Acho que devemos estar satisfeitos porque ela não corresponde, mesmo neste trabalho que não está completo, já agora também dizer-vos a, a todos que fui eu que me inteirei de quem era a BDO, conheço bastantes auditores, por razões profissionais, e perguntei a um deles qual era a idoneidade da BDO, que me garantiu que a empresa que é idónea, e a partir daí acabou a indagação que houve sobre a BDO. Foi essa, se se conhece mais alguma, Senhor Presidente, pode e deve dizê-lo a toda a gente, para que não fiquem aí dúvidas. Mas, para mim, eu vou já devolver ao PS e a todos os eleitos deste concelho esta questão, uma questão nova, que é esta, eu parece-me que o trabalho que foi apresentado aos eleitos e que nós temos conhecimento, não foi todo o trabalho da empresa, que a empresa fez para a Câmara. Porque eu li isto atentamente, como devem calcular, e vou já deixar-vos a pensar e tratem isto como quiserem. A empresa diz na página nove (9), no ponto um (1), logo no primeiro ponto diz, para além, da introdução que faz, está aqui público que não tem acesso ao documento, que diz: "O trabalho compreendeu basicamente a identificação e o apuramento do passivo, responsabilidades e incontigências financeiras da Câmara, reportadas a sete de Janeiro de dois mil e dois (07/JAN/2002), data da tomada de posse do actual Executivo, designadamente, passivo e disponibilidades financeiras", este documento não tem nada de disponibilidades financeiras nessa data, logo sou levado a concluir que ou o trabalho não está completo por parte da empresa, ou então foi-nos sonegado parte do trabalho que a empresa fez. Se assim é, pedimos ao Senhor Presidente que continue a indagar, continue a verificar isto porque em relação ao passivo, parece que temos aqui todas as informações, em relação às disponibilidades financeiras da altura, que explicava algumas, das responsabilidades, algumas das dívidas que eram assumidas, não está cá para isto ser claro, e a empresa que o ia fazer. Logo, ou o Senhor Presidente, quando recebeu os documentos, ficou com eles e não nos entregou, ou a empresa tem parte deste relatório ainda por entregar. E é assim que as coisas, engenheiro Cabral, é assim que nós nunca mais acabamos com isto. Agora acabámos uma que não é muito má, mas já estamos a começar outra, que é onde é que está, de facto, a parte das disponibilidades financeiras à data que a empresa se compromete a fazer o trabalho.

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL :** Senhor Presidente da Câmara, faz favor.

**PRESIDENTE DA CAMARA MUNICIPAL :** Só um breve comentário, mesmo muito breve. Há aqui afirmações que são graves, quando se diz que se contactou com as pessoas que disseram que nunca tinham feito auditorias, eu dou só um exemplo, quando foi feito, e peço desculpa, mas a comparação tem que ser feita, quando foi feito o PDM desta Câmara, quem andou no terreno a recolher informação, foram dois alunos meus que tinham acabado o décimo segundo (12º) ano há quatro (4) anos e tinham acabado o curso, um de Antropologia e outro de Geografia, salvo erro. Portanto, quando se recolhem informações, não é necessário serem nenhuns experts no assunto. Isto é um comentário só, só à margem. Depois a questão do preço, dos novecentos contos (900.000\$00), felizmente que foi por novecentos contos, que foi feito um trabalho desta natureza, mas quero-vos dizer aqui, que da parte da empresa me foi dito que perderam muito dinheiro com este trabalho que aqui realizaram e o facto de ter demorado nove (9) meses, teve que ver e todos os eleitos que aqui estão sabem, com o período de férias e com doença do técnico de contas que cá tínhamos. Toda a gente sabe disto e com a doença da chefe de divisão também. Portanto, se não tivesse havido todos esses problemas, naturalmente não teria demorado nove meses. É óbvio que todos nós gostávamos que isso tivesse sido muito mais cedo. Relativamente à questão das disponibilidades financeiras, eu penso que isso é traduzido em quadros que aparecem aí assim, embora eu não seja de contabilidade, e uma coisa é certa, documentos na gaveta eu nunca fico com eles. Senhores Vereadores, que fique claro que eu documentos na gaveta não estou habituado, nunca foi meu hábito fazer isso. Uma coisa é certa, o passivo que nós dizíamos consta aí, cinco milhões novecentos e quarenta e sete mil novecentos e quinze euros (5.947.915), o que equivale aproximadamente a um milhão e duzentos mil contos (1.200.000\$00), que era aquilo que a gente sempre disse. E quando o senhor deputado Luís Nascimento, há pouco diz que havia aqui trezentos mil contos (300.000.000\$00) a receber, devia ler também o que está a seguir, porque só lê aquilo que lhe convém, e diz a seguir o seguinte: "Salientamos que o montante supracitado apenas será recebido mediante a realização efectiva de despesa pública aprovada", e o que é um facto é que a despesa não estava feita, o que é um facto é que a obra não está concluída, portanto constitui passivo, constitui passivo ou não constitui?

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL :** Doutor Rui Bacalhau, faz favor.

**RUI MANUEL GANITO BACALHAU :** Bom, eu vou ser muito mais sucinto agora e, se calhar, também fazer aqui algumas abordagens. relativamente ao tempo, aos nove meses, eu já trabalhei em auditoria e sei que, uma auditoria destas que é uma auditoria especial. As empresas privadas fecham a contabilidade e têm que apresentar as contas até trinta (30) de, de Março. E, então, eles dão prioridade a essas contas e depois algumas até trinta e um (31) de Maio, quando o prazo do entrega do modelo vinte e dois (22) era trinta e um de Maio. Por isso, deixaram esta auditoria para um segundo período. Relativamente, ao que foi aqui afirmado pelo Senhor Vereador Serra, quero dizer que a auditoria, tem um capítulo seis (6): "Comentários suplementares", que diz o seguinte: "Organização geral: Procedimentos Contabilísticos e Controlo Interno", antes já tinha sido mencionado que o controlo interno e os procedimentos contabilísticos não eram os melhores, e agora aqui eles dão algumas sugestões, dentro daquele âmbito que foi solicitado à auditoria, não no âmbito de uma inspecção. Concerteza, se viessem fazer uma inspecção teriam cá passado muito mais tempo, como passaram os senhores da Inspeção Geral de Finanças noutros sítios, e o próprio relatório da Inspeção Geral de Finanças, que tem sido tão badalado aqui, também não era assim tão linear. Eu li algumas coisas que se eu fosse órgão desta Câmara naquela altura, se calhar não ficava muito contente, por isso agora não estejam também a fazer do relatório da Inspeção Geral de Finanças um ex-libris porque não era isso, e também lhe posso dizer que as empresas de auditoria, auditam a Inspeção Geral de Finanças a mando da Comissão Europeia, assim como auditam o Tribunal de Contas, a mando da Comissão Europeia. Portanto, eu acho que vocês sabiam tudo isto e agora estavam-se a querer fazer esquecidos. Não, Vereador Serra, há outras coisas. Ainda dentro dos comentários suplementares, o ponto um (1) que é a organização geral, fazem aqui algumas propostas: não havia definição de funções, eles sugerem para haver definição de funções; não havia manual de procedimentos, eles sugerem isso; relativamente ao departamento financeiro, sugerem que se faça um orçamento de tesouraria, que não havia também nesta casa. A questão que eu aqui deixo é assim: "Como é que aqueles senhores eram capazes de gerir aquilo?", como é que era? Hoje em dia, este executivo ainda continua com os mesmos mapas do passado e eu não sei como é que têm controlo. Eu não sei, eu fico estupefacto sempre que me chega a documentação e que a documentação não vem nas devidas condições. Já há pouco o disse. Depois, dentro da divisão financeira, há aqui vários pontos, e se seguimos por aqui, o senhor Vereador Serra da Silva pode ver que há aqui várias deliberações e várias situações que não são as mais adequadas. Portanto, relativamente àquilo que o senhor disse, o que vai ficar desta auditoria é, se lermos este ponto seis (6), se o actual Executivo pegar nisto, só tem que aceitar estas propostas e colocá-las imediatamente em prática, para que no futuro não se venha a realizar, não se venha a deparar com uma situação semelhante. Eu penso que deste relatório, uma das grandes vantagens que tem é a própria acção pedagógica, e que pode melhorar muito os serviços da Câmara Municipal de Borba. Eu também fazia votos, e se calhar também menciono aquilo que o meu colega Mário, e o professor Carlos Cabral já citaram, relativamente à responsabilidade, eu penso que não havia aqui objectivo de indiciar algum crime a alguém, o objectivo era simplesmente apurar o passivo e ficarmos todos esclarecidos, porque, como bem se lembram na primeira Assembleia que houve, os senhores diziam que era um valor e o actual Executivo dizia que era um outro valor. Portanto, estes números que aqui estão vêm de encontro aquilo que o actual Executivo diz, o que está aqui é taxativo, ao lermos estes valores, o actual Executivo dizia que era um milhão e duzentos mil, e é o que aqui está. Estão aqui valores comprovados e valores justificados. Não me interessa, de forma alguma, e volto a repetir-me, não me interessa, de forma alguma, indiciar aqui alguém com algum processo crime, o interessante disto é levantar as situações e ficarmos todos esclarecidos. É só.

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL :** Senhor Vereador Serra, já agora desculpe, você depois até pode responder, usando o direito de resposta, mas queria-lhe dizer o seguinte, é que, há bocado referiu as obras do jardim municipal, e eu considero que deve efectivamente ser importante o apuramento de custos daquelas obras, e como é que as despesas se fizeram. Agora, há uma coisa que tem a certeza que não consegue apurar, é o valor do trabalho dos trabalhadores da Câmara, porque não há nenhum sistema na Câmara que permita calcular isso.

**JOAQUIM JOSE SERRA SILVA :** Pronto. Sobre isso, eu quando me referi à obra do jardim, referi-me

porque é aquela que tem maior dimensão, que é mais emblemática e que tem nitidamente a mão da administração directa, embora com recurso a várias empreitadas que por lá há misturadas. E por já haver muitas misturadas, é que era bom que se fizesse agora nesta fase algum análise. Também dizer que a mão-de-obra daquelas obras era contabilizada, pelo menos, no mandato anterior era contabilizada, havia uma folha do pessoal de obra e que todas as semanas era entregue a quem tinha que fazer esta contabilidade analítica, embora de uma forma muito empírica, mas que se fazia e havia esses custos, e havia uma folha própria por equipas de trabalho que tinham isso e que apresentavam, semanalmente. Se calhar tenho alguns elementos desses e posso-lhes facultar, e havia funcionários que tinham essa responsabilidade, é uma questão de verem quem eram e o que faziam. Mas que nós tínhamos e a Câmara tinha, contabilidade analítica dessas obras embora tivessem centros de custos, mas tinha contabilidade analítica, embora de uma forma muito embrionária, até porque o programa de contabilidade que nós temos, não respondia a centos de custo, agora é que responde com o POCAL, porque agora é que foram criados. E não é por acaso que o POCAL aparece, não é? O POCAL aparece também para resolver estes problemas e estes bicos que aparecem aí nas autarquias todas, que não é só na de Borba, aparecem em todas. Agora, eu perguntava ao Rui Bacalhau se acredita que era possível não haver definição de funções. Mesmo que elas não estivessem definidas, pelo menos, havia de haver um documento escrito em que elas estavam definidas, porque senão não havia estrutura orgânica, não havia nada nesta Câmara e há estrutura orgânica publicada. Da estrutura orgânica depois há um manual em que diz o que é que cada um faz e isso existe. Agora, eu não posso acreditar nestes senhores, quando me dizem que desconhecem a estrutura orgânica e o quadro de pessoal. Podiam-no ter consultado, estava aí, porque a Câmara não tem departamento financeiro e eles referem-se ao departamento financeiro da Câmara várias vezes. Não existe nesta Câmara, a nossa estrutura não tem departamento nem dimensão para o ter. Depois referem-se também à Divisão de Aprovisionamento e Património, também não existe nesta casa. Ora, quando eles não conseguem fazer aqui, em termos do seu relatório a configuração da estrutura orgânica que a Câmara tem e do quadro de pessoal que tem, eu não posso entender como válida de que não há, que não havia definição de funções, porque o mínimo que se pode exigir é que se consulte a estrutura orgânica, que se veja como é que a Câmara está compartimentada através do organigrama e que depois que se digam estas coisas, porque dizer estas coisas é de quem não olhou para o organigrama da Câmara.

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL :** Doutora Filipa, faz favor.

**MARIA FILIPA MARTINS DE ALMEIDA :** É para, para dizer que nós na CDU, no PCP somos muito mais democratas do que lá no PS. Não proibimos o Vereador Serra de ensinar algumas coisas, embora me parece que elas caíam em saco roto. Ele passa aqui muito tempo a dar explicações sérias e elas não são acolhidas. Enfim, para mal da maioria, não para mal dele. Eu ia dizer algumas coisas e o Serra já disse e não, não vou repetir, uma empresa, e isto não está em causa a empresa está em causa o trabalho, um trabalho que nem sequer consegue reproduzir a estrutura orgânica, não pode merecer credibilidade. Falar em departamentos que a Câmara nunca poderá ter, não pode ter de acordo com a Lei, a não ser que a Lei seja alterada; a Câmara não pode ter departamentos; falar em divisões que não existem; dizer que não há definições de funções quando existe uma estrutura orgânica e era só lê-la, bastava lê-la, então isto põe em causa tudo. Quando diz que não há manual de procedimentos, e eu só pergunto, já existe agora? Ou vai a BDO fazê-lo? É porque até ao final de dois mil e um (2001), não era obrigatório. Como eu já ouvi dizer ao Senhor Presidente da Câmara que o POCAL está muito bem implantado neste Câmara, então o manual de procedimentos já deve ter sido aprovado na Câmara, porque agora é obrigatório, a empresa faz uma crítica ao facto de ele não existir em dois mil e um (2001). Portanto, nem sequer sabem quando é que o POCAL foi implementado. E, e chega.

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL :** Engenheiro Cabral, faz favor.

**CARLOS MANUEL DE ALMEIDA CABRAL :** Muito obrigado, Senhor Presidente. É só para perguntar à doutora Filipa se ela me pode emprestar o aparelho de medida com que mede a democracia no PC e a democracia no PS.

**MARIA FILIPA MARTINS DE ALMEIDA :** Senhor Presidente eu não é para perder mais tempo, mas

deixe-me lá responder.

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL** : Faz favor.

**MARIA FILIPA MARTINS DE ALMEIDA** : É que este aparte foi só porque o doutor Mário disse que o senhor não tinha estado na reunião e então, falou quando tinham decidido que não se falava, que o PS não falava sobre a auditoria. Por isso o aparte é uma brincadeira.

**PRESIDENTE DA CAMARA MUNICIPAL** : As lições de democracia também são de facto, interessantes. Nós também permitimos, aqui em Borba, que os vereadores da CDU falem agora mas em Vila Viçosa só falam no fim. Pronto a vida é assim.

**MÁRIO JOAQUIM TRINDADE DE DEUS** : Portanto, vamos lá ver. A intenção era explicar aos membros da Assembleia Municipal e, especialmente ao público, como é que se tinha trabalhado, como é que se tinha gerido esta situação da auditoria. Para nós, a auditoria servia fundamentalmente para que a população de Borba, daqui por três (3) anos, aferisse, em face de algum rigor, qual era a situação da Câmara, qual era a situação de onde se partiu, e quando se chegar, às próximas eleições, como é que se chega. Isso é que permitiria que toda a população votasse e decidisse daqui por três anos da melhor maneira possível. Com toda a transparência, sem equívocos, era isso que se entendia que era um contributo decisivo para o aprofundamento da democracia. Não sendo entendido da mesma maneira pela CDU, justificar-se-ia mandar esta auditoria para todas as entidades para onde se mandou a conta de gerência que teve na altura a tal particularidade de não ter sido aprovada por ninguém. Cada entidade que faça dela o uso que entender. Pensando bem e, atendendo à forma como decorreu a discussão, mais vale fazer essa proposta. Que seja enviado um exemplar deste relatório a todas as entidades para onde foram enviadas as contas de gerência e essas entidades que façam, deste documento, o uso que quiserem.

**MARIA FILIPA MARTINS DE ALMEIDA** : É rápido, Senhor Presidente. É só para dizer que na parte final da discussão deste assunto eu estou de acordo com o doutor Mário. Acho que este relatório deve ser enviado para o Tribunal de Contas, para a Inspeção de Finanças, para que os técnicos do Tribunal de Contas comparem a conta de gerência, independente de ser aprovada ou não, tem que ser fiscalizada pelo Tribunal de Contas, para que comparem a conta de gerência com esta auditoria.

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL** : Vou ler a proposta: "Que o relatório da auditoria seja enviado a todas as entidades para onde foi enviada a conta de gerência referente a dois mil e um (2001). O Grupo do PS". Portanto, os senhores ouviram a proposta e agora íamos votar a admissão da proposta. Quem vota a favor? Faz favor de baixar o braço. Quem vota contra? Quem se abstém? Portanto, está admitida a proposta. Quem quer falar sobre ela? Ninguém está interessado em falar, vamos passar à votação. Quem vota a favor da proposta, faz favor de levantar o braço. Faz favor de baixar. Quem vota contra? Quem se abstém? Portanto, está aprovado por unanimidade.

**PONTO TRÊS PONTO DOZE: - Apreciação sobre as actividades da Câmara Municipal e da sua situação financeira.**

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL**: Íamos passar ao ponto três doze (3.12), "Apreciação sobre as Actividades da Câmara Municipal e da sua Situação Financeira". Dou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara. Faz favor.

**PRESIDENTE DA CAMARA MUNICIPAL** : Muito obrigado. Bom, em relação à situação financeira da Câmara, ela é traduzida nesses mapas que aí aparecem, e contrariamente àquilo que a senhora Deputada Filipa falava há pouco, eu disse que efectivamente o POCAL estava a andar a bom ritmo, mas não disse que estava completamente implementado e a razão de, facto, não o estar são as alterações a rubricas orçamentais de acordo com as imposições que têm sido feitas de acordo com o Orçamento Geral de Estado. Daí a visibilidade das contas embora já apareçam mais uns quadros que traduzem os mapas de execução mensal e os mapas de execução acumulada até Novembro. O que permite, contrariamente àquilo que era feito, ficar com uma melhor visão daquilo que é, em termos financeiros, a autarquia.

Relativamente às actividades da Câmara, a propósito da coordenação geral e representação, além de todos esses pontos que aí aparecem, queria-vos apenas realçar três (3) ou quatro (4) que me parecem mais importantes. Um deles prende-se com aquilo que nós tínhamos adjudicado à empresa que está a fazer a revisão do PDM e que se prende com o facto de nos ter chegado às mãos esta semana, salvo erro, a avaliação do PDM em vigor. Portanto, o primeiro relatório de avaliação do actual PDM já existe, está à disposição de quem hoje o quiser consultar. E que há-de ir também à Câmara Municipal. Dizer-vos também que da mesma empresa a quem tinha sido adjudicado o trabalho chegou a proposta base: Caracterização, Diagnóstico e Proposta Base do Estudo Global da UNOR 2 e a alteração ao Plano de Pormenor do Alto dos Bacelos, chega segunda-feira, de acordo com o previsto. Neste momento, eu penso que são duas boas notícias para o Concelho e que estão de acordo com aquilo que nós programámos. Portanto, contrariamente àquilo que se dizia, que os estudos nunca mais apareciam e que os trabalhos nunca mais apareciam, estão aqui e esperemos que, de facto, a empresa presente, sobretudo este da UNOR, com a maior brevidade possível e que permita que nós possamos instalar indústrias rapidamente, lá em cima na zona industrial do Alto dos Bacelos. Depois dizer-vos ainda que tenho aqui dois assuntos que me parecem também de extrema importância e que já chegaram nesta semana. Chegaram dia doze (12), e que têm muita importância para Borba. Um deles prende-se com o terreno destinado ao Centro de Saúde. É um ofício que veio da Administração Regional de Saúde em que diz, que pedem à Câmara Municipal a cedência do levantamento topográfico e do estudo geotécnico do terreno destinado ao novo Centro de Saúde. Portanto, pedem a colaboração da Câmara no sentido de lhe enviar este trabalho. Relativamente ao Tribunal do Círculo de Lisboa, e isto vem na sequência de um pedido de esclarecimento de uma inspecção que foi feita à Câmara aqui há uns anos atrás, e que nós já levámos à Câmara e fizemos o esclarecimento, mas chegou um ofício que me preocupa bastante e que tem que ver com a Cerca e que diz o seguinte: "Com referência ao vosso ofício tal, cuja cópia se envia, tenho a honra de solicitar a Vossa Excelência se digne explicitar quais os concretos motivos por que entende a Câmara Municipal de Borba, como parece ter sido reposta a legalidade no tocante ao alvará de loteamento número oitenta e cinco (85), mediante deliberação camarária de treze do nove de noventa e seis (13/09/96). Designadamente, deverá ser esclarecido e concretizada a conformidade do indicado no alvará de loteamento, alterado por aquela deliberação, com o instrumento do ordenamento do território vigente, Plano de Pormenor revisto da zona de expansão habitacional de Borba, zona da Quinta da Cerca. Mais deverá esclarecer-se, na sequência da referida deliberação, se na sequência da referida deliberação foi emitido novo alvará". Portanto, a Senhora Doutora Juíza não ficou satisfeita com a informação que nós, em conjunto, numa das reuniões de Câmara, tínhamos enviado e agora pede mais estas justificações todas, e que me preocupa um bocado porque um dos aspectos que ela referia no ofício anterior é que, e estava previsto a nível da inspecção, é que poderia ser considerado um acto nulo, aquele, aquele alvará. E, portanto, isto preocupa-me um bocado, de qualquer maneira não queria dizer, e como tem que ver com planeamento, não queria deixar de dar conhecimento à Assembleia do que se está a passar. Ainda em relação a actividades da Câmara, deixem-me dizer-vos que finalmente conseguimos chegar a acordo entre as Câmaras todas e, embora tenha que ver com o Pelouro aqui do Vereador Pombeiro, finalmente os contentores vão passar a ser lavados. Portanto, chegámos a acordo entre as Câmaras e a partir de Janeiro, em princípio, tudo está a apontar no sentido de passar a haver lavagem de contentores. E para já ficava-me por aqui.

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL :** Senhores Vereadores?

**ARTUR JOAO REBOLA POMBEIRO :** Digníssimos membros, Mesa da Assembleia Municipal, estimado público. Portanto, na área que me pertence eu vou, efectivamente, dar conhecimento das actividades da Câmara entre catorze do nove de dois mil e dois (14/09/2002) e vinte do doze (20/12). Portanto: Pavimentação nas ruas do Castelo em Barro Branco. Pavimentação da envolvente da Igreja de Nossa Senhora da Vitória. Estrada das Boiças: Trabalhos de infra-estruturas no loteamento da Senhora da Vitória, Barro Branco. Jardim Municipal: Trabalhos de remodelação e infra-estruturas eléctricas. Tele-gestão de água: Construção de instalações e caixas para instalação dos equipamentos. Parque desportivo: Campo de futebol de sete, construção do campo de futebol de sete. Nora: Substituição de conduta de água. Oficina da Criança: Aplicação de pavimento e reparação de infiltrações e pintura. Limpeza de valetas e desobstrução de pontões. Construção de um canil provisório na Horta das Freixas. ETAR da Ribeira, conclusão, aguarda ligação de energia eléctrica já requisitada. Construção de uma

estrada de serventia para ligação à zona industrial. Festa da Vinha e do Vinho com a gestão de infra-estruturas de águas e saneamento e trabalhos de montagem. Na Nora: Loteamento da Nave, execução de infra-estruturas. Reparação do caminho da ETAR de Borba. Reparação da estrada da Fonte Telheiro - Borba. Mercado Municipal: Recuperação da cobertura e montagem de iluminação. Construção e montagem de iluminação de Natal. Obras por empreitada: Estrada mil e quarenta e um (E1041): conclusão da segunda fase, aguarda-se a entrega do auto de recepção provisória. Espaço lúdico do Jardim Municipal: obra adjudicada. Edifício do Notariado: obra adjudicada. Drenagem de águas na estrada mil e quarenta e um (1041), primeira fase: adjudicado a mão-de-obra. Parreira: Prevê-se a conclusão da obra no final do mês. Esteve parado devido ao tempo. Higiene e limpeza: Aquisição de contentores e reparação de contentores. Desinfecção de todas as escolas do Concelho. Desratização das instalações eléctricas da tele-gestão da água. Aquisição de bomba limpa-fossas. Águas e Saneamento: Ligação de novos ramais e manutenção e reparação da rede pública. Parques e Jardim: Reparação do terreno para novos espaços nos loteamentos da Nora. Aquisição de floreiras. Trânsito: Tendo em vista o ordenamento do trânsito e estacionamento, foram marcadas algumas áreas no pavimento que estão ainda sujeitas a algumas correcções e adquirida a sinalização vertical para as respectivas áreas de intervenção.

**HUMBERTO LUIS RUSSO RATADO** : No âmbito das minhas responsabilidades, a assinalar o mais significativo, tenho: Reuniões com a Associação de Municípios do Distrito de Évora e autarquias relativamente à preparação de provas desportivas para o próximo ano, nomeadamente: Circuito dos Mármore e Mini-Circuito, assim como Distrital em corta-mato e a preparação das Olimpíadas Populares do Alentejo. Outras reuniões: A Comissão de Acompanhamento do PITER, Região de Turismo de Évora e autarquias sobre a sinalização turística concelhia. Representações e Participações: De uma forma assim mais sucinta falamos do aniversário dos bombeiros; aniversário do centro Cultural de Borba; inauguração da sede dos dadores de sangue; Terceiro Encontro do Projecto de Luta Contra a Pobreza no CEVALOR; Natal do Idoso em Borba, Rio de Moinhos e Orada. Algumas actividades de relevo: Apoio na exposição de pintura de pintores contemporâneos no Celeiro da Cultura; entrega conjunta da Câmara Municipal e Juntas de freguesia de chocolates nas escolas assim como também no infantário da Santa Casa e no lar de terceira idade, fomos acompanhados pelo grupo de animadores sociais do curso promovido pela ADMC, Associação de Desenvolvimento de Montes Claros. Pintura das áreas erigidas para a prática de modalidades no pavilhão desportivo; Apoio para a realização da feira do livro desenvolvida pelo Centro Cultural de Borba; Apoio também no curso breve de música romântica promovido pelo serviço de bibliotecas e apoio à leitura da Fundação Gulbenkian. E pronto, não tenho mais nada a dizer além do que está aí referenciado no papel.

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL** : Alguém quer apresentar alguma sugestão ou alguma solicitação? Faz favor, doutor Nascimento.

**LUIS MANUEL DO NASCIMENTO** : Eu só queria ver, de alguma forma, satisfeita uma dúvida minha sobre o que o Vereador Artur referiu: A pintura das zonas de estacionamento na vila, eu gostaria de saber que utilidade é que vai ser dada agora à máquina que tinha sido adquirida para fazer, de facto, essas pinturas, se vai renovar as pinturas que foram feitas por uma empresa, pinturas essas em que já está a faltar tinta.

**ARTUR JOAO REBOLA POMBEIRO** : Desculpe, eu referi, de facto, as pinturas, e já está reclamado à empresa, até porque as últimas coisas a serem pintadas, já o pavimento não estava em condições porque já havia humidade no pavimento. E certamente é por aí que ela está a saltar, mas isso é uma responsabilidade da empresa, a empresa vai ter que repintar essa até porque há trabalho por concluir mas o tempo, até ao momento não permitiu que a empresa regressasse para pintar a quente.

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL** : António Paixão, faz favor.

**ANTONIO JOSE BARROSO PAIXAO** : Obrigado, Senhor Presidente. Eu era só para alertar mais uma vez, o nosso Executivo camarário que vi, de facto, aqui algumas reparações, substituições de contentores, e alertá-los mais uma vez que, pela idade deles, pelo estado em que eles se encontram, estão

constantemente a deteriorar-se. De maneira que, era óptimo que fizessem mais um levantamento, se for preciso, a Junta de Freguesia, no que lhe toca, está disposta a fazê-lo e fazer algumas reparações e nova distribuição de contentores, pelo menos, na Freguesia de Rio de Moinhos. Obrigado.

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL :** Doutora Filipa, faz favor.

**MARIA FILIPA MARTINS DE ALMEIDA :** Senhor Presidente, o tempo vai longo, são duas coisas levezinhas. Uma não é uma pergunta, é uma provocaçãozinha, entre aspas, senhor engenheiro Carlos Cabral, eu não me incomodo nada com este tipo de documentos sobre as actividades da Câmara. Já disse isto desde o início, mas continuo preocupada com o engenheiro Carlos Cabral porque no princípio do ano a Câmara prometeu que ia mudar esta forma de apresentação das actividades da Câmara. Ainda não mudou, mas ele já está inscrito, ele dirá. A outra questão é uma pergunta, nós estamos aqui há várias horas sentados de frente para um elemento muito bonito, não digo isto com ironia, gosto muito do trabalho que está aí, que reproduz o estandarte, o brasão do município, a minha pergunta é para o Vereador Humberto, penso que deve ser para ele, como vereador da cultura, e tem a ver aqui com alguma ignorância minha porque, ao contrário do que já alguns disseram nesta Assembleia, ninguém tem a pretensão de saber tudo e eu não sei tudo, mas tinha a convicção que não se podiam alterar, sem nenhuns critérios e sem aprovações, as cores dos elementos representativos do município que são a bandeira, o estandarte, enfim. Todos nós nos lembramos, todos nós sabemos que o fundo do estandarte do município é uma cor muito semelhante à dos cortinados que aí estão. É um vermelho escuro, aliás. Há aí na Câmara um estandarte muito antigo em veludo que tem, exactamente, o brasão e tem o fundo em vermelho escuro em veludo, bastante antigo. A minha pergunta é se aquilo que foi feito e que, volto a dizer, sem ironia nenhuma, eu gosto muito, em termos estéticos, mas coloca-se uma dúvida se houve algum critério, que critério é que foi, e se isto tem cobertura legal porque há leis para estas coisas também.

**PRESIDENTE DA CAMARA MUNICIPAL :** Já agora, como esse assunto, na altura, passou por mim, foi logo no princípio do mandato, eu penso que isso poderá ter que ver com a forma como foi enviado para a empresa que o fez , mas de qualquer maneira, isto é um elemento mais de decoração do que propriamente de representação e, portanto, a forma como foi, via computador, provavelmente as cores não as adequadas.

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL :** Engenheiro Cabral, faz favor.

**CARLOS MANUEL DE ALMEIDA CABRAL :** Sim senhor, é só para acabar mesmo antes de assinarmos, ou aprovarmos a minuta da acta. Evidentemente eu estava já inscrito antes da doutora Filipa falar, hoje ia dar-lhe o prazer, uma prenda natalícia, no fundo, antecipada um bocadinho, de falar sobre esta questão do relatório de actividades e etc.. Mas como não vale a pena falar mais sobre isto, vale a pena fazer, eu desafio as pessoas todas da Assembleia, a escreverem num pequeno papel, numa folha de A4, o que é que acham que deve ser um relatório de actividades e, da minha parte, comprometo-me, desde já, que a entregarei no fim das férias de Natal, ao Executivo, o que é que eu acho que deve ser um relatório de actividades. Porque isto não pode ser. Pronto, muito obrigado.

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL :** Rui Bacalhau, faz favor.

**RUI MANUEL GANITO BACALHAU :** É também em função da apresentação do Senhor Presidente, congratular-me com os avanços no Centro de Saúde. Sabe que estou deveras empenhado nos avanços no Centro de Saúde de Borba e também uma outra nota simples, a Festa do Vinho e da Vinha, este ano, teve um encerramento diferente. Deixou de haver acusações e houve agradecimentos. É só.

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL :** Pronto. Vamos passar à leitura da minuta da acta. Quem vota a favor? Quem vota contra? Quem se abstém? Está aprovada por unanimidade.

### **Documentos anexos a esta acta:**

Anexo 1 - Pedido de substituição do membro senhor Joaquim Manuel Cardoso

- Anexo 2 - Pedido de substituição do membro senhor Jerónimo Pereira Cavaco
- Anexo 3 - Pedido de substituição do membro senhor Joaquim Miguel Manguinhas
- Anexo 4 - Pedido de substituição do membro senhor Joaquim Manuel Grego Esteves
- Anexo 5 - Correspondência expedida
- Anexo 6 - Correspondência recebida
- Anexo 7 - Declaração de Voto apresentada pelos eleitos da CDU
- Anexo 8 - Requerimento apresentado pelos eleitos da CDU
- Anexo 9 - Proposta apresentada pelo membro Diogo Sapatinha
- Anexo 10 - Declaração de Voto apresentada pelos eleitos da CDU
- Anexo 11 - Declaração de Voto apresentada pelos eleitos da CDU
- Anexo 12 - Declaração de Voto apresentada pelos eleitos da CDU
- Anexo 13 - Proposta apresentada pelos eleitos do PS

am e na hipótese de perderem e não continuarem, isso é vantajoso, uma cultura de avaliação permanente sobre os actos dos eleitos é extraordinariamente vantajosa e não se pode ver a auditoria como um acto persecutório. A vida não é feita de romances policiais, como se fossem actos persecutórios e se estivesse à espera de uma auditoria para depois dizer que os vereadores anteriores eram uns malandros da pior espécie e não sei quê. Uma auditoria não é nada disso, e logo, essa cultura da perseguição e essa cultura da não avaliação são, do meu ponto de vista, erradas. O segundo comentário genérico que queria fazer é assim. É, do meu ponto de vista, obrigação absoluta de qualquer pessoa que é eleita, mandar fazer uma auditoria para dar sinal público do que encontrou quando chegou e o que vai deixar quando sair. É obrigação absoluta. Não com os intuitos inspectivos, mas com as situações reais, e logo, é do meu ponto de vista moralmente obrigatório, que um eleito diga: "Quando eu cheguei a situação era esta. Quando eu sair quero uma auditoria para conhecer a situação". Do meu ponto de vista, isto faz parte, tem que fazer parte da cultura e da prática democrática das pessoas. Terceiro comentário, uma auditoria financeira como esta, de base financeira, tem sempre dois aspectos. Um aspecto de arrolamento de passivo, responsabilidades e passivo, e um aspecto, como é evidente de que as auditorias todas sempre servem um pouco, de aspecto pedagógico, de correcção de modelos de gestão e de controle internos que não estão executados ou estão mal feitos. E não é por ser legal, a partir de dois mil e dois (2002), ou ilegal ou não legal, antes de dois mil e dois, que não se deve ter controle interno numa instituição como uma autarquia. Não é só por ser legal, as pessoas numa auditoria não estão à procura das ilegalidades ou das legalidades. Estão à procura de formas de gestão interna das instituições. Isto é muito complicado, eu tenho que dizer, não gosto de falar pessoalmente sobre o que as pessoas dizem, é muito complicado fazer afirmações sobre empresas que ficam nas actas, porque as empresas depois podem querer responder e querem saber o que dizem sobre elas. Logo, é muito complicado considerar um trabalho pouco sério de uma empresa de auditoria, porque a empresa de auditoria pode querer vir buscar o extracto da acta e depois confrontar as pessoas que fazem essas afirmações com o seu próprio curriculum, o seu próprio trabalho, etc.. Logo, tenhamos algum cuidado. O que é que se tira desta auditoria, do meu ponto de vista? Tira-se um conjunto de responsabilidades e passivos assumidos, existentes, e tira-se, do meu ponto de vista, uma coisa importante, uma coisa extremamente importante para o futuro e que os executivos municipais, têm que pôr em execução. As obras de administração directa têm que ter controle permanente. E temos que trabalhar nesse sentido para melhorar esta questão. Porque evidentemente que, isto convém ao executivo municipal, convém aos eleitos e convém à pedagogia da gestão interna do trabalho, dos trabalhadores, dos armazéns, dos depósitos, etc.. E isso, de facto não deve estar feito, mas tem que se fazer um esforço para fazê-lo. E não vou agora entrar aqui na discussão das pequenas questiúnculas. Porque as auditorias não são isso. A visão persecutória da vida é uma coisa completamente errada, agora, este Executivo tem um documento que diz: "A situação, quando entrámos, era esta". Os próximos farão um documento a dizer: "Os senhores não melhoraram, não conseguiram melhorar nada, por isso, bem mereceram perder as eleições e ser substituídos". É obrigação estrita das pessoas. E obrigação estrita das pessoas que são eleitas dizerem no fim de mandato de outras: "A situação que herdei, com as deficiências e com os pontos positivos e negativos que encontrei, foi esta". E, logo, é um trabalho normal. Muito obrigado.

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL** : Senhor Presidente da Câmara, faz favor.

**PRESIDENTE DA CAMARA MUNICIPAL :** Acabei de saber há bocadinho que, aqui numa terra bem ao lado, os Vereadores da Oposição só falam no fim, mas aqui como sou democrata permito que os Vereadores da Oposição falem, falem agora, os senhores Vereadores estavam a pedir palavra em relação a este assunto, fazem favor.

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL :** Nós vamos seguir a ordem das inscrições. Mário de Deus, faz favor.

**MARIO JOAQUIM TRINDADE DE DEUS :** Eu acho muito bem que toda a gente fale, toda a gente sabe que a minha perspectiva é que toda a gente fale. Penso que é preciso explicar um pouco o que aconteceu aqui, agora, nesta Assembleia, em relação a este ponto, é preciso talvez precisar aqui algumas questões. Ouviram-se algumas intervenções de companheiros meus de bancada, começando todas da mesma maneira, e todas começavam por dizer que não pensavam falar neste ponto. O professor Carlos Cabral foi o único que não começou assim, e disse o contrário porque o professor Carlos Cabral, por motivos profissionais, obviamente, não teve, não esteve presente na reunião preparatória do grupo parlamentar do PS, para esta Assembleia. Portanto, o professor Carlos Cabral estava um pouco por fora daquilo que nós, mais ou menos todos tínhamos combinado acerca deste ponto, mas naturalmente, não estando presente nessa reunião, acabou por sintetizar, de uma forma magnífica, a apreciação que nós fizemos deste documento. Ele disse-o e muito bem, este documento não foi entendido com animosidade, quando se pediu esta auditoria, e ele já sublinhou que uma auditoria não é uma inspecção, quando se pediu esta auditoria, não se pediu com intenção de prejudicar ou de perseguir fosse quem fosse. Pediu-se com intenção, fundamentalmente, pedagógica, para se perceber, para se ter a opinião de uma entidade especializada sobre o que é que estava mal e o que é que se podia corrigir e como é que se podia corrigir e, fundamentalmente, pediu-se, como ele também já muito bem sublinhou, para repor no nosso concelho, na vida política do nosso concelho, uma questão fundamental da democracia que é a transparência. Com este documento, o grupo municipal do Partido Socialista, só quis que ficasse claro, indiscutivelmente claro qual era a situação da Câmara quando tomou conta dela. Daqui por quatro (4) anos, daqui por três (3) anos, visto que já passou um (1), como muito bem o Carlos Cabral sublinhou, será o povo de Borba, serão os Borbenses que vão julgar outra vez e que vão repor ou não o resultado das últimas eleições autárquicas. E este era um primeiro ponto, o outro ponto era que nós tínhamos decidido, este era o nosso ponto de partida, nós tínhamos combinado todos que ficávamos um pouco para ouvir a forma como a CDU ia pegar neste negócio, e tal e qual como alguém disse nessa reunião, havia de haver alguém que ia pegar neste negócio, que ia tentar provocar este esmiuçar. Ou seja, nós, à semelhança do que tem acontecido aqui toda a noite e do que se tem visto nas últimas Assembleias, nós, grupo municipal do Partido Socialista, queremos fazer política local com toda a transparência e com toda a vontade de construir e de fazer, mas da parte da CDU, da parte do PCP, da parte do PEV, sei lá o que é que hei-de chamar, assistem-se a provocações sistemáticas para cair nesta baixa política. E esta, esta discussão deste ponto ilustrou isto muito bem. Há pessoas, do mesmo grupo de outras pessoas, que estão interessadas em puxar os membros do Partido Socialista para este tipo de discussão, nós não queremos ir por aí, não é esse o nosso objectivo. A única decisão que ficou tomada era então, se alguém da CDU, se parte, se alguma parte da CDU caísse nessa estratégia, como efectivamente caiu e como ficou claro, há pessoas a quem convém este tipo de conversa, há pessoas da CDU a quem convém este tipo de conversa, nós não a queremos ter, então tínhamos que relembrar aqui, foi por isso que eu pedi a palavra e é só o que vou fazer, que as contas de gerência de dois mil e um (2001) não foram aprovadas nesta Assembleia. Ou seja, toda a gente se absteve nas contas de dois mil e um, ou seja, pessoas que agora vêm aqui defender e, vêm aparentemente defender porque não se vêm defender porque ninguém as está a atacar, há pessoas agora que vêm vestir aqui uma capa, vêm vestir aqui uma armadura para dizer que nós fomos os melhores, quando na altura certa não o fizeram. Isto é baixa política, de certeza. E foi decidido por nós, em reunião preparatória desta reunião, que não íamos cair nisso, íamos tentar fugir a isso e a última coisa que podemos fazer é relembrar que este papel só pode ter mais um destino, é ser enviado a todas as entidades a quem foram enviadas as contas de gerência de dois mil e um, sublinhando que essas contas de gerência, se calhar, de forma única no país, não foram aprovadas nem recusadas, foram objecto de uma abstenção total e nessa abstenção estava uma pessoa, que estando agora do lado de quem votava, estando agora a votar, absteve-se quando tinha estado na execução dessas contas. Não vale a pena também dramatizar isto

muito, penso que é apenas para que se faça luz um pouco, se percebam, se decodifiquem alguns procedimentos, eu já tive ocasião de dizer há bocado, estamos a assinalar mais ou menos um ano, deste mandato, se calhar, é boa altura para todos percebermos melhor estas coisas, para todos percebermos o que estamos a falar quando estamos a falar de política local, e das guerras, dos ataques, das coisas que se fazem uns aos outros. Ficou claro, este documento também veio em boa altura, para nós assinala, se calhar, e é essa a nossa intenção, é esse o nosso desejo, assinala fundamentalmente a mudança de um tempo. Vamos deixar de discutir as formas das coisas, vamos deixar de estar a obstaculizar, vamos deixar de estar virados para trás e vamos fazer os três anos que faltam o mais seriamente possível, com a máxima vontade de que as coisas, de facto, corram o melhor possível. É essa a nossa intenção expressa, foi, é, e fica expressa agora, e foi decidida, já vinha premeditada. Estava premeditado que era isto que queríamos dizer, era esta a mensagem que queríamos deixar à CDU toda.

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL :** Doutor Nascimento, faz favor.

**LUIS MANUEL DO NASCIMENTO :** Bom, sobre algumas questões que foram agora colocadas, para já e em primeiro lugar admira-me como é que, dando o Partido Socialista tanta importância a esta auditoria, tinha como estratégia, de facto, não se pronunciar nesta apreciação que está aqui a ser feita. Era importante ou não era importante? Primeira questão, depois lembrar que, de facto, as contas de gerência pela parte dos eleitos da CDU mereceram a abstenção, não pelas contas em si, mas, de facto, por aquilo que tinha sido afirmado anteriormente pelo Senhor Presidente da Câmara, que a dívida era uma dívida bastante elevada, mas depois as contas de gerência apresentavam valores muito diferentes. Portanto, havia aí diferenças entre aquilo que tinha sido afirmado pelo Senhor Presidente da Câmara e aquilo que apresentavam as contas de gerência, daí a nossa abstenção. Eu estou de acordo com o engenheiro Cabral, de facto, quando diz que as auditorias devem ser feitas no início dos mandatos, perfeitamente de acordo com isso, mas devem ser feitas de uma forma credível, com qualidade, não é como está referido neste documento. Dizer também ao Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal que, de facto, quando se faz uma adjudicação, se assume um compromisso, mas não se assume uma obrigação. Assume-se o compromisso de pagar a obra se a obra for feita, e se o empreiteiro não fizer a obra? Temos que pagar? Logo daí, Senhor Presidente, esta questão de incluírem no défice o que são adjudicações, no meu ponto de vista, e, de facto, eu não sou economista, mas é a leitura que eu faço desta matéria, essas verbas não deviam estar incluídas, no défice a apresentar pela Câmara. Depois foi aqui afirmado, e o relatório assim o diz, que a dívida total são cinco milhões e novecentos e quarenta e sete mil euros (5.947.000). É, de facto, isso que está no relatório, mas o relatório também diz, e não foi aqui afirmado ainda, que a Câmara tinha por receber, de subsídios comunitários, um milhão quinhentos e cinquenta e sete mil euros (1.557.000) euros, o que são mais de trezentos mil contos (300.000.000\$00). Se deduzirmos ao milhão e duzentos mil contos (1.200.000), que foi afirmado que era a dívida da Câmara, se deduzirmos estes trezentos mil contos, o que temos, de facto, é que a dívida real da Câmara era aquela que sempre nós afirmámos, rondava os oitocentos mil contos (800.000.000\$00). Em relação às questões que a auditoria apresenta de algumas irregularidades processuais nas adjudicações, nos contractos, etc., A auditoria não aponta responsabilidades a ninguém, diz que estão mal feitas, mas eu só digo assim, pegando nas palavras do senhor Presidente: "Mais faltaria que os eleitos andassem a ver os papeis que vão a constituir as empreitadas e os concursos, etc., mais valia isso também".

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL :** Diogo Sapatinha, faz favor.

**DIOGO MANUEL CANHÃO SAPATINHA :** Eu, para não fugir à regra, eu também não tinha ideia de falar, embora não tenha estado na reunião que o Mário citou, nessa reunião de preparação, mas é que há uma coisa que me chateia que são melgas e mosquitos, e com, a doutora Filipa falou ali em que a montanha pariu um mosquito, eu só queria sublinhar o mosquito que a montanha pariu. Foram um milhão cento e noventa e dois mil contos (1.192.000.000\$00).

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL :** Senhor Vereador Serra, faz favor.

**JOAQUIM JOSE SERRA SILVA :** Então eu, também não era propriamente para intervir neste ponto,

mas tendo em conta a discussão e algumas coisas que foram colocadas e, desde já, gostaria de dizer a alguns membros da Assembleia que ataques se me querem fazer, se me querem fazer alguns ataques, que os façam directamente, não os façam encapuçados. Não faz parte dos meus princípios normalmente pôr em causa a credibilidade ou a competência profissional das pessoas, e não vou fazer isso, e também quando se referirem a algumas dessas questões com respeito a mim, também têm que ter fundamentos para, para as poderem fazer porque senão saem em saco roto. Se essa questão de viver perto de arquitectos era para mim, eu nunca fiz projectos de arquitectura, nunca fiz obras nenhuma da Câmara sem projecto e segui os projectos que me eram dados pelos técnicos e, quando havia alterações, eram os técnicos que as decidiam, nunca fui eu que decidi alterações com arquitectos. Que sei de Direito do Urbanismo, sei, isso sei, mas aí discuto com quem souber de Direito de Urbanismo e com quem estiver à altura de o discutir. Para dizer também que, relativamente àquilo de saber ler ou não saber, eu sei ler, Rui, eu sei ler, e dizia assim: "Adega Cooperativa de Borba CRL, ainda no âmbito da festa da Vinha e do Vinho de dois mil e um (2001), foi adjudicado, por ajuste directo, o fornecimento de caixas de vinho VQPRD, no montante total de catorze mil trezentos e dezoito euros (14.318)", isto diz quem fez a inspecção. Quando a doutora Filipa falou neste ponto, queria dizer que o que foi criticado por quem fez a auditoria foi a modalidade de aquisição, a modalidade da aquisição não tem nada a ver com classificações. Pronto, a modalidade de ajuste directo, o que os senhores entendiam é que a Câmara, para comprar vinho da Adega Cooperativa de Borba, teria que fazer um concurso limitado, mas fazia com quem? Com os agentes? Com a Adega do Redondo para vender vinho de Borba? Como é que era? Pronto, era essa a questão é isso que aqui está escrito. É que a questão que está aqui em causa, não é a classificação, é a questão da aquisição, que foi feita por ajuste directo, quando entendia quem fez a auditoria, que deveria ter sido por outra modalidade não esta, é um entendimento diferente. Agora, é dizer que comungo muito de algumas coisas que foram ditas pelo doutor Carlos Cabral, também sou adepto das auditorias, acho que ela devem ser feitas com métodos e devem ser feitas pedagogicamente, e que só assim é possível trabalhar em termos de qualidade e na melhoria das organizações. Isso é ponto assente, mas as auditorias também não são depois uma tábua rasa, as auditorias, servem para ser discutidas e devem ser discutidas também e deviam ser discutidas também com quem as fez, até para se trocarem pontos de opinião, onde é que se pode melhorar, onde é que não se pode melhorar. E uma auditoria pedagógica, também deve fazer propostas, é preciso melhorar aqui, é preciso melhorar ali, não deve só apontar onde é que estão as deficiências, deve também ir mais além, fazer propostas. Este documento não tem nenhuma propostas desse ponto de vista, deveria ter. Também dizer que eu não tenho nada contra a BDO, nem sei quem é a BDO, nem eu nunca me pronunciei quanto à credibilidade da BDO. O único contacto que tive foi com dois jovens que estavam aqui um dia neste salão, rodeados de pastas e eram relativamente novos, perguntei-lhe: "Então, quem são?", "Ah, somos da empresa BDO, estamos aqui a fazer uma auditoria", perguntei-lhe: "Então, e têm experiência de auditorias? Já fizeram alguma auditoria? Como é que é?", pronto, nunca tinham feito nenhuma auditoria, era a primeira vez que faziam uma auditoria, não sei quem são, eles não me disseram o nome, era a primeira vez que faziam uma auditoria. Esta auditoria está feita pela BDO, mas não tem aqui nenhuma referência a nenhum técnico em especial. A gente não sabe, dentro da BDO, quem é que a fez. Pode ter grandes inspectores, pode ter grandes auditores, mas também pode ter jovens contratados, jovens estagiários, pode ter muita coisa, muita coisa, e de certeza que uma auditoria destas, pelos novecentos contos (900.000\$00), com uma empresa bem credível, com bom nome no mercado, também de certeza que não mandava para aqui o supra-sumo dos seus auditores. Numa auditoria que levou nove (9) meses, uma média de cem contos (100.000\$00), incluindo deslocações de técnicos, e tudo aqui à Câmara, mas, mas isso não impedia que o trabalho pudesse depois ser revisto e pudesse ser melhorado. Agora, é preciso é dizer duas coisas, dizia aqui que o âmbito era apurar o passivo, mas esta auditoria não foi só apurar o passivo, foi muito mais além. Pode ser bom, pode ajudar a melhorar o trabalho futuro da Câmara, mas foi muito mais além. Depois dizer que, quando nós não concordamos com o que vem na auditoria, também devemos defender o nosso ponto de vista, e o ponto de vista que isto não levou a nada, e não leva a nada é porque o que é que vai ficar aqui desta auditoria? É que os eleitos do Partido Socialista continuam com o número que, que pensam que é o passivo da Câmara naquela altura, os eleitos da CDU continuam a defender que o passivo é outro. Nunca foi possível encontrar a empresa que fez esta auditoria, com os eleitos, e discutir: "Vamos lá ver bem os critérios, vamos lá ver se é assim ou não é assim", porque um dos critérios principais que está aqui, e isto é da contabilidade autárquica, e muitas vezes quem trabalha na outra contabilidade normal não se apercebe e tem a ver com a figura do

compromisso. A figura do compromisso nem sempre se transforma numa obrigação; há compromissos que muitas vezes até, se transformam em rendimento para a Câmara, não em obrigação, e esse caso que tem estado a aí a ser falado das obras, é um desses casos. Quando a Câmara assume o compromisso de fazer uma obra, o compromisso é assumido entre duas partes: uma parte que vai fazer a obra e outra parte que adjudica a obra. Elas as duas têm um compromisso: uma da fazer a obra; a outra de pagar a obra. Quando a empresa começa a facturar, então, a Câmara começa a ter a obrigação de pagar; mas se a empresa nunca facturar, porque nunca fez a obra, tem que indemnizar a Câmara por não ter feito a obra, tem multas que podem aplicar. Então, essas multas, em vez de ser passivo, passam a ser activo. Por outro lado, se a Câmara desistir da obra, então sim, terá que indemnizar também o empreiteiro. E aí, é um passivo ainda muito pior porque nem sequer tira o rendimento da obra. Pronto, então o compromisso pode evoluir. Quando nós estamos numa situação destas em que há compromissos, mas não há execuções, não se pode considerar passivo. O passivo só começa a existir no momento em que se começa a executar a obra e começa a haver facturação. Esta é aqui a grande diferença que existe aqui no apurar deste passivo. Agora, depois todas as outras questões que vêm por aqui esclarecidas, aparecem nos trezentos (300) e tal Municípios portugueses mais bem ou, ou menos bem estruturados, todos eles, todos estes casos aqui aparecem. Há entendimentos, ora, está aqui outra questão que é assim: "A Câmara adjudicou um projecto para a execução da ETAR de Rio de Moinhos". Havia montes de dificuldades em encontrar empresas credenciadas, adjudicámos ao Instituto Superior Técnico, a um departamento que só trabalha nisto. Não foi reconhecido, por esta auditoria, que tivesse competência técnica, o Instituto Superior Técnico, para fazer este tipo de trabalho. É um entendimento, mas a Lei diz que quem adjudica é que tem que reconhecer a capacidade técnica e a Câmara reconheceu, nessa altura. Por outro lado, a questão dos fraccionamentos, as fraccionamentos não têm a ver com o prazo de adjudicação. Eu posso apresentar na mesma data adjudicar à mesma empresa dez (10) trabalhos todos de natureza diferente e em lugares diferentes, e isso não indicia fraccionamento nenhum por serem na mesma data. Agora, não podem é ser no mesmo, no mesmo espaço. Não são, um é no edifício dos Paços de Concelho, e o outro é na Torre do Relógio, isto é que é indiciado como fraccionamento.

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL :** As requisições dos trabalhos do hospício estão todos com data treze de Novembro (13/11), página vinte e oito (28). Quer continuar a falar? Desculpe, faz favor.

**JOAQUIM JOSE SERRA SILVA :** Também quero dizer que foi preciso ir a noventa e oito (98), esta empresa foi preciso ir a noventa e oito repescar uma obra para encontrar uma situação destas, que já tinha sido também avaliada pela inspecção que não colocou essas questões. Por outro lado, gostaria de dizer também que normalmente estas auditorias deveriam apresentar aqui algumas conclusões, também não apresentam. Era justo que apresentasse, que dissesse alguma coisa, e também era justo que dissesse que havia alguma coisa bem organizada, porque uma auditoria também passava por isso, mas não, não encontrou nada organizado.

**LUIS MANUEL DO NASCIMENTO :** Como esta Câmara também tem poucas obras ainda executadas, desafiava a fazer também uma auditoria à obra do jardim municipal, e na obra do jardim municipal eu digo, e posso afirmar que a maior parte destas situações que já aqui aparecem descritas como procedimentos menos correctos, descritos por esta auditoria, já se passaram na obra do jardim municipal. E desafio os membros da Assembleia a fazerem um ensaio só, porque isto também faz parte da Assembleia, a Assembleia tem competência para fiscalizar.

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL :** O senhor Vereador João Proença, faz favor.

**JOAO MANUEL RATO PROENCA :** Eu era daqueles que tinha mesmo intenção de falar e agradeço muito que me tenha dado a palavra, porque esta questão, como devem calcular, era-me grata. Era-me grata e acho que devemos estar todos satisfeitos porque os actuais eleitos não encontraram a situação que, em determinada altura, e até ainda há muito pouco tempo, afirmavam ser a situação da autarquia de Borba. Acho que devemos estar satisfeitos porque ela não corresponde, mesmo neste trabalho que não está completo, já agora também dizer-vos a, a todos que fui eu que me inteirei de quem era a BDO,

conheço bastantes auditores, por razões profissionais, e perguntei a um deles qual era a idoneidade da BDO, que me garantiu que a empresa que é idónea, e a partir daí acabou a indagação que houve sobre a BDO. Foi essa, se se conhece mais alguma, Senhor Presidente, pode e deve dizê-lo a toda a gente, para que não fiquem aí dúvidas. Mas, para mim, eu vou já devolver ao PS e a todos os eleitos deste concelho esta questão, uma questão nova, que é esta, eu parece-me que o trabalho que foi apresentado aos eleitos e que nós temos conhecimento, não foi todo o trabalho da empresa, que a empresa fez para a Câmara. Porque eu li isto atentamente, como devem calcular, e vou já deixar-vos a pensar e tratem isto como quiserem. A empresa diz na página nove (9), no ponto um (1), logo no primeiro ponto diz, para além, da introdução que faz, está aqui público que não tem acesso ao documento, que diz: "O trabalho compreendeu basicamente a identificação e o apuramento do passivo, responsabilidades e incontigências financeiras da Câmara, reportadas a sete de Janeiro de dois mil e dois (07/JAN/2002), data da tomada de posse do actual Executivo, designadamente, passivo e disponibilidades financeiras", este documento não tem nada de disponibilidades financeiras nessa data, logo sou levado a concluir que ou o trabalho não está completo por parte da empresa, ou então foi-nos sonegado parte do trabalho que a empresa fez. Se assim é, pedimos ao Senhor Presidente que continue a indagar, continue a verificar isto porque em relação ao passivo, parece que temos aqui todas as informações, em relação às disponibilidades financeiras da altura, que explicava algumas, das responsabilidades, algumas das dívidas que eram assumidas, não está cá para isto ser claro, e a empresa que o ia fazer. Logo, ou o Senhor Presidente, quando recebeu os documentos, ficou com eles e não nos entregou, ou a empresa tem parte deste relatório ainda por entregar. E é assim que as coisas, engenheiro Cabral, é assim que nós nunca mais acabamos com isto. Agora acabámos uma que não é muito má, mas já estamos a começar outra, que é onde é que está, de facto, a parte das disponibilidades financeiras à data que a empresa se compromete a fazer o trabalho.

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL :** Senhor Presidente da Câmara, faz favor.

**PRESIDENTE DA CAMARA MUNICIPAL :** Só um breve comentário, mesmo muito breve. Há aqui afirmações que são graves, quando se diz que se contactou com as pessoas que disseram que nunca tinham feito auditorias, eu dou só um exemplo, quando foi feito, e peço desculpa, mas a comparação tem que ser feita, quando foi feito o PDM desta Câmara, quem andou no terreno a recolher informação, foram dois alunos meus que tinham acabado o décimo segundo (12º) ano há quatro (4) anos e tinham acabado o curso, um de Antropologia e outro de Geografia, salvo erro. Portanto, quando se recolhem informações, não é necessário serem nenhuns experts no assunto. Isto é um comentário só, só à margem. Depois a questão do preço, dos novecentos contos (900.000\$00), felizmente que foi por novecentos contos, que foi feito um trabalho desta natureza, mas quero-vos dizer aqui, que da parte da empresa me foi dito que perderam muito dinheiro com este trabalho que aqui realizaram e o facto de ter demorado nove (9) meses, teve que ver e todos os eleitos que aqui estão sabem, com o período de férias e com doença do técnico de contas que cá tínhamos. Toda a gente sabe disto e com a doença da chefe de divisão também. Portanto, se não tivesse havido todos esses problemas, naturalmente não teria demorado nove meses. É óbvio que todos nós gostávamos que isso tivesse sido muito mais cedo. Relativamente à questão das disponibilidades financeiras, eu penso que isso é traduzido em quadros que aparecem aí assim, embora eu não seja de contabilidade, e uma coisa é certa, documentos na gaveta eu nunca fico com eles. Senhores Vereadores, que fique claro que eu documentos na gaveta não estou habituado, nunca foi meu hábito fazer isso. Uma coisa é certa, o passivo que nós dizíamos consta aí, cinco milhões novecentos e quarenta e sete mil novecentos e quinze euros (5.947.915), o que equivale aproximadamente a um milhão e duzentos mil contos (1.200.000\$00), que era aquilo que a gente sempre disse. E quando o senhor deputado Luís Nascimento, há pouco diz que havia aqui trezentos mil contos (300.000.000\$00) a receber, devia ler também o que está a seguir, porque só lê aquilo que lhe convém, e diz a seguir o seguinte: "Salientamos que o montante supracitado apenas será recebido mediante a realização efectiva de despesa pública aprovada", e o que é um facto é que a despesa não estava feita, o que é um facto é que a obra não está concluída, portanto constitui passivo, constitui passivo ou não constitui?

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL :** Doutor Rui Bacalhau, faz favor.

**RUI MANUEL GANITO BACALHAU :** Bom, eu vou ser muito mais sucinto agora e, se calhar,

também fazer aqui algumas abordagens. relativamente ao tempo, aos nove meses, eu já trabalhei em auditoria e sei que, uma auditoria destas que é uma auditoria especial. As empresas privadas fecham a contabilidade e têm que apresentar as contas até trinta (30) de Março. E, então, eles dão prioridade a essas contas e depois algumas até trinta e um (31) de Maio, quando o prazo do entrega do modelo vinte e dois (22) era trinta e um de Maio. Por isso, deixaram esta auditoria para um segundo período. Relativamente, ao que foi aqui afirmado pelo Senhor Vereador Serra, quero dizer que a auditoria, tem um capítulo seis (6): "Comentários suplementares", que diz o seguinte: "Organização geral: Procedimentos Contabilísticos e Controlo Interno", antes já tinha sido mencionado que o controlo interno e os procedimentos contabilísticos não eram os melhores, e agora aqui eles dão algumas sugestões, dentro daquele âmbito que foi solicitado à auditoria, não no âmbito de uma inspecção. Concerteza, se viessem fazer uma inspecção teriam cá passado muito mais tempo, como passaram os senhores da Inspeção Geral de Finanças noutros sítios, e o próprio relatório da Inspeção Geral de Finanças, que tem sido tão badalado aqui, também não era assim tão linear. Eu li algumas coisas que se eu fosse órgão desta Câmara naquela altura, se calhar não ficava muito contente, por isso agora não estejam também a fazer do relatório da Inspeção Geral de Finanças um ex-libris porque não era isso, e também lhe posso dizer que as empresas de auditoria, auditam a Inspeção Geral de Finanças a mando da Comissão Europeia, assim como auditam o Tribunal de Contas, a mando da Comissão Europeia. Portanto, eu acho que vocês sabiam tudo isto e agora estavam-se a querer fazer esquecidos. Não, Vereador Serra, há outras coisas. Ainda dentro dos comentários suplementares, o ponto um (1) que é a organização geral, fazem aqui algumas propostas: não havia definição de funções, eles sugerem para haver definição de funções; não havia manual de procedimentos, eles sugerem isso; relativamente ao departamento financeiro, sugerem que se faça um orçamento de tesouraria, que não havia também nesta casa. A questão que eu aqui deixo é assim: "Como é que aqueles senhores eram capazes de gerir aquilo?", como é que era? Hoje em dia, este executivo ainda continua com os mesmos mapas do passado e eu não sei como é que têm controlo. Eu não sei, eu fico estupefacto sempre que me chega a documentação e que a documentação não vem nas devidas condições. Já há pouco o disse. Depois, dentro da divisão financeira, há aqui vários pontos, e se seguimos por aqui, o senhor Vereador Serra da Silva pode ver que há aqui várias deliberações e várias situações que não são as mais adequadas. Portanto, relativamente àquilo que o senhor disse, o que vai ficar desta auditoria é, se lermos este ponto seis (6), se o actual Executivo pegar nisto, só tem que aceitar estas propostas e colocá-las imediatamente em prática, para que no futuro não se venha a realizar, não se venha a deparar com uma situação semelhante. Eu penso que deste relatório, uma das grandes vantagens que tem é a própria acção pedagógica, e que pode melhorar muito os serviços da Câmara Municipal de Borba. Eu também fazia votos, e se calhar também menciono aquilo que o meu colega Mário, e o professor Carlos Cabral já citaram, relativamente à responsabilidade, eu penso que não havia aqui objectivo de indiciar algum crime a alguém, o objectivo era simplesmente apurar o passivo e ficarmos todos esclarecidos, porque, como bem se lembram na primeira Assembleia que houve, os senhores diziam que era um valor e o actual Executivo dizia que era um outro valor. Portanto, estes números que aqui estão vêm de encontro aquilo que o actual Executivo diz, o que está aqui é taxativo, ao lermos estes valores, o actual Executivo dizia que era um milhão e duzentos mil, e é o que aqui está. Estão aqui valores comprovados e valores justificados. Não me interessa, de forma alguma, e volto a repetir-me, não me interessa, de forma alguma, indiciar aqui alguém com algum processo crime, o interessante disto é levantar as situações e ficarmos todos esclarecidos. É só.

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL :** Senhor Vereador Serra, já agora desculpe, você depois até pode responder, usando o direito de resposta, mas queria-lhe dizer o seguinte, é que, há bocado referiu as obras do jardim municipal, e eu considero que deve efectivamente ser importante o apuramento de custos daquelas obras, e como é que as despesas se fizeram. Agora, há uma coisa que tem a certeza que não consegue apurar, é o valor do trabalho dos trabalhadores da Câmara, porque não há nenhum sistema na Câmara que permita calcular isso.

**JOAQUIM JOSE SERRA SILVA :** Pronto. Sobre isso, eu quando me referi à obra do jardim, referi-me porque é aquela que tem maior dimensão, que é mais emblemática e que tem nitidamente a mão da administração directa, embora com recurso a várias empreitadas que por lá há misturadas. E por já haver muitas misturadas, é que era bom que se fizesse agora nesta fase algum análise. Também dizer que a

mão-de-obra daquelas obras era contabilizada, pelo menos, no mandato anterior era contabilizada, havia uma folha do pessoal de obra e que todas as semanas era entregue a quem tinha que fazer esta contabilidade analítica, embora de uma forma muito empírica, mas que se fazia e havia esses custos, e havia uma folha própria por equipas de trabalho que tinham isso e que apresentavam, semanalmente. Se calhar tenho alguns elementos desses e posso-lhes facultar, e havia funcionários que tinham essa responsabilidade, é uma questão de verem quem eram e o que faziam. Mas que nós tínhamos e a Câmara tinha, contabilidade analítica dessas obras embora tivessem centros de custos, mas tinha contabilidade analítica, embora de uma forma muito embrionária, até porque o programa de contabilidade que nós temos, não respondia a centos de custo, agora é que responde com o POCAL, porque agora é que foram criados. E não é por acaso que o POCAL aparece, não é? O POCAL aparece também para resolver estes problemas e estes bicos que aparecem aí nas autarquias todas, que não é só na de Borba, aparecem em todas. Agora, eu perguntava ao Rui Bacalhau se acredita que era possível não haver definição de funções. Mesmo que elas não estivessem definidas, pelo menos, havia de haver um documento escrito em que elas estavam definidas, porque senão não havia estrutura orgânica, não havia nada nesta Câmara e há estrutura orgânica publicada. Da estrutura orgânica depois há um manual em que diz o que é que cada um faz e isso existe. Agora, eu não posso acreditar nestes senhores, quando me dizem que desconhecem a estrutura orgânica e o quadro de pessoal. Podiam-no ter consultado, estava aí, porque a Câmara não tem departamento financeiro e eles referem-se ao departamento financeiro da Câmara várias vezes. Não existe nesta Câmara, a nossa estrutura não tem departamento nem dimensão para o ter. Depois referem-se também à Divisão de Aprovisionamento e Património, também não existe nesta casa. Ora, quando eles não conseguem fazer aqui, em termos do seu relatório a configuração da estrutura orgânica que a Câmara tem e do quadro de pessoal que tem, eu não posso entender como válida de que não há, que não havia definição de funções, porque o mínimo que se pode exigir é que se consulte a estrutura orgânica, que se veja como é que a Câmara está compartimentada através do organigrama e que depois que se digam estas coisas, porque dizer estas coisas é de quem não olhou para o organigrama da Câmara.

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL :** Doutora Filipa, faz favor.

**MARIA FILIPA MARTINS DE ALMEIDA :** É para, para dizer que nós na CDU, no PCP somos muito mais democratas do que lá no PS. Não proibimos o Vereador Serra de ensinar algumas coisas, embora me parece que elas caíam em saco roto. Ele passa aqui muito tempo a dar explicações sérias e elas não são acolhidas. Enfim, para mal da maioria, não para mal dele. Eu ia dizer algumas coisas e o Serra já disse e não, não vou repetir, uma empresa, e isto não está em causa a empresa está em causa o trabalho, um trabalho que nem sequer consegue reproduzir a estrutura orgânica, não pode merecer credibilidade. Falar em departamentos que a Câmara nunca poderá ter, não pode ter de acordo com a Lei, a não ser que a Lei seja alterada; a Câmara não pode ter departamentos; falar em divisões que não existem; dizer que não há definições de funções quando existe uma estrutura orgânica e era só lê-la, bastava lê-la, então isto põe em causa tudo. Quando diz que não há manual de procedimentos, e eu só pergunto, já existe agora? Ou vai a BDO fazê-lo? É porque até ao final de dois mil e um (2001), não era obrigatório. Como eu já ouvi dizer ao Senhor Presidente da Câmara que o POCAL está muito bem implantado neste Câmara, então o manual de procedimentos já deve ter sido aprovado na Câmara, porque agora é obrigatório, a empresa faz uma crítica ao facto de ele não existir em dois mil e um (2001). Portanto, nem sequer sabem quando é que o POCAL foi implementado. E, e chega.

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL :** Engenheiro Cabral, faz favor.

**CARLOS MANUEL DE ALMEIDA CABRAL :** Muito obrigado, Senhor Presidente. É só para perguntar à doutora Filipa se ela me pode emprestar o aparelho de medida com que mede a democracia no PC e a democracia no PS.

**MARIA FILIPA MARTINS DE ALMEIDA :** Senhor Presidente eu não é para perder mais tempo, mas deixe-me lá responder.

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL :** Faz favor.

**MARIA FILIPA MARTINS DE ALMEIDA** : É que este aparte foi só porque o doutor Mário disse que o senhor não tinha estado na reunião e então, falou quando tinham decidido que não se falava, que o PS não falava sobre a auditoria. Por isso o aparte é uma brincadeira.

**PRESIDENTE DA CAMARA MUNICIPAL** : As lições de democracia também são de facto, interessantes. Nós também permitimos, aqui em Borba, que os vereadores da CDU falem agora mas em Vila Viçosa só falam no fim. Pronto a vida é assim.

**MÁRIO JOAQUIM TRINDADE DE DEUS** : Portanto, vamos lá ver. A intenção era explicar aos membros da Assembleia Municipal e, especialmente ao público, como é que se tinha trabalhado, como é que se tinha gerido esta situação da auditoria. Para nós, a auditoria servia fundamentalmente para que a população de Borba, daqui por três (3) anos, aferisse, em face de algum rigor, qual era a situação da Câmara, qual era a situação de onde se partiu, e quando se chegar, às próximas eleições, como é que se chega. Isso é que permitiria que toda a população votasse e decidisse daqui por três anos da melhor maneira possível. Com toda a transparência, sem equívocos, era isso que se entendia que era um contributo decisivo para o aprofundamento da democracia. Não sendo entendido da mesma maneira pela CDU, justificar-se-ia mandar esta auditoria para todas as entidades para onde se mandou a conta de gerência que teve na altura a tal particularidade de não ter sido aprovada por ninguém. Cada entidade que faça dela o uso que entender. Pensando bem e, atendendo à forma como decorreu a discussão, mais vale fazer essa proposta. Que seja enviado um exemplar deste relatório a todas as entidades para onde foram enviadas as contas de gerência e essas entidades que façam, deste documento, o uso que quiserem.

**MARIA FILIPA MARTINS DE ALMEIDA** : É rápido, Senhor Presidente. É só para dizer que na parte final da discussão deste assunto eu estou de acordo com o doutor Mário. Acho que este relatório deve ser enviado para o Tribunal de Contas, para a Inspeção de Finanças, para que os técnicos do Tribunal de Contas comparem a conta de gerência, independente de ser aprovada ou não, tem que ser fiscalizada pelo Tribunal de Contas, para que comparem a conta de gerência com esta auditoria.

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL** : Vou ler a proposta: "Que o relatório da auditoria seja enviado a todas as entidades para onde foi enviada a conta de gerência referente a dois mil e um (2001). O Grupo do PS". Portanto, os senhores ouviram a proposta e agora íamos votar a admissão da proposta. Quem vota a favor? Faz favor de baixar o braço. Quem vota contra? Quem se abstém? Portanto, está admitida a proposta. Quem quer falar sobre ela? Ninguém está interessado em falar, vamos passar à votação. Quem vota a favor da proposta, faz favor de levantar o braço. Faz favor de baixar. Quem vota contra? Quem se abstém? Portanto, está aprovado por unanimidade.

**PONTO TRÊS PONTO DOZE: - Apreciação sobre as actividades da Câmara Municipal e da sua situação financeira.**

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL**: Íamos passar ao ponto três doze (3.12), "Apreciação sobre as Actividades da Câmara Municipal e da sua Situação Financeira". Dou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara. Faz favor.

**PRESIDENTE DA CAMARA MUNICIPAL** : Muito obrigado. Bom, em relação à situação financeira da Câmara, ela é traduzida nesses mapas que aí aparecem, e contrariamente àquilo que a senhora Deputada Filipa falava há pouco, eu disse que efectivamente o POCAL estava a andar a bom ritmo, mas não disse que estava completamente implementado e a razão de, facto, não o estar são as alterações a rubricas orçamentais de acordo com as imposições que têm sido feitas de acordo com o Orçamento Geral de Estado. Daí a visibilidade das contas embora já apareçam mais uns quadros que traduzem os mapas de execução mensal e os mapas de execução acumulada até Novembro. O que permite, contrariamente àquilo que era feito, ficar com uma melhor visão daquilo que é, em termos financeiros, a autarquia. Relativamente às actividades da Câmara, a propósito da coordenação geral e representação, além de todos esses pontos que aí aparecem, queria-vos apenas realçar três (3) ou quatro (4) que me parecem mais importantes. Um deles prende-se com aquilo que nós tínhamos adjudicado à empresa que está a fazer a revisão do PDM e que se prende com o facto de nos ter chegado às mãos esta semana, salvo erro, a

avaliação do PDM em vigor. Portanto, o primeiro relatório de avaliação do actual PDM já existe, está à disposição de quem hoje o quiser consultar. E que há-de ir também à Câmara Municipal. Dizer-vos também que da mesma empresa a quem tinha sido adjudicado o trabalho chegou a proposta base: Caracterização, Diagnóstico e Proposta Base do Estudo Global da UNOR 2 e a alteração ao Plano de Pormenor do Alto dos Bacos, chega segunda-feira, de acordo com o previsto. Neste momento, eu penso que são duas boas notícias para o Concelho e que estão de acordo com aquilo que nós programámos. Portanto, contrariamente àquilo que se dizia, que os estudos nunca mais apareciam e que os trabalhos nunca mais apareciam, estão aqui e esperamos que, de facto, a empresa apresente, sobretudo este da UNOR, com a maior brevidade possível e que permita que nós possamos instalar indústrias rapidamente, lá em cima na zona industrial do Alto dos Bacos. Depois dizer-vos ainda que tenho aqui dois assuntos que me parecem também de extrema importância e que já chegaram nesta semana. Chegaram dia doze (12), e que têm muita importância para Borba. Um deles prende-se com o terreno destinado ao Centro de Saúde. É um ofício que veio da Administração Regional de Saúde em que diz, que pedem à Câmara Municipal a cedência do levantamento topográfico e do estudo geotécnico do terreno destinado ao novo Centro de Saúde. Portanto, pedem a colaboração da Câmara no sentido de lhe enviar este trabalho. Relativamente ao Tribunal do Círculo de Lisboa, e isto vem na sequência de um pedido de esclarecimento de uma inspecção que foi feita à Câmara aqui há uns anos atrás, e que nós já levámos à Câmara e fizemos o esclarecimento, mas chegou um ofício que me preocupa bastante e que tem que ver com a Cerca e que diz o seguinte: "Com referência ao vosso ofício tal, cuja cópia se envia, tenho a honra de solicitar a Vossa Excelência se digne explicitar quais os concretos motivos por que entende a Câmara Municipal de Borba, como parece ter sido reposita a legalidade no tocante ao alvará de loteamento número oitenta e cinco (85), mediante deliberação camarária de treze do nove de noventa e seis (13/09/96). Designadamente, deverá ser esclarecido e concretizada a conformidade do indicado no alvará de loteamento, alterado por aquela deliberação, com o instrumento do ordenamento do território vigente, Plano de Pormenor revisto da zona de expansão habitacional de Borba, zona da Quinta da Cerca. Mais deverá esclarecer-se, na sequência da referida deliberação, se na sequência da referida deliberação foi emitido novo alvará". Portanto, a Senhora Doutora Juíza não ficou satisfeita com a informação que nós, em conjunto, numa das reuniões de Câmara, tínhamos enviado e agora pede mais estas justificações todas, e que me preocupa um bocado porque um dos aspectos que ela referia no ofício anterior é que, e estava previsto a nível da inspecção, é que poderia ser considerado um acto nulo, aquele, aquele alvará. E, portanto, isto preocupa-me um bocado, de qualquer maneira não queria dizer, e como tem que ver com planeamento, não queria deixar de dar conhecimento à Assembleia do que se está a passar. Ainda em relação a actividades da Câmara, deixem-me dizer-vos que finalmente conseguimos chegar a acordo entre as Câmaras todas e, embora tenha que ver com o Pelouro aqui do Vereador Pombeiro, finalmente os contentores vão passar a ser lavados. Portanto, chegámos a acordo entre as Câmaras e a partir de Janeiro, em princípio, tudo está a apontar no sentido de passar a haver lavagem de contentores. E para já ficava-me por aqui.

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL :** Senhores Vereadores?

**ARTUR JOAO REBOLA POMBEIRO :** Digníssimos membros, Mesa da Assembleia Municipal, estimado público. Portanto, na área que me pertence eu vou, efectivamente, dar conhecimento das actividades da Câmara entre catorze do nove de dois mil e dois (14/09/2002) e vinte do doze (20/12). Portanto: Pavimentação nas ruas do Castelo em Barro Branco. Pavimentação da envolvente da Igreja de Nossa Senhora da Vitória. Estrada das Boiças: Trabalhos de infra-estruturas no loteamento da Senhora da Vitória, Barro Branco. Jardim Municipal: Trabalhos de remodelação e infra-estruturas eléctricas. Tele-gestão de água: Construção de instalações e caixas para instalação dos equipamentos. Parque desportivo: Campo de futebol de sete, construção do campo de futebol de sete. Nora: Substituição de conduta de água. Oficina da Criança: Aplicação de pavimento e reparação de infiltrações e pintura. Limpeza de valetas e desobstrução de pontões. Construção de um canil provisório na Horta das Freixas. ETAR da Ribeira, conclusão, aguarda ligação de energia eléctrica já requisitada. Construção de uma estrada de serventia para ligação à zona industrial. Festa da Vinha e do Vinho com a gestão de infra-estruturas de águas e saneamento e trabalhos de montagem. Na Nora: Loteamento da Nave, execução de infra-estruturas. Reparação do caminho da ETAR de Borba. Reparação da estrada da Fonte Telheiro - Borba. Mercado Municipal: Recuperação da cobertura e montagem de iluminação. Construção

e montagem de iluminação de Natal. Obras por empreitada: Estrada mil e quarenta e um (E1041): conclusão da segunda fase, aguarda-se a entrega do auto de recepção provisória. Espaço lúdico do Jardim Municipal: obra adjudicada. Edifício do Notariado: obra adjudicada. Drenagem de águas na estrada mil e quarenta e um (1041), primeira fase: adjudicado a mão-de-obra. Parreira: Prevê-se a conclusão da obra no final do mês. Esteve parado devido ao tempo. Higiene e limpeza: Aquisição de contentores e reparação de contentores. Desinfecção de todas as escolas do Concelho. Desratização das instalações eléctricas da tele-gestão da água. Aquisição de bomba limpa-fossas. Águas e Saneamento: Ligação de novos ramais e manutenção e reparação da rede pública. Parques e Jardim: Reparação do terreno para novos espaços nos loteamentos da Nora. Aquisição de floreiras. Trânsito: Tendo em vista o ordenamento do trânsito e estacionamento, foram marcadas algumas áreas no pavimento que estão ainda sujeitas a algumas correcções e adquirida a sinalização vertical para as respectivas áreas de intervenção.

**HUMBERTO LUIS RUSSO RATADO** : No âmbito das minhas responsabilidades, a assinalar o mais significativo, tenho: Reuniões com a Associação de Municípios do Distrito de Évora e autarquias relativamente à preparação de provas desportivas para o próximo ano, nomeadamente: Circuito dos Mármore e Mini-Circuito, assim como Distrital em corta-mato e a preparação das Olimpíadas Populares do Alentejo. Outras reuniões: A Comissão de Acompanhamento do PITER, Região de Turismo de Évora e autarquias sobre a sinalização turística concelhia. Representações e Participações: De uma forma assim mais sucinta falamos do aniversário dos bombeiros; aniversário do centro Cultural de Borba; inauguração da sede dos dadores de sangue; Terceiro Encontro do Projecto de Luta Contra a Pobreza no CEVALOR; Natal do Idoso em Borba, Rio de Moinhos e Orada. Algumas actividades de relevo: Apoio na exposição de pintura de pintores contemporâneos no Celeiro da Cultura; entrega conjunta da Câmara Municipal e Juntas de freguesia de chocolates nas escolas assim como também no infantário da Santa Casa e no lar de terceira idade, fomos acompanhados pelo grupo de animadores sociais do curso promovido pela ADMC, Associação de Desenvolvimento de Montes Claros. Pintura das áreas erigidas para a prática de modalidades no pavilhão desportivo; Apoio para a realização da feira do livro desenvolvida pelo Centro Cultural de Borba; Apoio também no curso breve de música romântica promovido pelo serviço de bibliotecas e apoio à leitura da Fundação Gulbenkian. E pronto, não tenho mais nada a dizer além do que está aí referenciado no papel.

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL** : Alguém quer apresentar alguma sugestão ou alguma solicitação? Faz favor, doutor Nascimento.

**LUIS MANUEL DO NASCIMENTO** : Eu só queria ver, de alguma forma, satisfeita uma dúvida minha sobre o que o Vereador Artur referiu: A pintura das zonas de estacionamento na vila, eu gostaria de saber que utilidade é que vai ser dada agora à máquina que tinha sido adquirida para fazer, de facto, essas pinturas, se vai renovar as pinturas que foram feitas por uma empresa, pinturas essas em que já está a faltar tinta.

**ARTUR JOAO REBOLA POMBEIRO** : Desculpe, eu referi, de facto, as pinturas, e já está reclamado à empresa, até porque as últimas coisas a serem pintadas, já o pavimento não estava em condições porque já havia humidade no pavimento. E certamente é por aí que ela está a saltar, mas isso é uma responsabilidade da empresa, a empresa vai ter que repintar essa até porque há trabalho por concluir mas o tempo, até ao momento não permitiu que a empresa regressasse para pintar a quente.

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL** : António Paixão, faz favor.

**ANTONIO JOSE BARROSO PAIXAO** : Obrigado, Senhor Presidente. Eu era só para alertar mais uma vez, o nosso Executivo camarário que vi, de facto, aqui algumas reparações, substituições de contentores, e alertá-los mais uma vez que, pela idade deles, pelo estado em que eles se encontram, estão constantemente a deteriorar-se. De maneira que, era óptimo que fizessem mais um levantamento, se for preciso, a Junta de Freguesia, no que lhe toca, está disposta a fazê-lo e fazer algumas reparações e nova distribuição de contentores, pelo menos, na Freguesia de Rio de Moinhos. Obrigado.

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL** : Doutora Filipa, faz favor.

**MARIA FILIPA MARTINS DE ALMEIDA** : Senhor Presidente, o tempo vai longo, são duas coisas levezinhas. Uma não é uma pergunta, é uma provocaçãozinha, entre aspas, senhor engenheiro Carlos Cabral, eu não me incomodo nada com este tipo de documentos sobre as actividades da Câmara. Já disse isto desde o início, mas continuo preocupada com o engenheiro Carlos Cabral porque no princípio do ano a Câmara prometeu que ia mudar esta forma de apresentação das actividades da Câmara. Ainda não mudou, mas ele já está inscrito, ele dirá. A outra questão é uma pergunta, nós estamos aqui há várias horas sentados de frente para um elemento muito bonito, não digo isto com ironia, gosto muito do trabalho que está aí, que reproduz o estandarte, o brasão do município, a minha pergunta é para o Vereador Humberto, penso que deve ser para ele, como vereador da cultura, e tem a ver aqui com alguma ignorância minha porque, ao contrário do que já alguns disseram nesta Assembleia, ninguém tem a pretensão de saber tudo e eu não sei tudo, mas tinha a convicção que não se podiam alterar, sem nenhuns critérios e sem aprovações, as cores dos elementos representativos do município que são a bandeira, o estandarte, enfim. Todos nós nos lembramos, todos nós sabemos que o fundo do estandarte do município é uma cor muito semelhante à dos cortinados que aí estão. É um vermelho escuro, aliás. Há aí na Câmara um estandarte muito antigo em veludo que tem, exactamente, o brasão e tem o fundo em vermelho escuro em veludo, bastante antigo. A minha pergunta é se aquilo que foi feito e que, volto a dizer, sem ironia nenhuma, eu gosto muito, em termos estéticos, mas coloca-se uma dúvida se houve algum critério, que critério é que foi, e se isto tem cobertura legal porque há leis para estas coisas também.

**PRESIDENTE DA CAMARA MUNICIPAL** : Já agora, como esse assunto, na altura, passou por mim, foi logo no princípio do mandato, eu penso que isso poderá ter que ver com a forma como foi enviado para a empresa que o fez , mas de qualquer maneira, isto é um elemento mais de decoração do que propriamente de representação e, portanto, a forma como foi, via computador, provavelmente as cores não as adequadas.

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL** : Engenheiro Cabral, faz favor.

**CARLOS MANUEL DE ALMEIDA CABRAL** : Sim senhor, é só para acabar mesmo antes de assinarmos, ou aprovarmos a minuta da acta. Evidentemente eu estava já inscrito antes da doutora Filipa falar, hoje ia dar-lhe o prazer, uma prenda natalícia, no fundo, antecipada um bocadinho, de falar sobre esta questão do relatório de actividades e etc.. Mas como não vale a pena falar mais sobre isto, vale a pena fazer, eu desafio as pessoas todas da Assembleia, a escreverem num pequeno papel, numa folha de A4, o que é que acham que deve ser um relatório de actividades e, da minha parte, comprometo-me, desde já, que a entregarei no fim das férias de Natal, ao Executivo, o que é que eu acho que deve ser um relatório de actividades. Porque isto não pode ser. Pronto, muito obrigado.

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL** : Rui Bacalhau, faz favor.

**RUI MANUEL GANITO BACALHAU** : É também em função da apresentação do Senhor Presidente, congratular-me com os avanços no Centro de Saúde. Sabe que estou deveras empenhado nos avanços no Centro de Saúde de Borba e também uma outra nota simples, a Festa do Vinho e da Vinha, este ano, teve um encerramento diferente. Deixou de haver acusações e houve agradecimentos. É só.

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL** : Pronto. Vamos passar à leitura da minuta da acta. Quem vota a favor? Quem vota contra? Quem se abstém? Está aprovada por unanimidade.

### **Documentos anexos a esta acta:**

Anexo 1 - Pedido de substituição do membro senhor Joaquim Manuel Cardoso

Anexo 2 - Pedido de substituição do membro senhor Jerónimo Pereira Cavaco

Anexo 3 - Pedido de substituição do membro senhor Joaquim Miguel Manguinhas

Anexo 4 - Pedido de substituição do membro senhor Joaquim Manuel Grego Esteves

Anexo 5 - Correspondência expedida

Anexo 6 - Correspondência recebida

Anexo 7 - Declaração de Voto apresentada pelos eleitos da CDU

Anexo 8 - Requerimento apresentado pelos eleitos da CDU

Anexo 9 - Proposta apresentada pelo membro Diogo Sapatinha

Anexo 10 - Declaração de Voto apresentada pelos eleitos da CDU

Anexo 11 - Declaração de Voto apresentada pelos eleitos da CDU

Anexo 12 - Declaração de Voto apresentada pelos eleitos da CDU

Anexo 13 - Proposta apresentada pelos eleitos do PS